



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**RIO DE JANEIRO / 2013**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.**

**RIO DE JANEIRO / 2013**

## SUMÁRIO

Introdução	pág	<u>7</u>
1. Identificação e Atributos das Unidades cujas Gestões compõem o Relatório	pág	<u>9</u>
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	pág	<u>18</u>
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	pág	<u>24</u>
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	pág	<u>27</u>
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	pág	<u>40</u>
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	pág	<u>52</u>
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	pág	<u>78</u>
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	pág	<u>90</u>
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	pág	<u>93</u>
10. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	pág	<u>96</u>
11. Informações Contábeis	pág	<u>110</u>
12. Outras Informações Sobre a Gestão	pág	<u>111</u>
Parte B do Anexo II da DN 119/2012 – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins.	pág	<u>112</u>
1 - Avaliação sobre Andamento dos Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos	pág	<u>112</u>
2 - Informações sobre o Acompanhamento das Ações Relacionadas ao Termo de Parceria, contemplando, entre outros, a Forma de Escolha do Parceiro, a Execução do Cronograma Físico-Financeiro e os Resultados da Parceria	pág	<u>112</u>

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ACC** – Centro de Controle de Área
- ADS** – Vigilância Dependente Automática
- AIM-BR** – Gestão de Informações Aeronáuticas do SISCEAB
- APP** – Centro de Controle de Aproximação
- ASOCEA** – Assessoria da Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo
- ATM** – Gerenciamento do Tráfego Aéreo
- CAR / SAM** – Caribe / América do Sul
- CH** – Chefe de Organização Militar
- CMT** – Comandante de Organização Militar
- CNS / ATM** – Comunicação, Navegação, Vigilância / Gerenciamento do Tráfego Aéreo
- COMAER** – Comando da Aeronáutica
- DGCEA** – Diretor-Geral do DECEA
- DIR** – Diretor de Organização Militar
- DME** – Equipamento Medidor de Distâncias
- DTCEA** – Destacamento de Controle do Espaço Aéreo
- ILS** – Sistema de Pouso por Instrumento
- OM** – Organização Militar
- PPA** – Plano Plurianual (de Governo)
- PLANSET** – Plano Setorial do DECEA
- PR** – Presidente de Organização Militar
- SDAD** – Subdepartamento de Administração do DECEA
- SDOP** – Subdepartamento de Operações do DECEA
- SDTE** – Subdepartamento Técnico do DECEA
- SISCEAB** – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
- SPV** – Sistema de Proteção ao Voo
- TCU** – Tribunal de Contas da União
- TWR** – Torre de Controle de Aeródromo
- VHF** – *Very High Frequency* (Equipamento de transmissão)
- UHF** – *Ultra High Frequency* (Equipamento de transmissão)

**LISTA DE TABELAS , RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES ETC.**

<b><u>TÍTULO</u></b>	<b><u>PÁGINA</u></b>
Quadro A.1.2 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado	<u>9</u>
Quadro A.2.5 – Indicadores de Desempenho da Gestão Desenvolvidos pela UJ	<u>21</u>
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	<u>24</u>
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático	<u>27</u>
Quadro A.4.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	<u>28</u>
Quadro A.4.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	<u>30</u>
Quadro A.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	<u>32</u>
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	<u>35</u>
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	<u>36</u>
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	<u>37</u>
Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	<u>40</u>
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	<u>42</u>
Quadro A.5.10 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	<u>43</u>
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	<u>49</u>
Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	<u>50</u>
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	<u>52</u>
Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	<u>53</u>
Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	<u>54</u>
Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12	<u>54</u>
Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12	<u>55</u>
Quadro A.6.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores (Valores em R\$)	<u>56</u>
Quadro A.6.14 – Cargos e Atividades Inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	<u>60</u>
Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	<u>61</u>
Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	<u>70</u>
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	<u>80</u>

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	<u>84</u>
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	<u>86</u>
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	<u>90</u>
Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	<u>93</u>
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	<u>95</u>
Quadro A.10.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	<u>96</u>
Quadro A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	<u>103</u>
Quadro A.10.4 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	<u>108</u>
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	<u>109</u>
Quadro B.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício	<u>112</u>
Quadro B.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria	<u>118</u>
Quadro B.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência	<u>119</u>
Quadro B.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (ART. 11, § 1º, da LEI N° 9.790/99)	<u>119</u>
Quadro B.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício	<u>122</u>
Quadro B.38.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira	<u>124</u>

## **INTRODUÇÃO**

As orientações sobre a elaboração do Relatório de Gestão foram estabelecidas pelo TCU, por meio da Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa nº 119, de 18 de janeiro de 2012, e Decisão Normativa nº 124, de 5 de dezembro de 2012, estando o presente Relatório estruturado de acordo com o previsto na legislação citada, naquilo que é pertinente às ações desenvolvidas no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Podemos destacar, no exercício de 2012, a continuidade do PLANSET do DECEA, no qual se encontra consolidada uma sistemática de planejamento que contempla as atribuições do Departamento e das suas OM subordinadas.

A crescente demanda do tráfego aéreo registrada no País tem ensejado a adoção de ações de planejamento estratégico voltadas à evolução do SISCEAB. Essas ações já vêm proporcionando maior fluidez e segurança às operações aéreas, de forma harmônica e integrada aos conceitos CNS/ATM aderentes ao Plano Global de Navegação Aérea, bem como aos Objetivos Específicos estabelecidos para o controle do espaço aéreo.

Não houve, no exercício em análise, renúncia de receita, transferência de recursos, reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos, nem patrocínio a entidades fechadas de previdência complementar.

Poderíamos citar como principal dificuldade encontrada na consecução das atividades e projetos planejados para o exercício a morosidade de alguns processos administrativos, ocasionada pelos mais variados fatores.

As principais realizações do DECEA concentram-se nas modernizações, revitalizações, substituições e implantações de sistemas, de equipamentos e da infraestrutura necessários para o cumprimento da sua missão, que podem ser resumidas na execução das atividades de gerenciamento, controle e segurança do espaço aéreo sob responsabilidade do Brasil, bem como na concentração de esforços voltados para a preparação das estruturas que suportam a missão do Departamento, de forma a estarem preparadas para os grandes desafios relacionados aos grandes eventos programados para os próximos anos, quais sejam: Copa das Confederações, Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro.

No atendimento dessas realizações podemos citar, dentro das áreas de atuação do DECEA, as principais ações:

- ✓ Gerenciamento do Tráfego Aéreo
  - Revisão de normas;
  - Recuperação de instalações e de prédios operacionais;
  - Implantação de novos softwares em Unidades operacionais; e
  - Modernização de vários DTCEA/APP/TWR.
- ✓ Telecomunicações
  - Revisão de normas;
  - Ressetorização de frequências;
  - Substituição de centrais telefônicas e roteadores;
  - Substituição e implantação de estações V/UHF (*Very Ultra High Frequency*) e satelitais; e
  - Substituição de centrais de áudio e gravadores.
- ✓ Vigilância do Espaço Aéreo
  - Revisão de normas;
  - Implantação de cobertura ADS-B (Vigilância Dependente Automática por Radiodifusão); e
  - Modernização e implantação de radares de rota.
- ✓ Operações Militares
  - Revisão de normas; e
  - Modernização de redes de comunicação móveis.

- ✓ Meteorologia Aeronáutica  
Revisão de normas;  
Modernização de radares meteorológicos; e  
Modernização, substituição e implantação de estações meteorológicas.
- ✓ Informações Aeronáuticas  
Revisão de normas;  
Implantação do AIM-BR; e  
Modernização do formato de plano de voo.
- ✓ Busca e Salvamento  
Revisão de normas; e  
Modernização dos meios de comunicação de busca e salvamento.
- ✓ Meios de Navegação Aérea  
Revisão de normas; e  
Implantação e substituição de VOR/DME, ILS e PAPI.
- ✓ Inspeção em Voo e Radiomonitoragem  
Revisão de normas;  
Implantação de meios ADS/CPDLC em aeronaves de inspeção; e  
Substituição de sistemas de inspeção em aeronaves de inspeção.
- ✓ Cartografia Aeronáutica  
Revisão de normas;  
Modernizar meios de produção de cartas aeronáuticas; e  
Realização de levantamento aerofotogramétrico.
- ✓ Recursos Humanos  
Revisão de normas;  
Realização de cursos de formação e de capacitação; e  
Construção de próprios nacionais residenciais.
- ✓ Apoio Administrativo  
Revisão de normas;  
Disponibilização do apoio necessário para a manutenção da rotina das Unidades; e  
Continuidade da implantação de sistemas de monitoramento e vigilância patrimonial, e da manutenção das instalações prediais.
- ✓ Suporte Logístico  
Revisão de normas;  
Manutenção e suporte das redes de comunicação;  
Manutenção e sobressalentes para os sistemas e equipamentos; e  
Modernização e substituição de sistemas de energia, climatização e aterramento.

As atividades e projetos a serem desenvolvidos no correr do exercício de 2013 encontram-se definidos no PLANSET para o período 2013-2020 e podem ser resumidos na continuidade das implantações, substituições e modernizações, em cada área acima mencionada, totalizando 417 projetos e 194 atividades. A execução de tais projetos e atividades contribuirá para:

- 1) atender às metas estabelecidas nas Ações atribuídas ao DECEA;
- 2) ) atender aos objetivos específicos estabelecidos no item 3 da DCA 351-1/2010 – Política da Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo Brasileiro; e
- 3) proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil.

# 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

## 1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QUADRO A.1.2 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO				
Poder e Órgão de Vinculação				
<b>Poder:</b> Executivo				
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa / Comando da Aeronáutica			<b>Código SIORG:</b> 58527	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
<b>Denominação Completa:</b> Departamento de Controle do Espaço Aéreo				
<b>Denominação Abreviada:</b> DECEA				
<b>Código SIORG:</b> 058527		<b>Código LOA:</b> 52911	<b>Código SIAFI:</b> 120036	
<b>Situação:</b> Ativa				
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			<b>CNPJ:</b> 00394429/0048-74	
<b>Principal Atividade:</b> DEFESA			<b>Código CNAE:</b> 8422-1/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(021) 2101-6201	(021) 2101-6341	(021) 2101-6316	
<b>Endereço Eletrônico:</b> aplog@decea.gov.br				
<b>Página na Internet:</b> www.decea.gov.br				
<b>Endereço Postal:</b> Av. General Justo nº 160, Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20021-340				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA	00394429/0048-74	120036	ativa	58527
Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA-I	00394429/0040-17	120008	ativa	10821
Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA-II	00394429/0055-01	120072	ativa	38224
Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA-III	00394429/0093-29	120021	ativa	38230
Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA-IV	00394429/0163-76	120094	ativa	54069
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA	00394429/0133-50	120127	ativa	10498
Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo – SRPV-SP	00394429/0094-00	120069	ativa	60925
Instituto de Controle do Espaço Aéreo – ICEA	00394429/0108-40	120067	ativa	80407
Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro – PAME-RJ	00394429/0069-07	120048	ativa	10862
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto de criação do <b>DECEA</b> nº 3.954, de 5 de outubro de 2001.				
Decreto de criação do <b>CINDACTA-I</b> nº 73.160, de 4 de novembro de 1973, ativado pela Portaria nº 911/GM3, de 19 de novembro de 1997.				
Decreto de criação do <b>CINDACTA-II</b> nº 87.758, de 1º de novembro de 1982, alterado pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.				
Decreto de criação do <b>CINDACTA-III</b> nº 95.864, de 23 de março de 1988, e ativado pela Portaria nº 780/GM3, de 20 de outubro de 1992.				
Portaria de criação do <b>CINDACTA-IV</b> nº 1.156/GC3, de 11 de outubro de 2005.				
Portaria de Criação da <b>CISCEA</b> nº S-1/GM4, de 23 de julho de 1980 ( <b>SECRETO</b> ), com alteração de denominação na Portaria nº 4/GC3, de 6 de janeiro de 2004.				
Decreto de criação do <b>SRPV-SP</b> nº 71.261, de 17 de outubro de 1972, ativado pela Portaria nº 683/GM3, de 15 de julho de 1987.				

Decreto de criação do **ICEA** nº 71.261, de 17 de outubro de 1972, alterado pelo Decreto nº 81.998, de 19 de julho de 1978, e regulamentado pela Portaria nº 1.218/GC-3, de 30 de novembro de 2004, que altera denominação para Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), e Portaria CTA nº 57/SDE, de 8 de julho de 2008, que passa a ser reconhecido como Instituição Científica Tecnológica.

Decreto de criação do **PAME-RJ** nº 74.325, de 26 de julho de 1974, aprovado pela Portaria nº 26/GM3, de 13 de janeiro de 1997.

Decreto de alteração das normas de criação das UJ nº 6.834, de 30 de abril de 2009, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências, com alterações estabelecidas nos Decretos nº 7.069, de 20 de janeiro de 2010; nº 7.245, de 28 de julho de 2010; e nº 7.809, de 20 de setembro de 2012.

#### Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

ROCA 20-7 Regulamento do **Departamento de Controle do Espaço Aéreo** – DECEA, aprovado pela Portaria nº 369/GC3, de 9 de junho de 2010.

RICA 20-1 Regimento Interno do **Departamento de Controle do Espaço Aéreo** – DECEA, aprovado pela Portaria DECEA nº 103/DGCEA, de 21 de junho de 2011.

ROCA 21-62 Regulamento de **Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo**, aprovado pela Portaria nº 966/GC3, de 9 de outubro de 2009.

RICA 21-1 Regimento Interno do **Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo** – CINDACTA-I, aprovado pela Portaria DECEA nº 30/DGCEA, de 18 de janeiro de 2011.

RICA 21-85 Regimento Interno do **Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo** – CINDACTA-II, aprovado pela Portaria DECEA nº 31/DGCEA, de 18 de janeiro de 2011.

RICA 21-150 Regimento Interno do **Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo** – CINDACTA-III, aprovado pela Portaria DECEA nº 32/DGCEA, de 18 de janeiro de 2011.

RICA 21-116 Regimento Interno do **Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo** – CINDACTA-IV, aprovado pela Portaria DECEA nº 33/DGCEA, de 18 de janeiro de 2011.

ROCA 21-7 Regulamento da **Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo** – CISCEA, aprovado pela Portaria nº 816/GC3, de 23 de novembro de 2010.

RICA 21-53 Regimento Interno da **Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo** – CISCEA, aprovado pela Portaria DECEA nº 185/DGCEA, de 6 de setembro de 2012.

ROCA 21-61 Regulamento de **Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo**, aprovado pela Portaria nº 602/GC3, de 4 de setembro de 2012.

RICA 21-170 Regimento Interno do **Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo** – SRPV-SP, aprovado pela Portaria DECEA nº 87/DGCEA, de 2 de agosto de 2007.

ROCA 21-4 Regulamento do **Instituto de Controle do Espaço Aéreo** – ICEA, aprovado pela Portaria nº 241/GC3, de 16 de abril de 2010.

RICA 21-188 Regimento Interno do **Instituto de Controle do Espaço Aéreo** – ICEA, aprovado pela Portaria nº 169/DGCEA, de 23 de dezembro de 2011.

ROCA 21-3 Regulamento do **Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica** – PAME-RJ, aprovado pela Portaria nº 928/GC-3, de 18 de agosto de 2005.

RICA 21-133 Regimento Interno do **Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica** – PAME-RJ, aprovado pela Portaria nº 144/DGCEA, de 19 de outubro de 2007.

#### Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

DCA 351-1 – Política de Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo, aprovada pela Portaria nº R-64/GC3, de 19 de janeiro de 2010.

DCA 351-2 – Concepção Operacional ATM Nacional, aprovada pela Portaria nº 630/GC3, de 1º de dezembro de 2011.

PCA 351-1 – Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – PDSCEA, aprovado pela Portaria DECEA nº 141/DGCEA, de 29 de outubro de 2010.

PCA 351-3 – Plano de Implementação ATM Nacional, aprovado pela Portaria DECEA nº 37/DGCEA, de 22 de março de 2012.

NSCA 351-1 – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, aprovada pela Portaria DECEA nº 29/DGCEA, de 29 de janeiro de 2010.

DCA 63-3 – Diretriz para Implementação de Sistemas de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) no SISCEAB, aprovada pela Portaria DECEA nº 118/DGCEA, de 12 de setembro de 2011.

ICA 19-78 – Processo de Planejamento do DECEA e Organizações Subordinadas, aprovado pela Portaria DECEA nº 236/DGCEA, de 29 de outubro de 2009.

PCA 351-4 – Plano Setorial do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, período 2012 a 2019, aprovado pela Portaria DECEA nº R-22/DGCEA, de 5 de dezembro de 2011.

Programas de Trabalho 2012-2015, das UGE CISCEA, CINDACTA-I, CINDACTA-II, CINDACTA-III,

CINDACTA-IV, CGNA, DECEA, 1º GCC, GEIV, ICA, ICEA, PAME-RJ, SRPV-SP, integrantes do DECEA, aprovados pelas Portarias DECEA nº R-10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23/DGCEA, de 5 de dezembro de 2011, respectivamente.

<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
<b>120036</b>	<b>Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA</b>
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120055	Instituto de Cartografia Aeronáutica – ICA
120460	Grupo Especial de Inspeção ao Voo – GEIV
120119	Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea – CGNA
120462	Primeiro Grupo de Comunicação e Controle – 1ºGCC
120124	Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional – CERNAI
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
<b>120008</b>	<b>Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA-I</b>
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120400	DTCEA Pico do Couto
120401	DTCEA Piedade
120402	DTCEA Três Marias
120403	DTCEA Santa Teresa
120404	DTCEA São Roque
120405	DTCEA Tanabi
120406	DTCEA Gama
120407	DTCEA Chapada dos Guimarães
120408	DTCEA Barra do Garças
120409	DTCEA Anápolis
120410	DTCEA Brasília
120411	DTCEA Cachimbo
120412	DTCEA Cuiabá
120424	DTCEA Barbacena
120431	DTCEA Confins
120441	DTCEA Lagoa Santa
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
<b>120072</b>	<b>Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA-II</b>
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120480	DTCEA Bacacheri
120418	DTCEA Jaraguari
120419	DTCEA Morro da Igreja
120420	DTCEA Canguçu
120421	DTCEA Santiago

120422	DTCEA Catanduvas
120429	DTCEA Campo Grande
120430	DTCEA Canoas
120432	DTCEA Curitiba
120433	DTCEA Corumbá
120435	DTCEA Florianópolis
120437	DTCEA Foz de Iguaçu
120447	DTCEA Porto Alegre
120453	DTCEA Santa Maria
120459	DTCEA Uruguaiana
120467	DTCEA Pirassununga
120516	Prefeitura de Aeronáutica de Curitiba
120617	Divisão de Saúde
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
<b>120021</b>	<b>Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA-III</b>
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120413	DTCEA Porto Seguro
120414	DTCEA Lapa
120415	DTCEA Fortaleza
120416	DTCEA Petrolina
120423	DTCEA Aracaju
120442	DTCEA Maceió
120444	DTCEA Natal
120449	DTCEA Recife
120451	DTCEA Salvador
120482	DTCEA Fernando de Noronha
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
<b>120094</b>	<b>Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA-IV</b>
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120439	DTCEA Guajará-Mirim
120443	DTCEA Manaus
120448	DTCEA Porto Velho
120450	DTCEA Rio Branco
120458	DTCEA Tabatinga
120427	DTCEA Boa Vista
120434	DTCEA Eduardo Gomes
120445	DTCEA Oiapoque
120475	DTCEA São Gabriel da Cachoeira

120472	DTCEA Jacareacanga
120473	DTCEA Manicoré
120471	DTCEA Tiriós
120456	DTCEA São Luiz
120425	DTCEA Belém
120483	DTCEA Imperatriz
120484	DTCEA São Félix do Xingu
120485	DTCEA Conceição do Araguaia
120486	DTCEA Macapá
120487	DTCEA Santarém
120488	DTCEA São Félix do Araguaia
120489	DTCEA Sinop
120490	DTCEA Porto Esperidião
120491	DTCEA Tefé
120492	DTCEA Vilhena
120493	DTCEA Eirunepé
120494	DTCEA Cruzeiro do Sul
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
<b>120069</b>	<b>Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo – SRPV-SP</b>
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120457	DTCEA São Paulo
120454	DTCEA Santos
120428	DTCEA Marte
120440	DTCEA Guaratinguetá
120455	DTCEA São José dos Campos
120438	DTCEA Galeão
120468	DTCEA Afonsos
120452	DTCEA Santa Cruz
120469	DTCEA Telemático do Rio de Janeiro
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
<b>120127</b>	<b>Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA</b>
<b>120067</b>	<b>Instituto de Controle do Espaço Aéreo – ICEA</b>
<b>120048</b>	<b>Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro – PAME-RJ</b>
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
120008	00001
120021	
120036	
120048	

120067	
120069	
120072	
120094	
120127	

## 1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O DECEA, como integrante da estrutura do COMAER, tem por competência, de acordo com o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.069, de 20 de janeiro de 2010, as seguintes atribuições: planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo, à proteção ao voo, ao serviço de busca e salvamento e às telecomunicações do COMAER. É importante observar que as atividades desenvolvidas estão em conformidade com a Missão da Aeronáutica e com as recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Como Órgão Central do SISCEAB, por meio da Portaria nº 913/GC3, de 21 de setembro de 2009, compete ainda ao DECEA prover os meios necessários para o gerenciamento e controle do espaço aéreo e o serviço de navegação aérea, de modo seguro e eficiente, conforme estabelecido nas normas nacionais e nos acordos e tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

Assim, cabe ao DECEA realizar a orientação normativa, a supervisão técnica e operacional, a coordenação e o controle das atividades desenvolvidas; efetuar a fiscalização específica do desempenho dos órgãos ou elementos executivos, elos do Sistema; normatizar e fiscalizar as atividades de logística que viabilizam o gerenciamento e o controle do espaço aéreo e o serviço de navegação aérea; normatizar e fiscalizar as atividades de formação e capacitação profissional; levantar e apropriar os custos relativos às atividades desenvolvidas no âmbito do SISCEAB; providenciar o faturamento das tarifas correspondentes aos serviços prestados; e apurar e aplicar sanções por infrações relativas ao descumprimento das normas relativas ao controle do espaço aéreo.

A estratégia do DECEA, para cumprir a sua missão institucional, além de contemplar os interesses do COMAER e o compromisso assumido pelo País no tocante à manutenção da segurança e da fluidez do tráfego aéreo, deverá assegurar a evolução do SISCEAB com a gestão de processos no atendimento à implementação, modernização, substituição e revitalização de sistemas, meios e equipamentos julgados essenciais para o gerenciamento e controle da Circulação Aérea Geral (CAG) e Circulação Operacional Militar (COM).

A estratégia deverá ainda possibilitar que o SISCEAB possa se tornar referência internacional em relação às tarefas desenvolvidas em prol da segurança e fluidez do tráfego aéreo.

Dessa forma, o planejamento estratégico do DECEA, sintetizado no PLANSET, constitui o instrumento balizador para favorecer a consecução das ações necessárias no esforço a ser despendido para atingir os seguintes objetivos específicos, estabelecidos na DCA 351-1 – Política de Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo:

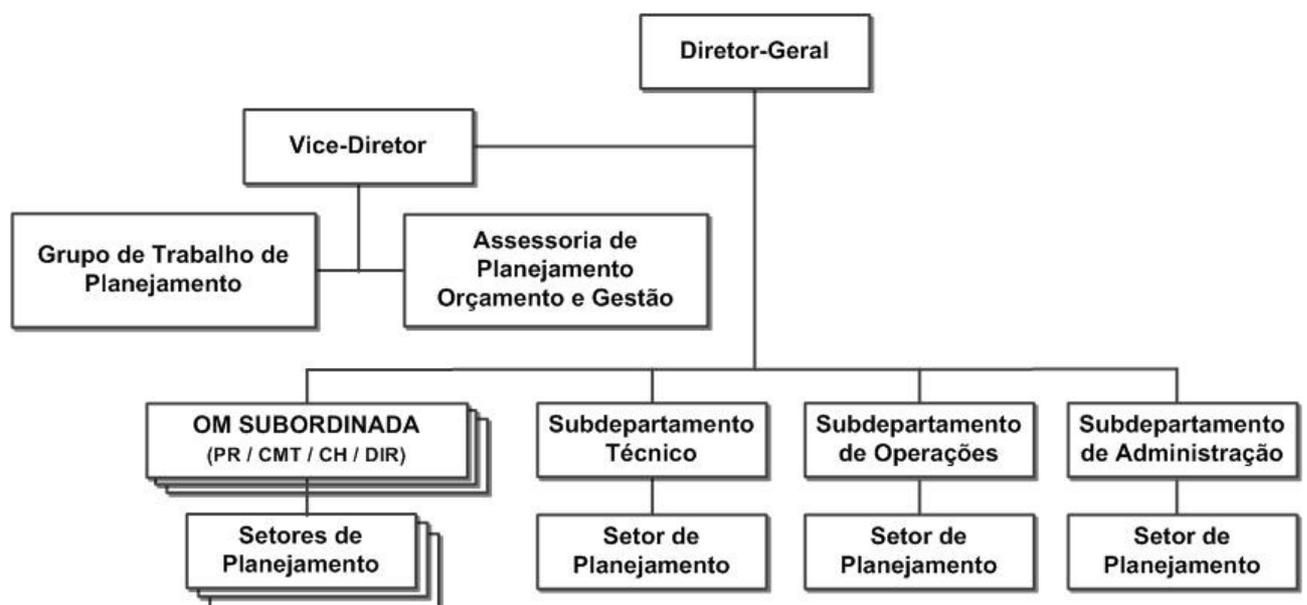
- a) segurança do tráfego aéreo;
- b) vigilância e controle do espaço aéreo;
- c) gerenciamento do espaço aéreo;
- d) aprimoramento do sistema de comando e controle da Aeronáutica;
- e) aperfeiçoamento e adequação dos processos de apoio ao homem;
- f) aperfeiçoamento dos processos de segurança e controle patrimonial;
- g) adequação do apoio ao gerenciamento do espaço aéreo; e
- h) aprimoramento do apoio logístico.

Esses objetivos estabelecidos representam as conquistas que o DECEA busca alcançar, a fim de garantir o desempenho necessário para contribuir com os objetivos estratégicos do COMAER. Portanto, o DECEA procura estar alinhado com o que é prioritário no nível estratégico com as demandas e necessidades no nível operacional.

No âmbito do DECEA, as ações executadas nesse nível têm como foco a obtenção de melhores resultados. As análises dos custos “versus” benefícios, dessa forma, se revestem de singular importância, principalmente pela permanente necessidade de se buscar a eficiência desejada nos processos de planejamento desenvolvido.

Algumas dificuldades certamente ocorreram. Aliás, as ações de planejamento, orçamento e gestão normalmente ensejam constantes avaliações e necessárias correções, no entanto, o DECEA se manteve firme no compromisso de manter a segurança e a fluidez do tráfego aéreo em todo o espaço aéreo sob sua responsabilidade.

### 1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Ao DECEA compete, em conformidade com o ROCA 20-7, de 9 de junho de 2010:

- Gerenciar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do COMAER, proporcionando, também, o apoio logístico e a segurança de sistemas de informação necessários à realização dessas atividades;
- Estabelecer a ligação com órgãos externos ao COMAER, nos assuntos relativos à sua área de atuação;
- Propor a política, elaborar programas e planos, bem como estabelecer normas, princípios e critérios pertinentes à sua área de atuação;
- Conceber, planejar, projetar, executar e fiscalizar a implantação de sistemas, equipamentos e infraestrutura específicos para as atividades de gerenciamento e controle do espaço aéreo brasileiro e de telecomunicações aeronáuticas do COMAER;
- Propor as necessidades de pesquisa e desenvolvimento, visando à racionalização do material necessário às suas atividades;
- Procurar, selecionar e cadastrar as fontes logísticas, visando à mobilização, na sua área de atuação;

- Apurar e julgar, por intermédio da Junta de Julgamento da Aeronáutica, as infrações das regras de tráfego aéreo cometidas por agente civil ou militar, previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) e na legislação complementar, bem como adotar as providências administrativas que incluam o processamento, a cobrança de multas, a aplicação de penalidades e o reconhecimento dos respectivos recursos;
- Processar a cobrança das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea e do Adicional Tarifário correspondente;
- Homologar empresas para execução e/ou prestação de serviços relativos às suas atividades;
- Certificar produtos de interesse do SISCEAB (Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro) para aplicação no controle do espaço aéreo brasileiro; e
- Gerenciar o SISCEAB, o STC (Sistema de Telecomunicações do COMAER), o SISSAR (Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico) e o SPV (Sistema de Proteção ao Voo).

À VICEA compete coordenar as atividades de planejamento do DECEA, das Comissões envolvidas com o trato dos assuntos relativos ao SISCEAB, das OM subordinadas, do processamento da cobrança das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea, do processamento da cobrança de multa por infrações ao SISCEAB, previstas no CBA e na legislação complementar e da gestão orçamentária do DECEA.

Ao SDAD compete elaborar normas, planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades administrativas do DECEA.

Ao SDOP compete elaborar normas, planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades operacionais afetas ao DECEA.

Ao SDTE compete elaborar normas, planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades técnicas afetas ao DECEA.

#### 1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos estabelecidos estão relacionados às principais áreas de atuação do DECEA. Essas áreas representam os diversos sistemas, em que são inseridas todas as atividades e projetos necessários ao desenvolvimento do SISCEAB e evolução do ATM Nacional. Esses sistemas são divisões atribuídas dessas áreas, com a finalidade de possibilitar o agrupamento de atividade e projetos com características afins.

A cada área de atuação foi atribuído um código para melhor identificar o respectivo macroprocesso na sistemática de planejamento adotada no âmbito do DECEA e OM subordinadas. As definições dessas Áreas e seus respectivos Sistemas constam como Anexo B da ICA 19-78 e são os seguintes:

- Gerenciamento de Tráfego Aéreo – ATM;
- Telecomunicações – TEL;
- Vigilância do Espaço Aéreo – VIG;
- Apoio às Operações Aéreas Militares – OPM;
- Meteorologia Aeronáutica – MET;
- Informações Aeronáuticas – AIS;
- Busca e Salvamento – SAR;
- Meios de Navegação Aérea – NAV;
- Inspeção em Voo e Radiomonitoragem – INV; e
- Cartografia Aeronáutica – CAR.

Para o cumprimento da sua missão institucional, o DECEA tem sua estrutura de planejamento voltada tanto para o atendimento dos projetos estratégicos atribuídos pelo COMAER, por meio do PEMAER, como para o atendimento à evolução do ATM Nacional.

O DECEA estruturou seu planejamento com projetos e atividades definidos para um período

de oito anos, consubstanciando essas necessidades no seu Plano Setorial, base para a elaboração e atualização anual dos Programas de Trabalho das Organizações subordinadas.

Nesse Plano e Programas as necessidades priorizadas são divididas em áreas de atuação, sendo definidos os respectivos projetos e atividades, apresentados, sinteticamente, da seguinte forma:

<b>Áreas de Atuação</b>	<b>Sistemas</b>	<b>Projetos e Atividades</b>
Macroprocessos	Grupos específicos relacionados a uma determinada área de atuação específica do DECEA e OM subordinadas.	Projetos e atividades para o atendimento da necessidade apresentada.

#### 1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

Analogamente aos Macroprocessos Finalísticos, tanto do ponto de vista estrutural quanto sistêmico, os Macroprocessos de Apoio estão vinculados às áreas de atuação do DECEA, constituindo-se na sua maioria de atividades voltadas para o apoio da execução dos projetos e atividades afetos aos macroprocessos finalísticos. As definições dessas Áreas e seus respectivos Sistemas constam como Anexo B da ICA 19-78 e são os seguintes:

- Apoio Administrativo – ADM;
- Recursos Humanos – RHU; e
- Suporte Logístico – LOG.

#### 1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

O DECEA tem como parceiros a INFRAERO (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) e demais provedores de serviço de tráfego aéreo estaduais, municipais e privados que operam EPTA (Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo).

## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

### 2.2. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

No nível tático, o PLANSET contempla, além dos interesses do COMAER, o compromisso assumido pelo País junto aos organismos internacionais, em especial à Organização de Aviação Civil Internacional. Portanto, este Plano contempla projetos e atividades essenciais ao gerenciamento e ao controle da Circulação Aérea Geral (CAG) e da Circulação Operacional Militar (COM).

A estratégia definida constitui o instrumento balizador para o alcance do objetivo estratégico do DECEA, qual seja, *alcançar a excelência no gerenciamento e controle do espaço aéreo sob a responsabilidade do Estado Brasileiro*, bem como para o atendimento dos objetivos específicos estabelecidos na Política de Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo (DCA 351-1).

### 2.3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A estratégia organizacional de execução do PLANSET foi estruturada para possibilitar ao DECEA dar continuidade às ações de modernização, substituição e revitalização de sistemas, meios e equipamentos, de forma que o SISCEAB continue sendo referência na Região CAR/SAM, principalmente no que se refere ao compromisso assumido pelo País em relação à implementação dos novos sistemas de navegação aérea.

Pelo aperfeiçoamento dos processos de planejamento, orçamento e gestão e pela estrutura de planejamento adotada, os responsáveis designados, com atribuições específicas, deverão primar por resultados que assegurem a posição de destaque do SISCEAB no cenário regional.

Os índices a serem alcançados deverão contemplar as concepções dos novos empreendimentos, bem como as ações desenvolvidas no dia a dia, focadas na necessidade da garantia da manutenção e operação dos diversos segmentos do SISCEAB.

O índice de eficiência a ser alcançado está relacionado às coordenações entre os segmentos do DECEA e dos entendimentos entre o próprio DECEA e os elos do SISCEAB, principalmente aqueles que desempenham tarefas condicionadas à apresentação de produtos e serviços, diuturnamente desenvolvidos no atendimento aos anseios apresentados pelos usuários do Sistema.

Em todas as questões que envolvam ações de planejamento, especial atenção deve ser mantida nos projetos priorizados para a implementação do ATM Nacional. Nesse sentido, a estratégia organizacional deve ainda considerar, em síntese, os seguintes benefícios associados aos novos sistemas CNS/ATM:

- a) manutenção dos níveis requeridos de segurança operacional;
- b) garantia da transição para o novo Sistema ATM;
- c) garantia da fluidez do tráfego aéreo previsto para o Brasil e Região;
- d) redução do custo da implantação, operação e manutenção e da infraestrutura de navegação aérea;
- e) aumento da disponibilidade, integridade, cobertura e continuidade de serviços no Brasil e em porções da Região CAR/SAM; e
- f) aumento da eficiência das operações, com a implantação de rotas diretas e de serviços que permitam o cumprimento dos planejamentos de acordo com os interesses dos operadores.

A estratégia desenvolvida está apoiada em concepções integradas e complexas que abrangem aspectos operacionais, técnicos e administrativos, visando ao eficiente aproveitamento dos recursos, à redução de custos, adaptação às peculiaridades locais e às circunstâncias oportunas, objetivando a segurança das operações aéreas.

As ações decorrentes também estão condicionadas à disponibilidade de recursos, às normas e aos regulamentos, levando em conta, ainda, as prioridades e critérios estabelecidos, a capacidade logística e de manutenção, além das análises das relações de custos “versus” benefícios.

A tecnologia da informação voltada aos sistemas operacionais foi moldada para suportar as atividades desenvolvidas pelos órgãos operacionais, bem como a padronização de equipamentos, com vistas à interoperabilidade das atividades de TI, considerando a necessidade da segurança das informações processadas.

Quanto aos aspectos administrativos, a estratégia está focada para desenvolver, implementar e aperfeiçoar ações voltadas para o apoio ao homem, tendo como premissa o atendimento às necessidades e aos anseios dos profissionais do SISCEAB, além de proporcionar condições para a segurança e integridade dos órgãos, meios e equipamentos. Essa estratégia deverá também contemplar ações que promovam o levantamento do perfil do profissional nas diversas especialidades aplicadas ao SISCEAB, bem como difundir metodologias e programas de treinamentos voltados à mitigação dos erros relacionados aos Fatores Humanos, no exercício das atividades referentes ao controle e ao gerenciamento do tráfego aéreo.

- **Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas:**

A administração entende que um dos riscos que prejudicou o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência está relacionado à dimensão do território nacional, considerando que em muitas localidades do País o DECEA está presente com órgãos operacionais e técnicos. Nesse sentido, especial atenção tem sido dispensada à Região Amazônica, que, por suas características específicas, apresenta dificuldades para o constante e necessário apoio.

- **Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária:**

Anualmente, nas atualizações do PLANSET e PT os macroprocessos estabelecidos são revisados, tendo-se por base a execução do exercício de referência, as novas necessidades apresentadas pelas OM, bem como a inserção de novas etapas e/ou projetos deduzidos do PEMAER, quando pertinente.

- **Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos:**

No exercício de referência não foram necessárias alterações nas estruturas consideradas.

- **Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados:**

No âmbito interno do DECEA, sempre que trabalhos são desenvolvidos, desde que voltados para os interesses do SISCEAB e tenham relação com os objetivos definidos, são realizadas apresentações no auditório e divulgados no site [www.decea.intraer](http://www.decea.intraer).

- **Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos:**

Não foram identificadas outras estratégias que possam ser consideradas relevantes para se atingir os objetivos definidos.

#### 2.4. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Para o cumprimento das metas físicas planejadas na Ação 20XV, planos orçamentários 001 e 002, foram executados diversos projetos e atividades constantes do PLANSET e dos Programas de Trabalho do DECEA e das suas UJ subordinadas, conforme descritas no item Introdução deste relatório.

Convém ressaltar que devido ao porte, especificidade, complexidade e abrangência (em todo território nacional) o desenvolvimento da maioria dos projetos são de caráter plurianual,

significando que, para efeito de aplicação dos recursos orçamentários, ao longo do exercício de 2012 os projetos tiveram o seguinte comportamento:

- a) Iniciados em anos anteriores e concluídos no exercício;
- b) Iniciados em anos anteriores e ultrapassando o exercício;
- c) Iniciados no exercício e concluídos no próprio exercício; e
- d) Iniciados no exercício e continuando em anos posteriores.

Nesse sentido, listam-se a seguir as principais realizações nas seguintes áreas de atuação do SISCEAB:

- Gerenciamento do Tráfego Aéreo
  - 107 projetos (25 concluídos e 82 em andamento).
  - 5 atividades (2 concluídas e 3 em andamento).
- Telecomunicações
  - 62 projetos (13 concluídos e 49 em andamento).
  - 3 atividades em andamento.
- Vigilância do Espaço Aéreo
  - 24 projetos (1 concluído e 23 em andamento).
- Operações Militares
  - 15 projetos (4 concluídos e 11 em andamento).
  - 3 atividades (2 concluídas e 1 em andamento).
- Meteorologia Aeronáutica
  - 68 projetos (20 concluídos e 48 em andamento).
  - 1 atividade concluída.
- Informações Aeronáuticas
  - 5 projetos (1 concluído e 4 em andamento).
  - 1 atividade concluída.
- Busca e Salvamento
  - 4 projetos (2 concluídos e 2 em andamento).
- Meios de Navegação Aérea
  - 37 projetos (17 concluídos e 20 em andamento).
  - 1 atividade concluída.
- Inspeção em Voo e Radiomonitoragem
  - 1 projeto em andamento.
- Cartografia Aeronáutica
  - 2 projetos concluídos.
  - 1 atividade em andamento.
- Recursos Humanos
  - 12 projetos (4 concluídos e 8 em andamento).
  - 2 atividades em andamento.
- Apoio Administrativo
  - 16 projetos (9 concluídos e 7 em andamento).
  - 11 atividades concluídas.
- Suporte Logístico
  - 157 projetos (55 concluídos e 102 em andamento).
  - 93 atividades (53 concluídas e 40 em andamento).

Em síntese, em 2012 foram concluídos 153 projetos e 357 se encontravam em desenvolvimento para serem concluídos em 2013 e anos subseqüentes. Quanto às atividades, 70 foram concluídas em 2012 e 50 foram executadas em consonância com o planejado para o exercício e terão prosseguimento em 2013 e anos subseqüentes. Embora as atividades tenham caráter continuado, cabe esclarecer que algumas são específicas (finalísticas) ou vinculadas a algum evento, justificando-se, dessa forma, a classificação de atividades concluídas.

## 2.5. INDICADORES

Quadro A.2.5 – Indicadores de Desempenho da Gestão Desenvolvidos pela UJ

<b>Espaço Aéreo Monitorado (EAM)</b>	
<b>Objetivo da Mensuração</b>	Avaliar o desempenho do DECEA e Organizações Subordinadas no que se refere à vigilância do espaço aéreo brasileiro.
<b>Identificação das Variáveis</b>	EAM - Espaço Aéreo Monitorado. EEM - Espaço Aéreo Efetivamente Monitorado por Radar Secundário no Nível de Voo 200. EIM - Espaço Aéreo de Interesse para a Monitoração por Radar Secundário no Nível de Voo 200.
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Subdepartamento Técnico (SDTE).
<b>Fórmula do Indicador de Desempenho</b>	$EAM = (EEM / EIM) \times 100$ .
<b>Periodicidade e Responsável pela Medição</b>	Anual. SDTE.
<b>Meta para o ano</b>	90,7%.
<b>Data e Valor da Última Medição</b>	31/12/2012. 90,7%.
<b>Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização</b>	Excelente.

Quadro A.2.5 – Indicadores de Desempenho da Gestão Desenvolvidos pela UJ

<b>Atrasos de Voos Regulares Relacionados ao Controle do Tráfego Aéreo</b>	
<b>Objetivo da Mensuração</b>	Avaliar o desempenho do DECEA e Organizações subordinadas no que se refere à eficiência do gerenciamento e controle do tráfego aéreo.
<b>Identificação das Variáveis</b>	AVR - Atrasos de Voos Regulares Relacionados ao Controle do Tráfego Aéreo. QPR - Quantidade Diária de Partidas de Voos Regulares com Atraso Superior a 30 Minutos Relacionados ao Controle do Tráfego Aéreo. QCR - Quantidade Diária de Chegadas de Voos Regulares com Atraso Superior a 30 Minutos Relacionados ao Controle do Tráfego Aéreo. QTR - Quantidade Diária Total de Partidas e Chegadas de Voos Regulares. D - Dia.
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Relatório da Situação Diária do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA).
<b>Fórmula do Indicador de Desempenho</b>	$AVR = \frac{D-1 \sum_{365} \{[(QPR + QCR) \div QTR] \times 100\}}{365}$ . <b>Notas:</b> – É contabilizada a quantidade de voos regulares com atrasos maiores do que 30 minutos que partem e chegam aos seguintes aeroportos: Brasília, Confins, Congonhas, Curitiba, Eduardo Gomes, Fortaleza, Galeão, Guarulhos, Maceió, Natal, Porto Alegre, Recife, Salvador e Santos Dumont. – O índice apresentado é a média anual dos índices diários dos aeroportos citados.
<b>Periodicidade e Responsável pela Medição</b>	Diária. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APLOG).
<b>Meta para o ano</b>	0,000%.
<b>Data e Valor da Última Medição</b>	03/11/2012. 0,001%.
<b>Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização</b>	Excelente.

Quadro A.2.5 – Indicadores de Desempenho da Gestão Desenvolvidos pela UJ

<b>Confiabilidade das Previsões Meteorológicas de Aeródromo</b>	
<b>Objetivo da Mensuração</b>	Avaliar o desempenho do DECEA e Organizações subordinadas no que se refere à exatidão das previsões meteorológicas de aeródromo.
<b>Identificação das Variáveis</b>	CPM - Confiabilidade das Previsões Meteorológicas de Aeródromo. QPE - Quantidade de Previsões Exatas. QPR - Quantidade de Previsões Realizadas. <b>Nota:</b> São consideradas “exatas” as previsões cuja diferença em relação à observação meteorológica correspondente se situa dentro dos limites definidos na instrução normativa pertinente expedida pelo Subdepartamento de Operações (SDOP). D – Dia.
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Programa de Controle e Avaliação da Previsão de Aeródromo (PCOAMET).
<b>Fórmula do Indicador de Desempenho</b>	$CPM = \frac{1}{D} \sum_{D=1}^{365} \{[(QPE \div QPR) \times 100] \div 365$ . <b>Nota:</b> O índice apresentado é a média anual dos índices nacionais diários.
<b>Periodicidade e Responsável pela Medição</b>	Diária. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APLOG).
<b>Meta para o ano</b>	80%.
<b>Data e Valor da Última Medição</b>	28/10/2012. 84%.
<b>Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização</b>	Excelente.

Quadro A.2.5 – Indicadores de Desempenho da Gestão Desenvolvidos pela UJ

<b>Eficiência das Missões de Busca</b>	
<b>Objetivo da Mensuração</b>	Avaliar o desempenho do Serviço de Busca e Salvamento (SAR) no que se refere à localização dos objetos das buscas.
<b>Identificação das Variáveis</b>	EMB - Eficiência das Missões de Busca. QML - Quantidade de Missões de Busca com Localização do Objeto. QMR - Quantidade de Missões de Busca Realizadas.
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Anuário de 2011 do Serviço de Busca e Salvamento.
<b>Fórmula do Indicador de Desempenho</b>	$EMB = (QML \div QMR) \times 100$ .
<b>Periodicidade e Responsável pela Medição</b>	Anual. Subdepartamento de Operações (SDOP).
<b>Meta para o ano</b>	100%.
<b>Data e Valor da Última Medição</b>	31/12/2012. 77,7%.
<b>Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização</b>	Satisfatório.

Quadro A.2.5 – Indicadores de Desempenho da Gestão Desenvolvidos pela UJ

<b>Atualização Tecnológica dos Órgãos de Controle de Tráfego Aéreo</b>	
<b>Objetivo da Mensuração</b>	Avaliar o desempenho do DECEA e Organizações subordinadas no que se refere à manutenção da atualidade tecnológica dos Órgãos de Controle de Tráfego Aéreo (ATC).
<b>Identificação das Variáveis</b>	IAT - Índice de Atualidade Tecnológica. ACC - Centro de Controle de Área. APP - Centro de Controle de Aproximação. TWR - Torre de Controle de Aeródromo. QA - Quantidade de Órgãos ATC Atualizados. QT - Quantidade Total de Órgãos ATC. <b>Nota:</b> São considerados “tecnologicamente atualizados” os Órgãos ATC que tenham sofrido qualquer intervenção de grande monta nos últimos cinco anos com vistas à substituição que resulte na modernização de software e/ou hardware do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados (STVD) e/ou da Central de Áudio e componentes associados.
<b>Origem dos dados empregados na fórmula</b>	Divisão Operacional da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA).
<b>Fórmula do Indicador de Desempenho</b>	$IAT = [3 \times (ACC_{QA} \div ACC_{QT}) + 2 \times (APP_{QA} \div APP_{QT}) + (TWR_{QA} \div TWR_{QT})] \div 6$ <b>Notas:</b> – O índice calculado abrangeu um total de 5 ACC, 23 APP e 33 TWR. Estas quantidades poderão ser alteradas no futuro em função da implantação de mais Órgãos ATC dos tipos considerados. – O cálculo do índice é feito por média ponderada em vista da área de controle abrangida por cada tipo de Órgão ATC. Por isso, o resultado é apresentado como um valor decimal, em lugar de percentual, uma vez que ele não expressa uma fração do total de Órgãos ATC.
<b>Periodicidade e Responsável pela Medição</b>	Anual. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APLOG).
<b>Meta para o ano</b>	0,71.
<b>Data e Valor da Última Medição</b>	31/12/2012. 0,71.
<b>Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização</b>	Excelente. <b>Nota:</b> – O programa de modernização de Torres de Controle e a atualização tecnológica regular planejada de todos os Órgãos ATC elevarão o índice a um valor acima de 0,90 até o final de 2015, índice este que deverá ser mantido a partir de então.

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS					
Ambiente de Controle					
	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Análise Crítica:</b> As informações prestadas neste quadro refletem a percepção da Alta administração do DECEA, consolidadas pela Vice-Direção.</p> <p>A missão do DECEA impõe a constante preocupação com todos os riscos que possam envolver a atividade, bem como o consequente tratamento dos mesmos, de forma que as medidas necessárias para mitigá-los sejam adotadas tempestivamente.</p> <p>No Comando da Aeronáutica as atividades de controle são padronizadas e acompanhadas pelas instâncias superiores, o que minimiza a ocorrência de fraudes e desvios e, na eventual ocorrência dos mesmos. Quando fatos desabonadores ocorrem, processos de sindicância são prontamente instaurados para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</p> <p>A difusão das informações é feita por meios atualizados e eficientes, permitindo atender plenamente às necessidades e expectativas dos grupos e indivíduos pertencentes à UJ.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) – Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas, e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente a correição

militar complementa no que couber o Conselho de Justificação – Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas – Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica – Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica – Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

### 3.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

#### 4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

##### 4.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade **da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada** no relatório de gestão.

##### 4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO				
Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2058			
Título	Política Nacional de Defesa			
Órgão Responsável	Ministério da Defesa			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)				
d) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento		
0461	Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando ampliar a capacidade de defesa aérea, controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)		
0533	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)		
0971	Implantação do novo Centro de Instrução e Adequação da Força Aérea em Pirassununga – SP.	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)		

#### Análise Crítica

Esta UJ só tem acesso aos Objetivos do Programa, motivo pelo qual os demais dados referentes ao Programa em tela deixaram de ser preenchidos.

#### 4.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação do Objetivo						
Código	0461					
Descrição	Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando ampliar a capacidade de defesa aérea, controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.					
Programa	2058 – Política Nacional de Defesa					
Órgão Responsável	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
976.154.474,00	980.408.971,10	979.452.390,80	549.196.460,30	36.608.227,07	447.124.394,96	498.327.719,88
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Instalar radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro	Unidade	08	06	105.383.652,29	102.532.935,89
002	Substituir radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro	Unidade	04	02	47.501.121,89	33.557.576,95

#### Análise Crítica

A necessidade de garantir a segurança, fluidez e regularidade do tráfego aéreo, bem como a vigilância e o controle do espaço aéreo, são premissas básicas para o atendimento do público-alvo, representado pelas empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, Unidades Aéreas da Força Aérea, Exército e Marinha e usuários ou assinantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica. Tais serviços são executados em consonância com planos e acordos estabelecidos junto a organismos nacionais e internacionais (em que prepondera a Organização de Aviação Civil Internacional – OACI), de modo a atender a crescente demanda do tráfego aéreo doméstico e internacional, a evolução tecnológica das aeronaves, a navegação aérea, os meios de controle de tráfego aéreo e as telecomunicações aeronáuticas.

Na busca constante por assegurar a prestação de serviços em níveis idênticos aos fornecidos pelos países desenvolvidos, no decorrer de 2012 foram implantados novos sistemas radar, em locais que demandavam a disponibilização desses equipamentos, bem como substituídos outros, que careciam de atualização tecnológica.

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ			
Identificação do Objetivo			
Código	0533		
Descrição	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.		
Programa	2058 – Política Nacional de Defesa		
Órgão Responsável	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)		
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

### Análise Crítica

Esta UJ só tem acesso aos Objetivos do Programa, motivo pelo qual os demais dados referentes ao Programa em tela deixaram de ser preenchidos.

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação do Objetivo						
Código	0971					
Descrição	Implantação do novo Centro de Instrução e Adequação da Força Aérea em Pirassununga – SP					
Programa	2058 – Política Nacional de Defesa					
Órgão Responsável	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
216.485.000,00	239.250.995,44	142.655.367,28	119.855.888,43	0,00	0,00	119.855.888,43
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais	-	-	-	-	-
002	Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa - MG	m2	31.261,81	29.517,07	16.479.347,20	11.414.859,14

### Análise Crítica

Por não constar do planejamento de UJ do DECEA, deixaram de ser preenchidos os dados referentes à meta 001 *Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais*, uma vez que esta UJ é responsável apenas pelas informações da meta 002 *Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa – MG*.

Em face da atribuição conferida pelo Comandante da Aeronáutica pelo Ofício Circular nº 6/GC3/31742, de 12/07/2012, a CISCEA recebeu a incumbência de gerir a obra de construção e implantação das novas instalações do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), a partir de 13/08/2012.

Diante do histórico acerca dos fatos que antecederam a sub-rogação contratual do CIAAR para a CISCEA, esta entendeu ser necessário o aprofundamento nos detalhes técnicos da construção para, a partir de então, dimensionar com maior precisão tudo o que seja necessário para a consecução plena do objeto contratual, conseqüentemente, devido a esta questão, o avanço físico-financeiro previsto para o ano de 2012 do empreendimento não foi atingido em sua plenitude.

#### 4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Iniciativa						
Código	01HF					
Descrição	Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB					
Objetivo	0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando ampliar a capacidade de defesa aérea, controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
976.154.474,00	980.408.971,10	979.452.390,80	549.196.460,30	36.608.227,07	447.124.394,96	498.327.719,88
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Instalar radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro	Unidade	08	06	105.383.652,29	102.532.935,89
002	Substituir radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro	Unidade	04	02	47.501.121,89	33.557.576,95

#### Análise Crítica

Em 2012, foram mantidos os elos executivos do SISCEAB constituídos por seus Órgãos Regionais e Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo.

As principais ações foram direcionadas para a revitalização dos sistemas de energia e de climatização dos sítios do SISCEAB, implantação de ferramentas para previsão de demanda de tráfego aéreo e para cálculo de capacidade ATC (capacidade de controle de tráfego aéreo) e aeroportuária, elaboração de procedimentos RNAV (navegação aérea) e RNP (performance de navegação requerida) e implantação de sistema para coleta e tratamento de dados para os indicadores de desempenho do DECEA.

Está sendo implantado PBN (Sistema de Navegação Baseado em Performance) no espaço aéreo brasileiro e modernizado o software de simulação e treinamento de tráfego aéreo do ICEA.

Foram reformadas as TWR Guaratinguetá, Afonsos, Santa Cruz e Marte, modernizado o hardware e o interfaceamento EMS/TWR, modernizado o sistema tarifador (software) e o módulo “aeródromo” do sistema estatístico de tráfego aéreo, implantado o sistema de gerenciamento de dados de segurança operacional do controle do espaço aéreo, ressetorizadas as frequências VHF do APP-SP, modernizada a rede local do DTCEA-Galeão e a rede de dados e telefonia operacional, substituídos os roteadores / switches de Petrolina, Porto Seguro, Recife, Fernando de Noronha, Alcântara, Afonsos, Galeão, Natal, Recife e Santa Cruz, implantada a rede de cabeamento estruturado nos esquadrões do 1º GCC, implantado o sistema para *downlink* automático de dados meteorológicos gerados por aeronaves e dados meteorológicos de superfície e de altitude no banco de climatologia, revitalizadas as estações meteorológicas de superfície de Florianópolis, Santa Maria, Salvador e Fernando de Noronha, implantado banco de dados de informações aeronáuticas e modernizado o sistema automatizado de gerenciamento de notam – SISNOTAM.

Foram também modernizados os kits de deslocamento dos RCC (Centros de Coordenação de Busca e Salvamento), reformadas as KT dos sistemas irradiantes dos ILS IEG (marcador interno de Eduardo Gomes) e IMN (marcador interno de Manaus) e NDB (radiofarol não direcional),

Príncipe da Beira, Oiapoque, Tiriós e São Luís, reformadas as KT dos equipamentos de auxílio à navegação do DTCEA-Cuiabá, desenvolvido o sistema de Gestão de ensino do ICEA, os cursos de meteorologia aeronáutica e busca e salvamento, o sistema de comunicação em rede (COMVOIP) para o simulador de VHF para uso ATC, implantado o SAS (Sistema de Análise de Situação e Cálculos Estatísticos) para o CGNA e implantada a automação do Sistema Vigilante (Sistema de Gerenciamento de Inspeções da ASOCEA).

Foi efetivada a manutenção da rede RACAM, do sistema de divulgação de dados AIS via WEB, dos sistemas de tratamento e visualização de dados do SISCEAB, dos meios COSPAS-SARSAT, dos equipamentos e sistemas eletrônicos do SISCEAB, dos sobressalentes para os sistemas e equipamentos de energia elétrica, climatização e aterramento dos Órgãos do SISCEAB e dos serviços de canalização de dados e voz aos Órgãos do SISCEAB, dentre outros.

Para o exercício de 2012 foi planejada a implantação de oito sistemas radar, sendo que quatro destes tiveram sua implantação concluída nas localidades de Barcelos, Navegantes, Sinop e Tefé, e a aquisição de dois radares secundários transportáveis com a finalidade de apoiar o programa de substituição dos radares existentes.

A implantação dos outros dois radares, nas localidades de Teresina e Palmas, não foi concluída no exercício de 2012, em razão de problemas na execução da infraestrutura necessária para apoiar tais radares, estando planejada a sua conclusão e entrada em operação para o exercício de 2013.

Com relação ao planejamento da substituição dos quatro radares, dois destes, conforme planejado, tiveram sua conclusão nas localidades de Santa Tereza e Três Marias.

Quanto à substituição dos outros dois radares, a de um, na localidade de Chapada dos Guimarães, não foi concluída, em razão de problemas técnicos e operacionais constatados no radar durante a atividade de aceitação em campo, e a de outro, na localidade de Tanabi, encontra-se atrasada, em virtude de problemas técnicos ocorridos na instalação dos radares predecessores.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Iniciativa						
Código	020H					
Descrição	Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal.					
Objetivo	0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
910.000,00	909.932,52	909.932,52	519.828,56	0,00	392.007,52	517.992,48
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia	Sistema mantido	1	1	910.000,00	517.992,48

### Análise Crítica

As ações desenvolvidas com os recursos alocados nesse programa são direcionadas para o provimento de meios de suporte técnico, administrativo e gerencial necessários à execução dos empreendimentos sob a responsabilidade do CINDACTA IV.

Foram efetivadas aquisições de equipamentos de proteção individual, material de expediente, material elétrico e material eletrônico e mobiliário, contratação de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, contratação de serviços públicos, dentre outros.

Os recursos não têm sido suficientes para atender à demanda desta ação, o que prejudicará a continuidade das atividades programadas, podendo trazer sérios prejuízos para a manutenção do sistema.

#### 4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Ação						
Código		20XV				
Descrição		Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB				
Iniciativa		01HF - Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB				
Unidade Responsável		Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)				
Unidade Orçamentária		52911				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
976.154.474,00	980.408.971,10	979.452.390,80	549.196.460,30	36.608.227,07	447.124.394,96	498.327.719,88
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação e manutenção de equipamentos e sistemas, apoio logístico e conservação e implantação de edificações prediais.	Sistema mantido	1	1	667.135.150,00	430.869.422,20
2	Implantação e modernização de equipamentos e sistemas, e execução de obras civis.	Percentual de execução física	14,0	8,1	309.019.324,00	118.327.038,10

#### Análise Crítica

Esta Ação destina-se ao aperfeiçoamento, manutenção e suprimento dos meios de apoio necessários à circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição brasileira.

O objetivo específico desta Ação está relacionado à aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos, periféricos, contratação de profissionais e/ou empresas necessários à operação e manutenção de equipamentos, dos auxílios, dos sistemas e das instalações vinculados ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, tais como: auxílios à navegação aérea, suporte à navegação em rota, à aproximação para pouso, ao pouso e decolagem de aeronaves; serviços de informações aeronáuticas; meteorologia aeronáutica; vigilância radar; telecomunicações do Comando da Aeronáutica; manutenção das instalações prediais e de infraestrutura; serviços de transporte; serviços administrativos gerais; assessoria técnica especializada; manutenção de aeronaves que cumprem missões de inspeção em voo e de apoio logístico aos órgãos técnicos e operacionais do SISCEAB; elaboração, atualização e distribuição periódica de cartas de navegação aeronáutica; operação e manutenção de Sistemas e Instalações de Busca e Salvamento; formação, pós-formação e atualização de recursos humanos; e demais serviços e materiais imprescindíveis ao funcionamento da presente ação.

As metas em 2012 foram cumpridas parcialmente, tendo por base o planejamento aprovado para o período, o qual contemplou atividades e projetos para o Desenvolvimento e Modernização do SISCEAB, na busca por atender aos beneficiários diretos do Sistema: empresas aéreas; operadores de aeronaves civis e militares; pilotos civis e militares; unidades aéreas das Forças Armadas; usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

Os principais óbices para o não cumprimento integral da meta planejada para o exercício repousou basicamente nas dificuldades encontradas junto às CJU para aprovação de instrumentos contratuais, como também em ocorrências de fenômenos atmosféricos em obras civis.

O montante dos recursos inscritos em Restos a Pagar (RP), apesar de representar percentual significativo do montante orçamentário aprovado para o exercício, está dentro dos parâmetros julgados adequados para a execução no exercício de 2013.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Ação						
Código	20X4					
Descrição	Sistema de Proteção da Amazônia					
Iniciativa	020H – Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal.					
Unidade Responsável	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)					
Unidade Orçamentária	52111					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
910.000,00	909.932,52	909.932,52	519.828,56	0,00	392.007,52	517.992,48
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia	Sistema mantido	1	1	910.000,00	517.992,48

### **Análise Crítica**

Esta ação tem caráter multissetorial. A implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) foi atribuída ao Comando da Aeronáutica por meio da Comissão para Coordenação do Projeto do SIVAM (CCSIVAM), em decorrência dos conhecimentos técnicos e operacionais, sedimentados ao longo dos anos de instalação e operação dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA I, II, III). A ativação do SIVAM foi realizada com sucesso, estando o DECEA, órgão do Comando da Aeronáutica, responsável por sua implementação, encarregado de prover suporte técnico, logístico e de manutenção para toda sua infraestrutura.

Esta ação objetiva:

- 1) Prover meios de suporte técnico, administrativo e gerencial necessários à execução dos empreendimentos sob a responsabilidade do CINDACTA IV;
- 2) Proporcionar apoio técnico, administrativo e gerencial ao CINDACTA IV na gestão dos empreendimentos sob sua responsabilidade;
- 3) Adquirir equipamentos de proteção individual, material de expediente, material elétrico e material eletrônico e mobiliário e contratação de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, manutenção de serviços de transporte, conservação e limpeza, manutenção de serviços administrativos em geral e contratação de serviços públicos;

- 4) Proporcionar os meios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos do CINDACTA IV;
- 5) Prover a aquisição de sobressalentes, reparáveis e equipamentos necessários à manutenção dos Sistemas e Equipamentos já instalados, através da aquisição de material eletrônico, ferramentas, material para manutenção de máquinas e equipamentos energéticos, de telefonia e de climatização, material de informática e processamento de dados, máquinas e equipamentos energéticos, de climatização, de informática e de comunicações e da contratação de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos de informática e energéticos; e
- 6) Conservar o acervo técnico instalado, fornecer novos equipamentos e manter a operacionalidade dos equipamentos e sistemas, possibilitando o cumprimento do Plano Básico de Manutenção.

Os recursos não têm sido suficientes para atender à demanda desta ação, o que prejudicará a continuidade das atividades programadas, podendo trazer sérios prejuízos para a manutenção do sistema.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Ação						
Código	14VX					
Descrição	Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa – MG.					
Iniciativa	044X – Construção e Modernização de Instalações Militares					
Unidade Responsável	Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)					
Unidade Orçamentária	52111					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
216.485.000,00	239.250.995,44	142.655.367,28	119.855.888,43	0,00	0,00	119.855.888,43
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Execução de serviços de engenharia para construção do novo CIAA	m2	31.261,81	29.517,07	16.479.347,20	11.414.859,14

### **Análise Crítica**

Em face da atribuição conferida pelo Comandante da Aeronáutica pelo Ofício Circular nº 6/GC3/31742, de 12/07/2012, a CISCEA recebeu a incumbência de gerir a obra de construção e implantação das novas instalações do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), a partir de 13/08/2012.

Diante do histórico acerca dos fatos que antecederam a sub-rogação contratual do CIAAR para a CISCEA, esta entendeu ser necessário o aprofundamento nos detalhes técnicos da construção para, a partir de então, dimensionar com maior precisão tudo o que seja necessário para a consecução plena do objeto contratual, conseqüentemente devido a esta questão, o avanço físico-financeiro previsto para o ano de 2012 do empreendimento, não foi atingido em sua plenitude.

#### **4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ**

O DECEA e suas UJ subordinadas não possuem informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

## 4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

### 4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Comando da Aeronáutica	52111	120002
Fundo Aeronáutico	52911	121002

### 4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

#### 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

#### 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

#### 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

### 4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

A movimentação interna e externa de créditos no âmbito do Comando da Aeronáutica é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

### 4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

#### 4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários dela própria.

## 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

## 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO				Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2012	2011	2012	2011	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)</b>	<b>242.608.515,26</b>	<b>281.369.033,59</b>	<b>240.972.473,17</b>	<b>280.737.717,51</b>	
a) Convite	179.972,29	621.400,57	179.972,29	621.400,57	
b) Tomada de Preços	2.912.158,31	5.801.780,71	2.912.158,31	5.544.380,71	
c) Concorrência	40.947.219,23	68.208.596,25	40.947.219,23	68.208.596,25	
d) Pregão	198.569.165,43	206.737.256,06	196.933.123,34	206.363.339,98	
<b>2. Contratações Diretas (e+f)</b>	<b>78.637.311,45</b>	<b>106.254.214,44</b>	<b>78.219.255,96</b>	<b>105.942.818,11</b>	
e) Dispensa	30.548.251,18	78.464.833,70	30.183.244,89	78.160.597,40	
f) Inexigibilidade	48.089.060,27	27.789.380,74	48.036.011,07	27.782.220,71	
<b>3. Regime de Execução Especial (g)</b>	<b>400.410,46</b>	<b>274.961,79</b>	<b>400.410,46</b>	<b>274.961,79</b>	
g) Suprimento de Fundos	400.410,46	274.961,79	400.410,46	274.961,79	
<b>4. Pagamento de Pessoal (h)</b>	<b>31.760.811,21</b>	<b>26.143.318,86</b>	<b>31.419.779,26</b>	<b>26.101.389,86</b>	
h) Diárias	31.760.811,21	26.143.318,86	31.419.779,26	26.101.389,86	
<b>5. Outros (i)</b>	<b>118.716.840,94</b>	<b>87.853.502,72</b>	<b>118.711.058,69</b>	<b>77.273.902,31</b>	
i) Não se aplica	118.716.840,94	87.853.502,72	118.711.058,69	77.273.902,31	
<b>6. Total (7+8+9+10+11)</b>	<b>471.847.899,01</b>	<b>501.895.031,40</b>	<b>469.455.213,03</b>	<b>490.330.789,58</b>	

Fonte: SIAFI

## 4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO								Valores em R\$ 1,00	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>469.609.999,65</b>	<b>422.165.619,32</b>	<b>357.499.242,56</b>	<b>332.935.430,74</b>	<b>112.110.757,09</b>	<b>89.230.188,58</b>	<b>355.556.689,75</b>	<b>321.371.188,92</b>	
04- Contratação por Tempo Determinado	0,00	14.400,00	0,00	14.400,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00	
14- Diárias – Pessoal Civil	1.687.720,17	1.477.375,52	1.687.720,17	1.477.375,52	0,00	0,00	1.678.580,47	1.472.461,92	
15- Pagto de Diárias-Militar no País e Exterior	30.073.091,04	24.665.943,34	30.073.091,04	24.665.943,34	0,00	0,00	29.741.198,79	24.628.927,94	
30 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	47.106.123,32	35.107.477,07	33.888.050,73	26.714.443,06	13.218.072,59	8.393.034,01	33.540.802,88	26.273.908,46	
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distrib. Gratuita	74.696,22	106.342,93	66.402,40	102.807,13	8.293,82	3.535,80	42.661,06	102.807,13	
33- Passagens e Despesas com Locomoção	22.872.206,22	13.341.070,51	16.532.608,13	8.827.153,19	6.339.598,09	4.513.917,32	16.286.319,17	8.674.905,71	
35- Serviços de Consultoria	758.226,27	537.712,34	758.226,27	512.559,84	0,00	25.152,50	758.226,27	512.559,84	
36- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	4.279.968,29	2.903.792,57	2.734.398,69	1.801.126,82	1.545.569,60	1.102.665,75	2.734.398,69	1.801.126,82	
39-Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	339.299.132,99	342.829.952,37	259.420.760,92	267.966.471,64	79.878.372,07	74.863.480,73	258.442.300,46	257.036.940,90	
41-Contribuições – Fundo a Fundo	21.973.918,45	0,00	11.197.929,50	0,00	10.775.988,95	0,00	11.197.929,50	0,00	
47-Obrig.Tribut.e Contrib-Op. Intraorçamentárias	847.064,62	740.676,86	536.246,38	423.174,39	310.818,24	317.502,47	534.542,38	423.174,39	
92- Despesas de Exercícios Anteriores	166.019,63	346.067,68	166.019,63	346.067,68	0,00	0,00	163.956,38	346.067,68	
93- Indenizações e Restituições	471.832,43	94.808,13	437.788,70	83.908,13	34.043,73	10.900,00	435.773,70	83.908,13	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<b>4 – Investimentos</b>	<b>256.604.168,57</b>	<b>375.319.870,78</b>	<b>114.624.646,76</b>	<b>168.959.600,66</b>	<b>141.979.521,81</b>	<b>206.360.270,12</b>	<b>114.166.287,79</b>	<b>168.959.600,66</b>	
30 - Material de Consumo	1.514.137,34	5.000.907,77	683.752,66	4.453.202,46	830.384,68	547.705,31	683.752,66	4.453.202,46	
35 - Serviços de Consultoria	0,00	296.200,00	0,00	0,00	0,00	296.200,00	0,00	0,00	
39-Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	92.954.607,45	94.284.985,49	37.082.687,75	41.301.943,61	55.871.919,70	52.983.041,88	37.082.687,75	41.301.943,61	
41-Contribuições - Fundo a Fundo	7.376.074,20	0,00	5.598.964,75	0,00	1.777.109,45	0,00	5.598.964,75	0,00	
51-Obras e Instalações - Op. Intraorc.	76.298.818,36	138.958.765,72	38.188.770,84	58.114.498,62	38.110.047,52	80.844.267,10	38.188.770,84	58.114.498,62	

52 - Equip. e Material Permanente – Op. Intraorc.	78.460.531,22	136.779.011,80	33.070.470,76	65.089.955,97	45.390.060,46	71.689.055,83	32.612.111,79	65.089.955,97
---	---------------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: SIAFI

#### 4.2.4.2.3 Análise crítica

##### **ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ**

O DECEA executou 99% de suas aquisições em modalidades licitatórias de publicidade total, sendo 82% por pregões eletrônicos, 16% por concorrências e 1% por tomadas de preços, através do [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), Diário Oficial da União e jornais de grande circulação.

Do montante orçamentário executado por dispensa de licitação, 80% são despesas relativas ao fornecimento de energia elétrica às UJ subordinadas.

Embora as despesas correntes tenham se mantido em um patamar idêntico ao executado em anos anteriores, as despesas com passagens tiveram um aumento próximo a 60%, o que se justifica pelo grande número de missões realizadas em apoio às atividades do DECEA voltadas para o envolvimento com os grandes eventos de que o Brasil participou e participará nos anos seguintes.

Fica comprovado que as UJ subordinadas ao DECEA continuam primando pela total transparência, zelo e probidade administrativa na utilização dos recursos sob sua responsabilidade.

##### **ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS OCORRIDAS NO EXERCÍCIO**

As despesas com diárias de pessoal civil e militar tiveram um aumento de 17% quando comparadas com as executadas em 2011. A principal causa desse aumento foi a duplicação dos valores das diárias pagas ao pessoal engajado na preparação e na realização da Conferência Rio + 20.

##### **CONTINGENCIAMENTO NO EXERCÍCIO**

Não houve contingenciamento de créditos orçamentários no exercício.

##### **EVENTOS NEGATIVOS/POSITIVOS QUE PREJUDICARAM/FACILITARAM A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

###### **Eventos negativos:**

A Execução Orçamentária dos Créditos aprovados para o exercício de 2012 foi prejudicada pela demora nas análises jurídicas por parte de algumas CJU. No decorrer do exercício houve diversas solicitações de alterações nos processos, em razão de diferentes interpretações de técnicos das CJU para as instruções normativas e acórdãos do TCU para processos semelhantes, o que demandou retrabalho e, conseqüentemente, um aumento significativo nos prazos para efetivação dos instrumentos contratuais. Tal fato, em alguns casos, representou uma redução na execução orçamentária de alguns projetos em relação ao previsto, implicando aumento do volume de recursos inscritos em Restos a Pagar.

A publicação de diversas leis e normas na área de licitações e contratos também sobrecarregou os gestores na elaboração dos editais e seus anexos, demandando mais tempo na conclusão dos processos.

Tudo isso contribui, a cada ano, para o aumento do tempo de execução dos processos licitatórios, acarretando atrasos significativos no cumprimento da missão do DECEA.

A deficiência de pessoal nas áreas administrativas, principalmente com experiência, influenciou negativamente a execução orçamentária. Verifica-se que a situação permanecerá nos próximos exercícios, caso não haja o devido recompletamento.

**Eventos positivos:**

A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) se converteu em ferramenta facilitadora na execução orçamentária.

A liberação tempestiva dos recursos orçamentários e dos recursos financeiros influenciou positivamente a execução orçamentária.

O investimento na capacitação pessoal aumentou a produtividade, reduziu o retrabalho e consertou erros que vinham sendo cometidos devido à falta de conhecimento.

A padronização de uma série de equipamentos utilizados no SISCEAB contribuiu sobremaneira para agilizar os processos de execução.

**OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

Nada a relatar.

## 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no exercício.

### 5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				Valores em R\$ 1,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	11.564.241,82	10.105,00	11.554.136,82	0,00
2010	1.228.601,45	2.838,50	1.225.762,95	0,00
2009	1.557.524,76	73.315,86	1.484.208,90	0,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	295.590.458,70	4.301.987,90	292.494.568,62	32.284.219,15
2010	241.672.153,95	1.856.966,31	239.540.002,14	275.185,50
2009	193.491.809,06	2.842.451,31	190.649.357,75	0,00

Fonte: SIAFI

#### 5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA

Durante o exercício de 2012, a Administração aperfeiçoou seus processos no intuito de melhorar a execução orçamentária, buscando gerir os recursos inscritos em Restos a Pagar de forma a causar o menor impacto possível na gestão dos recursos programados para o exercício.

Nesse sentido, foram elaboradas análises críticas, com respeito aos valores inscritos em Restos a Pagar, abordando-se os itens abaixo relacionados:

#### **A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ.**

Por meio de um aprimoramento da rotina administrativa, com a implantação de métodos eficazes e eficientes de cobranças das pendências registradas nos empenhos, utilizando ferramentas dinâmicas e precisas, foi possível efetivar a gestão dos valores inscritos em Restos a Pagar, juntamente com a gestão dos recursos do exercício, de forma harmônica, sem prejuízo para os processos em curso.

#### **Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores.**

A gestão dos processos inscritos em RP demanda a execução de controles concomitantes com os da gestão financeira dos recursos alocados para o exercício, o que causa impactos em função do acúmulo de tarefas relacionadas com a execução orçamentária e financeira do exercício anterior e do exercício vigente, acarretando sobrecarga aos gestores responsáveis.

**As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro.**

A permanência de RP Não Processados por mais de um exercício justifica-se pela natureza dos objetos contratados, tais como: obras, serviços de desenvolvimento e implantação de *software*, os quais são passíveis de surgimento de fatos novos no correr de seus desenvolvimentos, tendo como consequência a ocorrência de atrasos e adiamentos, acrescidos das dificuldades logísticas de transporte em regiões de difícil acesso, como a amazônica, que justificam atrasos não planejados na execução de serviços ou entrega de material.

Todos os valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência deste Relatório de Gestão tiveram as suas prorrogações efetuadas por Decreto.

**Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP.**

**Aspecto negativo** – As aquisições de material por intermédio das licitações na modalidade de Pregão Eletrônico e por Adesão a Atas de Registro de Preços, em locais distantes dos de aquisição, prejudicaram a gestão de RP pela demora na chegada do material adquirido.

**Aspecto positivo** – A atuação dos Agentes da Administração da UJ, comprometidos com a execução das despesas inscritas em RP e também com a redução dos valores a serem inscritos em RP, aplicando as disposições contratuais em favor da Administração e buscando sempre o adimplemento das obrigações das contratadas.

### **5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS**

#### **5.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO**

Não ocorreu no exercício.

#### **5.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Não ocorreu no exercício.

#### **5.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE**

Não ocorreu no exercício.

#### **5.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE**

Não ocorreu no exercício.

#### **5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE**

Não ocorreu no exercício.

#### **5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA**

Não ocorreu no exercício.

## 5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

### 5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

#### 5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)					Valores em R\$ 1,00
Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
120008	CINDACTA I	0,00	5.912,96	48.653,22	54.566,18
120409	DTCEA-AN	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
120410	DTCEA-BR	0,00	0,00	3.404,90	3.404,90
120424	DTCEA-BQ	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
120408	DTCEA-BW	0,00	0,00	6.200,00	6.200,00
120411	DTCEA-CC	0,00	9.810,00	0,00	9.810,00
120431	DTCEA-CF	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
120412	DTCEA-CY	0,00	0,00	25.500,00	25.500,00
120406	DTCEA-GA	0,00	0,00	6.500,00	6.500,00
120407	DTCEA-GI	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
120400	DTCEA-PCO	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
120404	DTCEA-SRO	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
120403	DTCEA-STA	0,00	2.000,00	6.800,00	8.800,00
120405	DTCEA-TNB	0,00	0,00	16.000,00	16.000,00
120402	DTCEA-TRM	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00
120467	DTCEA-YS	0,00	0,00	8.500,00	8.500,00
	<b>Total Utilizado pela UJ CINDACTA I por Tipo de SF</b>	<b>0,00</b>	<b>17.722,96</b>	<b>191.058,12</b>	<b>208.781,08</b>
12036	DECEA	0,00	0,00	78,00	78,00
	<b>Total Utilizado pela UJ DECEA por Tipo de SF</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>78,00</b>	<b>78,00</b>
120072	CINDACTA II	0,00	11.580,38	18.077,21	29.657,59
	<b>Total Utilizado pela UJ CINDACTA II por Tipo de SF</b>	<b>0,00</b>	<b>11.580,38</b>	<b>18.077,21</b>	<b>29.657,59</b>
120094	CINDACTA IV	0,00	0,00	16.180,02	16.180,02
120483	DTCEA-IZ	0,00	0,00	8.330,08	8.330,08
120489	DTCEA-SI	0,00	0,00	11.313,00	11.313,00
120494	DTCEA-CZ	0,00	3.450,00	4.216,30	7.666,30
120425	DTCEA-BE	0,00	0,00	11.868,93	11.868,93
120486	DTCEA-MQ	0,00	0,00	6.778,84	6.778,84
120450	DTCEA-RB	0,00	0,00	11.962,09	11.962,09
120456	DTCEA-SL	0,00	0,00	5.640,61	5.640,61
120427	DTCEA-BV	0,00	0,00	11.762,11	11.762,11
120492	DTCEA-VH	0,00	0,00	11.486,33	11.486,33
120475	DTCEA-UA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
120458	DTCEA-TT	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
120487	DTCEA-SN	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
120488	DTCEA-FA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
120485	DTCEA-AA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
120439	DTCEA-GM	0,00	4.470,00	0,00	4470,00
120491	DTCEA-TF	0,00	6.682,00	0,00	6.682,00
	<b>Total Utilizado pela UJ CINDACTA IV por Tipo de SF</b>		<b>50.602,00</b>	<b>99.538,31</b>	<b>150.140,31</b>

Fonte: SIAFI

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)					Valores em R\$ 1,00
Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
120008	Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo	0,00	17.722,96	191.058,12	208.781,08
120036	Departamento de Controle do Espaço Aéreo	0,00	0,00	78,00	78,00
120072	Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo	0,00	11.580,38	18.077,21	29.657,59
120094	Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo	0,00	50.602,00	91.463,99	142.065,99
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>	<b>0,00</b>	<b>79.905,34</b>	<b>300.677,32</b>	<b>380.582,66</b>

Fonte: SIAFI

#### 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não ocorreu no exercício.

#### 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

### CINDACTA I

QUADRO A.5.10 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR					Valores em R\$ 1,00
Código da UG	120008	Limite de Utilização da UG		55.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
DANIEL WERNECK PINTO HOELZ	01574606140	3.000,00	0	2.673,22	2.673,22
GILSON FERNANDES QUEIROZ	00044775709	8.000,00	0	7.998,91	7.998,91
JOAO FRANCISCO G. JUNIOR	55606083191	2.000,00	0	2.000,00	2.000,00
LEONARDO FERREIRA DA SILVA	72831308100	1.000,00	912,96	0	912,96
LUIS CARLOS DE SOUZA	33115230753	24.000,00	0	23.999,95	23.999,95
LUIZ FERNANDO ROSA	55329535620	5.000,00	5.000,00	0	5.000,00
MAICON PERIN	02990716939	4.000,00	0	4.000,00	4.000,00
MARIA APARECIDA S. FORTUNA	36333409634	3.000,00	0	2.999,80	2.999,80
RAPHAEL JOSE SIMAO DA SILVA	03971363407	2.000,00	0	2.000,00	2.000,00
RHOXANNA C. FARAGO MIRANDA	99769573604	3.000,00	0	2.981,34	2.981,34
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>5.912,96</b>	<b>48.653,22</b>	<b>54.566,18</b>
Código da UG	120410	Limite de Utilização da UG		5.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
WALDEIR F. DA SILVA JUNIOR	80280510730	5.000,00	0	3.404,90	3.404,90
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>3.404,90</b>	<b>3.404,90</b>
Código da UG	120409	Limite de Utilização da UG		14.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	

ANDRE LUIZ MENDES	83105980687	5.000,00	0	5.000,00	5.000,00
FELIPE MEE CAMPOS	08146245706	9.000,00	0	9.000,00	9.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>14.000,00</b>	<b>14.000,00</b>
<b>Código da UG</b>	120424	<b>Limite de Utilização da UG</b>		6.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ANDERSON L. A. DE REZENDE	77346963687	3.000,00	0	3.000,00	3.000,00
PAULO GARCIA DE SOUZA FILHO	03749599602	3.000,00	0	3.000,00	3.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>
<b>Código da UG</b>	120408	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
HEDEMILSON DE JESUS CLARIM	00527000892	7.000,00	0	6.200,00	6.200,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>6.200,00</b>	<b>6.200,00</b>
<b>Código da UG</b>	120411	<b>Limite de Utilização da UG</b>		10.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ARDANI BERTOLDO DE SOUZA	44247494015	6.000,00	5.810,00	0	5.810,00
WASHINGTON JAIME DE LIMA	94335281820	4.000,00	4.000,00	0	4.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>9.810,00</b>	<b>0</b>	<b>9.810,00</b>
<b>Código da UG</b>	120431	<b>Limite de Utilização da UG</b>		6.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
CLOVIS S. RODRIGUES	78334071434	3.000,00	0	3.000,00	3.000,00
GILBER MARTINS VALADARES	54571898649	3.000,00	0	3.000,00	3.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>
<b>Código da UG</b>	120412	<b>Limite de Utilização da UG</b>		26.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
BENHUR CASTILHO MACHADO	38531542049	8.000,00	0	8.000,00	8.000,00
EMERSON LOPES DA SILVA	87913941472	16.000,00	0	16.000,00	16.000,00
RENALDO GERONIMO DA SILVA	06026274863	2.000,00	0	1.500,00	1.500,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>25.500,00</b>	<b>25.500,00</b>
<b>Código da UG</b>	120406	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
GERALDO CAVALCANTI DE LIMA	06026173838	4.000,00	0	4.000,00	4.000,00
ODIN VON DER GOLTZ	05722123803	3.000,00	0	2.500,00	2.500,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>6.500,00</b>	<b>6.500,00</b>
<b>Código da UG</b>	120407	<b>Limite de Utilização da UG</b>		8.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ADRIANO BUENO RIBEIRO	40819043087	4.000,00	0	4.000,00	4.000,00
JOSOE MOREIRA	59304987091	4.000,00	0	4.000,00	4.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>8.000,00</b>	<b>8.000,00</b>

<b>Código da UG</b>	120400	<b>Limite de Utilização da UG</b>	8.000,00		
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ALEX MOREIRA ALOISIO	02303156904	8.000,00	0	8.000,00	8.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>8.000,00</b>	<b>8.000,00</b>
<b>Código da UG</b>	120404	<b>Limite de Utilização da UG</b>	15.000,00		
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
LEONILDO SOBREIRA LIMA	73937592849	9.000,00	0	9.000,00	9.000,00
REGINALDO BRAZ DA SILVA	04605703829	6.000,00	0	6.000,00	6.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>Código da UG</b>	120403	<b>Limite de Utilização da UG</b>	9.000,00		
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ALEXANDRE ALVES LAMEIRA	91373751720	5.000,00	2.000,00	3.000,00	5.000,00
GUIDO MARIA N. RODRIGUES	00362543712	4.000,00	0	3.800,00	3.800,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>2.000,00</b>	<b>6.800,00</b>	<b>8.800,00</b>
<b>Código da UG</b>	120405	<b>Limite de Utilização da UG</b>	16.000,00		
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
DJALMA PEREZ JUNIOR	64044319634	4.000,00	0	4.000,00	4.000,00
RONILDO CONEGUNDES DUARTE	06567777885	4.000,00	0	4.000,00	4.000,00
SILAS MARTINS DA COSTA	11275831826	8.000,00	0	8.000,00	8.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>16.000,00</b>	<b>16.000,00</b>
<b>Código da UG</b>	120402	<b>Limite de Utilização da UG</b>	13.000,00		
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ANDRE LUIS CORBICEIRO ROCHA	00155700707	4.000,00	0	4.000,00	4.000,00
EVANILDO FEITOSA SANTOS	67270069549	9.000,00	0	8.500,00	8.500,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>12.500,00</b>	<b>12.500,00</b>
<b>Código da UG</b>	120467	<b>Limite de Utilização da UG</b>	9.000,00		
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
MARCIO SINICIO	06026347844	9.000,00	0	8.500,00	8.500,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>8.500,00</b>	<b>8.500,00</b>
<b>Total Utilizado pela UJ CINDACTA I</b>			<b>17.722,96</b>	<b>191.058,12</b>	<b>208.781,08</b>

Fonte: SIAFI

### DECEA

QUADRO A.5.10 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR					Valores em R\$ 1,00	
Código da UG 1	120036		Limite de Utilização da UG	R\$ 16.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
CARLOS ALBERTO DE ANCHIETA	929772008-00	8.000,00	0,00	78,00	78,00	
PAULO CESAR DE ALMEIDA SACHINI	628107668-00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>78,00</b>	<b>78,00</b>	
<b>Total Utilizado pela UJ DECEA</b>			<b>0,00</b>	<b>78,00</b>	<b>78,00</b>	

Fonte: SIAFI

### CINDACTA II

QUADRO A.5.10 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR					Valores em R\$ 1,00	
Código da UG	120072		Limite de Utilização da UG	49.800,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
LEONARDO GONZAGA BRITO	158807170-04	3.000,00	2.998,64	0,00	2.998,64	
FERNANDO DALMOLIN	041672569-40	7.800,00	986,00	2.372,54	3.358,54	
IVO GURSKI JUNIOR	061631779-40	7.800,00	1.305,99	1.858,59	3.164,58	
LEONÇO DOS REIS DE ARAUJO	586573630-20	7.800,00	1.780,35	3.631,00	5.411,35	
ELDER BRITO EVERTON	764766342-91	7.800,00	1.800,00	2.900,00	4.700,00	
HELIO SOUZA MOREIRA	830627006-10	7.800,00	1.701,40	1.604,99	3.306,39	
ANDERSON CARLOS GONÇALVES	844729879-53	7.800,00	1.008,00	5.710,09	6.718,09	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>11.580,38</b>	<b>18.077,21</b>	<b>29.657,59</b>	
<b>Total Utilizado pela UJ CINDACTA II</b>			<b>11.580,38</b>	<b>18.077,21</b>	<b>29.657,59</b>	

Fonte: SIAFI

### CINDACTA IV

QUADRO A.5.10 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR					Valores em R\$ 1,00	
Código da UG	120094		Limite de Utilização da UG	32.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
MARCIA LUCAS LEAL	01180523733	8.000,00	0,00	1.352,20	1.352,20	
ANTONIO CARLOS NEVES TRIGUEIRO	03005272419	16.000,00	0,00	9.732,58	9.732,58	
EDUARDO ALEXANDRE LEAL	03278800745	8.000,00	0,00	5.095,24	5.095,24	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,0</b>	<b>16.180,02</b>	<b>16.180,02</b>	
Código da UG	120483		Limite de Utilização da UG	12.000,00		
Portador	CPF	Valor do	Valor		Total	

		<b>Limite Individual</b>	<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ANDRE LUIS DA CUNHA	00223345725	12.000,00	0,00	8.330,08	8.330,08
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>8.330,08</b>	<b>8.330,08</b>
<b>Código da UG</b>	120489	<b>Limite de Utilização da UG</b>		12.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
FREDERICO BERNARDO SILVA	03364752842	12.000,00	0,00	11.313,00	11.313,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>11.313,00</b>	<b>11.313,00</b>
<b>Código da UG</b>	120494	<b>Limite de Utilização da UG</b>		9.600,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
JOSE EDIZIO CAVALCANTE BANDEIRA	05751046862	9.600,00	3.450,00	4.216,30	7.666,30
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>3.450,00</b>	<b>4.216,30</b>	<b>7.666,30</b>
<b>Código da UG</b>	120425	<b>Limite de Utilização da UG</b>		12.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
VALMIR DA LUZ TEIXEIRA	10509593291	12.000,00	0,00	11.868,93	11.868,93
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>11.868,93</b>	<b>11.868,93</b>
<b>Código da UG</b>	120486	<b>Limite de Utilização da UG</b>		12.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ROBSON ALVES DA CRUZ	27605159153	12.000,00	0,00	6.778,84	6.778,84
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>6.778,84</b>	<b>6.778,84</b>
<b>Código da UG</b>	120450	<b>Limite de Utilização da UG</b>		12.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
SERGIO RICARDO GOMES DUARTE	67075630768	12.000,00	0,00	11.969,09	11.969,09
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>11.969,09</b>	<b>11.969,09</b>
<b>Código da UG</b>	120456	<b>Limite de Utilização da UG</b>		12.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
RICARDO XAVIER GOMES	78987512720	12.000,00	0,00	5.640,61	5.640,61
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>5.640,61</b>	<b>5.640,61</b>
<b>Código da UG</b>	120427	<b>Limite de Utilização da UG</b>		12.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
RICARDO VALERIANO SIMOES	86538250700	12.000,00	0,00	11.762,11	11.762,11
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>11.762,11</b>	<b>11.762,11</b>
<b>Código da UG</b>	120492	<b>Limite de Utilização da UG</b>		12.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
RICARDO LUIZ DA COSTA FELIX	91374766704	12.000,00	0,00	11.486,33	11.486,33

<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>11.486,33</b>	<b>11.486,33</b>
<b>Código da UG</b>	120475	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ALEXANDRE LOPES DOS SANTOS	02479245713	7.200,00	7.200,00	0,00	7.200,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>7.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.200,00</b>
<b>Código da UG</b>	120458	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.200,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
JULMAR FERREIRA SILVA	22339990297	7.200,00	7.200,00	0,00	7.200,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>7.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.200,00</b>
<b>Código da UG</b>	120487	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.200,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
IVANILDO VANDERLEI DE LIMA	35596830410	7.200,00	7.200,00	0,00	7.200,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>7.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.200,00</b>
<b>Código da UG</b>	120488	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.200,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
JOAO LUIS COELHO DA SILVA	47477520053	7.200,00	7.200,00	0,00	7.200,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>7.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.200,00</b>
<b>Código da UG</b>	120485	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.200,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
ANTONIO CLARET DA ROCHA JUNIOR	76377318715	7.200,00	7.200,00	0,00	7.200,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>7.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.200,00</b>
<b>Código da UG</b>	120439	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.200,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
FRANCISCO VALDEGLACE CAVALCANTE	78904200806	3.600,00	1.420,00	0,00	1.420,00
WILTON JOSE DO NASCIMENTO	90459652400	3.600,00	3.050,00	0,00	3.050,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>4.470,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.470,00</b>
<b>Código da UG</b>	120491	<b>Limite de Utilização da UG</b>		7.200,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
DANIEL HENRIQUE MIRANDA DE PAULA	83988092720	7.200,00	6.682,00	0,00	6.682,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>6.682,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.682,00</b>
<b>Total Utilizado pela UJ CINDACTA IV</b>			<b>50.602,00</b>	<b>99.538,31</b>	<b>150.140,31</b>

Fonte: SIAFI

#### 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)							Valores em R\$ 1,00	
Suprimento de Fundos								
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)	
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)	
2012	0	0	75	76.905,34	146	311.750,98	388.656,32	
2011	0	0	47	54.354,60	85	220.607,19	274.961,79	
2010	0	0	23	9.693,70	82	166.800,75	176.494,45	

Fonte: SIAFI

#### 5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)												
Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	36	150.140,30	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	13.109,99	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	87	225.406,68	103	274.961,79	86	175.666,04

Fonte: SIAFI

#### 5.4.1.6 Análise Crítica

A utilização do suprimento de fundos visa conferir uma pronta resposta da Administração para a realização de despesas de pequeno vulto e em regimes de urgência e excepcionalidade, principalmente pela necessidade de se prestar apoio em locais remotos do território nacional. A utilização dessa modalidade de despesa se justifica ainda pela economicidade de meios processuais em relação ao processo licitatório, permitindo que as Seções de Licitações se concentrem nos projetos de maior peso para a administração.

A totalidade da despesa executada nesta modalidade teve os seus processos devidamente analisados pelos setores de Controle Interno quanto à aderência da aplicação dos recursos ao preconizado na legislação vigente, e todos os detentores de suprimento de fundos recebem instruções práticas sobre as aplicações dos mesmos, sendo os processos acompanhados desde o início de suas concepções.

Considerando, ainda, que as possíveis despesas são provenientes de atividades essenciais ao funcionamento do DECEA e suas UJ subordinadas, em consonância com o disposto na alínea “c” do item 8.2.1 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica, este Departamento julgou que a aplicação de tais recursos está em conformidade com a legislação vigente no que tange à utilização do CPGF, segundo Portaria Normativa nº 1.403/MD, de 26 de outubro de 2007.

## **5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

**6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

**6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS**

**6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>10.905</b>	<b>9.531</b>	<b>519</b>	<b>554</b>
<b>1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)</b>	<b>10.101</b>	<b>8.769</b>	<b>518</b>	<b>509</b>
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	10.101	8.752	510	509
1.1.2. Reconvocados	0	17	8	0
<b>1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</b>	<b>804</b>	<b>762</b>	<b>1</b>	<b>45</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	803	761	1	45
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários (2.1 + 2.2)</b>	<b>2.095</b>	<b>2.738</b>	<b>597</b>	<b>35</b>
<b>2.1 Militares (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)</b>	<b>2.095</b>	<b>2.738</b>	<b>597</b>	<b>35</b>
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	1.899	2.079	434	0
2.1.2 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	196	204	38	35
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	0	455	125	0
<b>2.2 Civis</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>13.000</b>	<b>12.269</b>	<b>1.116</b>	<b>589</b>

Fonte: SIGPES / SADCMAER

### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1)</b>	<b>4</b>
<b>1.1 Cíveis</b>	<b>2</b>
1.1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	<b>0</b>
<b>2.1 Militares</b>	<b>0</b>
2.1.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.1.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.1.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.1.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>2.2 Cíveis</b>	<b>0</b>
2.2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1)</b>	<b>2</b>
<b>3.1 Cíveis</b>	<b>2</b>
3.1.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.1.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.1.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.1.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.1.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
<b>4.1 Militares</b>	<b>0</b>
4.1.1. Doença em pessoa da família	0
4.1.2. Capacitação	0
<b>4.2 Cíveis</b>	<b>0</b>
4.2.1. Doença em pessoa da família	0
4.2.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2)</b>	<b>9</b>
<b>5.1 Militares</b>	<b>9</b>
5.1.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.1.2. Atividade política	0
5.1.3. Interesses particulares	9
5.1.4. Mandato classista	0
<b>5.2 Cíveis</b>	<b>0</b>
5.2.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2.2. Serviço militar	0
5.2.3. Atividade política	0
5.2.4. Interesses particulares	0
5.2.5. Mandato classista	0
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>4</b>
<b>6.1 Militares</b>	<b>4</b>
<b>6.2 Cíveis</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>19</b>

Fonte: SIGPES / SADCOMAER

**Nota 1:** Referente ao subitem 1.1.3, trata-se da Portaria nº 942/SEORI, de 17 de junho de 2008, do Ministério da Defesa.

**Nota 2:** No que se refere ao subitem 6.1, os atos normativos são os seguintes:

- Portaria CINDACTA IV nº C-10/CINDACTAIV-SIJ, de 19 de março de 2009;
- Portaria DIRAP nº 5.935/2PM2, de 15 de setembro de 2011;
- Portaria DIRAP nº 4.636/2PM2, de 18 de julho de 2011; e
- Portaria DIRAP nº 5.901/2PM2, de 11 de dezembro de 2012.

## 6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)				
Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão (1.1 + 1.2)</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>1.1. Cargos Natureza Especial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3	3	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	1	1	1	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções gratificadas (2.1 + 2.2 + 2.3)</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	66	66	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; Portaria nº 1.037/GC1, de 1º de novembro de 2012, e Portaria DIRAP nº 1.160/IPC, de 5 de março de 2010.

### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>3.441</b>	<b>2.457</b>	<b>2.869</b>	<b>625</b>	<b>86</b>
1.1. Militares de Carreira	3.345	2.347	2.824	252	1
1.2. Reconvocados	0	0	0	16	1
1.3. Servidores Civis de Carreira	96	110	45	357	84
<b>2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)</b>	<b>2.213</b>	<b>478</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>37</b>
2.1. Militares	2.213	478	10	0	37
2.2. Civis	0	0	0	0	0
<b>3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>48</b>	<b>20</b>	<b>1</b>
3.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	0	2	1
3.3. Funções gratificadas	0	0	48	18	0
<b>4. Totais (1+2+3)</b>	<b>5.654</b>	<b>2.936</b>	<b>2.927</b>	<b>645</b>	<b>124</b>

Fonte: SIGPES /SADCOMAER

### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>111</b>	<b>79</b>	<b>5.886</b>	<b>2.917</b>	<b>390</b>	<b>86</b>	<b>9</b>
<i>1.1. Militares de Carreira</i>	0	0	0	69	5.495	2.735	384	79	7
<i>1.2. Reconvocados</i>	0	0	0	0	0	17	0	0	0
<i>1.3. Servidores Civis de Carreira</i>			111	10	391	165	6	7	2
<b>2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>682</b>	<b>1.816</b>	<b>158</b>	<b>50</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
<i>2.1. Militares</i>			27	682	1.816	158	50	4	1
<i>2.2. Civis</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>54</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	0	0	0	0	0	4	0	0	0
<i>3.3. Funções gratificadas</i>	0	0	0	0	10	50	6	0	0
<b>4. Totais (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>138</b>	<b>761</b>	<b>7.712</b>	<b>3.129</b>	<b>446</b>	<b>90</b>	<b>10</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIGPES / SADCOMAER

### 6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Valores em R\$)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Servidores em cargos efetivos</b>											
<b>Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados)</b>											
Exercícios	2012	290.532.403,81	0,00	55.960.564,43	238.782.793,77	42.252.147,90	1.845.507,19	42.252.147,90	600.259,42	35.571,21	672.261.395,64
	2011	289.343.856,05	0,00	55.731.633,67	237.805.950,05	42.079.297,32	1.837.957,35	42.079.297,32	597.803,80	39.474,41	669.515.269,97
	2010	233.173.596,10	0,00	35.229.917,99	169.653.945,76	38.683.349,78	9.813.958,15	10.207.855,44	458.296,20	29.341,40	497.252.270,82
<b>Civis</b>											
Exercícios	2012	22.916.953,28	128.785,29	22.046.423,91	11.850.245,75	3.431.257,96	2.772.278,56	149.829,70	0,00	0,00	63.295.774,44
	2011	23.516.524,46	132.154,67	22.623.219,62	12.160.281,11	3.521.029,20	2.844.809,07	153.749,66	0,00	0,00	64.951.767,79
	2010	22.021.925,53	89.614,20	15.340.825,19	8.245.897,35	2.387.613,01	1.929.067,54	104.257,78	0,00	0,00	50.119.200,60
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
<b>Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serviço Militar Obrigatório)</b>											
Exercícios	2012	10.606.334,38	0,00	1.208.690,40	5.165.733,64	1.802.246,51	690.310,18	349.213,59	0,00	0,00	19.822.528,70
	2011	10.606.334,38	0,00	1.208.690,40	5.165.733,64	1.802.246,51	690.310,18	349.213,59	0,00	0,00	19.822.528,70
	2010	10.606.334,38	0,00	1.208.690,40	5.165.733,64	1.802.246,51	690.310,18	349.213,59	0,00	0,00	19.822.528,70
<b>Civis</b>											
Exercícios	2012	226.070,00	0,00	0,00	2.561,00	1.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.581,00
	2011	226.070,00	0,00	0,00	2.561,00	1.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.581,00
	2010	226.070,00	0,00	0,00	2.561,00	1.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.581,00
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
<b>Militares</b>											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Civis</b>											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
<b>Civis</b>											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	<b>2011</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>2010</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
<b>Civis</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	50.778,28	0,00	4.231,44	1.410,48	7.296,00	6.050,72	0,00	0,00	0,00	69.766,92
	<b>2011</b>	50.778,28	0,00	4.231,44	1.410,48	7.296,00	6.050,72	0,00	0,00	0,00	69.766,92
	<b>2010</b>	50.778,28	0,00	4.231,44	1.410,48	7.296,00	6.050,72	0,00	0,00	0,00	69.766,92
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
<b>Civis</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	106.342,59	0,00	20.109.350,00	13.576,73	26.847,64	0,00	0,00	0,00	0,00	20.256.116,96
	<b>2011</b>	106.342,59	0,00	20.109.350,00	13.576,73	26.847,64	0,00	0,00	0,00	0,00	20.256.116,96
	<b>2010</b>	106.342,59	0,00	20.109.350,00	13.576,73	26.847,64	0,00	0,00	0,00	0,00	20.256.116,96

Fonte: SIGPES Perfil WEB60

#### 6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

#### 6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Em 2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu Of nº 285/2012-SEFIP, de 18/05/2012, em que aponta indícios de acúmulo de cargos públicos por militares ativos e inativos. No relatório, foram identificados registros relacionados a 94 militares, no âmbito do DECEA, tendo sido adotados procedimentos, junto às UJ, de apuração por meio de sindicância, em Ofícios:

Of nº 93/SGRH/32347, de 6 de junho de 2012;  
Of nº 94/SGRH/32348, de 6 de junho de 2012;  
Of nº 95/SGRH/32349, de 6 de junho de 2012;  
Of nº 96/SGRH/32350, de 6 de junho de 2012;  
Of nº 97/SGRH/32351, de 6 de junho de 2012;  
Of nº 98/SGRH/32352, de 6 de junho de 2012;  
Of nº 99/SGRH/32353, de 6 de junho de 2012;  
Of nº 100/SGRH/32354, de 6 de junho de 2012;  
Of nº 101/SGRH/32355, de 6 de junho de 2012; e  
Of nº 102/SGRH/32356, de 6 de junho de 2012.

As conclusões das sindicâncias foram enviadas ao Órgão de Controle Interno do COMAER (SEFA), em atendimento às orientações contidas no Proc nº 67000.004072/2012-49, do Órgão Central de Pessoal (COMGEP).

#### 6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Das conclusões das sindicâncias, houve indícios de acumulação em baixo percentual dos casos apontados pelo TCU, tendo sido identificados que os militares acumularam em anos anteriores ao processo e/ou órgãos não efetivaram em seus sistemas as exonerações previstas e/ou militares justificaram o acúmulo com argumento constitucional para as áreas de saúde e ensino.

Os dez processos enviados às UJ resultaram de 94 processos administrativos/disciplinares, tendo sido um processo excluído por inatividade, não vinculando o militar às UJ do DECEA.

Houve uma conclusão por licenciamento que se encontra com recursos administrativos.

#### 6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

As informações não fazem parte da natureza jurídica da UJ. Contudo, tais informações constarão do Relatório de Gestão do COMGEP.

## 6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

### ➤ **PREENCHIMENTO DO QUADRO DE DOTAÇÃO DE PESSOAL**

O indicador tem como objetivo monitorar o grau de atendimento às necessidades de pessoal do SISCEAB, por especialidade, com vistas a justificar e subsidiar a proposição de ações para elevar os efetivos das Organizações do DECEA às lotações previstas.

São utilizados os índices de ocupação do efetivo na organização e a lotação aprovada, anualmente.

$$\text{Preenchimento do Quadro de Dotação de Pessoal} = (\text{Efetivo Existente} / \text{Efetivo TLP}) * 100$$

A variável constante do efetivo existente é consolidada anualmente com referência ao efetivo em dezembro, considerando todas as publicações de movimentação e a TLP aprovada por Portaria.

A meta anual estabelecida no Plano Setorial é de 100%. Em 2012, o índice obtido consistiu  $\cong 94,37\%$ .

### ➤ **ÍNDICE DE TRANSFERÊNCIA**

O indicador tem como objetivo monitorar as transferências do pessoal do DECEA, com vistas a justificar e subsidiar a proposição de ações para elevar a estabilidade dos efetivos de suas Organizações, identificar o índice de rotatividade de pessoal nas organizações, considerando a experiência e a capacitação profissional, e implementar ações para o aperfeiçoamento, adequação e apoio ao homem.

$$\text{Índice de Transferência} = (\text{Efetivo Transferido} / \text{Efetivo Existente}) * 100$$

A meta anual tem como limite máximo 10% para evitar elevados índices de rotatividade no exercício das funções, considerando a experiência profissional e a capacitação, em conformidade com a DCA 351-1 “Política da Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”, de 2010.

Em 2012, o percentual de transferências atingiu  $\cong 3,04\%$ .

### ➤ **ELEVAÇÃO DO ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO**

O indicador tem como objetivo monitorar a execução das atividades planejadas de capacitação e treinamento de pessoal do DECEA, por Equipamento, Unidade, Atividade e Especialidade, com vistas a justificar e subsidiar a proposição de ações para assegurar a plena execução do planejamento.

$$\text{Elevação do Índice de Capacitação} = (\text{Número de Alunos} / \text{Número Programado}) * 100$$

Em 2012, houve 5.738 alunos, tendo sido programadas 7.245 vagas em cursos programados e extraprograma, tendo atingido o indicador de 79,19% de elevação do índice de capacitação para o SISCEAB.

## 6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### 6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Controlador de Tráfego Aéreo	114	148	156	48	2
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					
A terceirização por contrato de controlador de tráfego aéreo está baseada na Lei nº 11.458, de 19 de março de 2007, com despacho favorável pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – Processo TC-026.268/2006-1 e monitoramento do processo, conforme TC-007.460/2007-0.					
A substituição dos contratos está regulamentada pela Portaria DECEA nº 157/DGCEA, de 9 de novembro de 2012, com base na autorização de concurso público pelo MPOG para o provimento de cargo efetivo que se encontra em primeira fase de realização de concurso público do cargo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (DACTA 1303) do quadro de pessoal permanente do Comando da Aeronáutica, que tem previsão de conclusão do processo seletivo, incluindo curso de formação, para o final de junho de 2014, com a homologação de novos servidores para o cumprimento dos requisitos de segurança operacional (formação, capacitação, treinamento e experiência) projetada para 31/07/2015.					

Fonte: Lei nº 11.458, de 19 de março de 2007.

### 6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Não houve substituição de terceirizados por concurso público, haja vista que o concurso público está em sua primeira fase, com conclusão de processo seletivo (provas, exames e formação) para junho de 2014 e homologação no posto de trabalho para julho de 2015.

### 6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo													
UG/Gestão: 120008/00001							CNPJ: 00.394.429/0040-17						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	004/CINDACTA I/2012	24.913.295/0001-55	01/05/2012	30/04/2013	161	161	0	0	0	0	A
Observação: Não há.													
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													
Fonte: Setor de Contratos													

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

**Nome:** Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo

**UG/Gestão:** 120072/00001

**CNPJ:** 00.394.429/0055-01

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	039/CINDACTA II/2010	04.602.248/0001-83	09/11/2010	08/11/2013	20	20	0	0	0	0	P

**Observação:** Não há.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Setor de Contratos

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

**Nome:** Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo

**UG/Gestão:** 120021/00001

**CNPJ:** 00.394.429/0093-29

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	030/CINDACTAIII/09	01.688.318/0001-70	01/10/09	30/09/13	43	43	0	0	0	0	P
2010	L	O	015/CINDACTAIII/10	03.982.764/0001-18	01/09/10	31/08/13	4	4	0	0	0	0	P
2011	V	O	013/CINDACTAIII/11	12.066.015/0001-31	01/10/11	30/09/13	4	4	0	0	0	0	P

**Observação:** Não há.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Setor de Contratos

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo													
UG/Gestão: 120094/00001							CNPJ: 00.394.429/0163-76						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	002/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	03.160.075/0001-28	20/05/2009	20/05/2013	13	13	8	8	1	1	P
2009	L	O	003/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	03.160.075/0001-28	20/05/2009	20/05/2013	5	5	0	0	0	0	P
2009	L	O	004/CINDACTAIV/2009 (5º TA)	06.226.486/0001-67	20/05/2009	20/05/2013	3	3	0	0	0	0	P
2009	L	O	005/CINDACTAIV/2009 (5º TA)	06.226.486/0001-67	20/05/2009	20/05/2013	3	3	0	0	0	0	P
2009	L	O	006/CINDACTAIV/2009 (6º TA)	06.226.486/0001-67	20/05/2009	20/05/2013	9	9	1	1	0	0	P
2009	L	O	007/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	06.226.486/0001-67	20/05/2009	20/05/2013	1	1	0	0	0	0	P
2009	L	O	008/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	09.531.642/0001-91	20/05/2009	20/05/2013	5	5	0	0	0	0	P
2009	L	O	009/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	09.531.642/0001-91	20/05/2009	20/05/2013	5	5	0	0	0	0	P
2009	L	O	010/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	09.531.642/0001-91	20/05/2009	20/05/2013	1	1	0	0	0	0	P
2009	L	O	011/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	09.531.642/0001-91	20/05/2009	20/05/2013	4	4	0	0	0	0	P
2009	L	O	012/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	09.531.642/0001-91	20/05/2009	20/05/2013	1	1	0	0	0	0	P
2009	L	O	013/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	09.531.642/0001-91	20/05/2009	20/05/2013	4	4	0	0	0	0	P
2009	L	O	014/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	09.531.642/0001-91	20/05/2009	20/05/2013	1	1	0	0	0	0	P
2009	L	O	015/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	84.540.905/0001-44	20/05/2009	20/05/2013	1	1	0	0	0	0	P
2009	L	O	016/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	84.540.905/0001-44	20/05/2009	20/05/2013	1	1	0	0	0	0	P
2009	L	O	017/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	84.540.905/0001-44	20/05/2009	20/05/2013	5	5	0	0	0	0	P
2009	L	O	018/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	84.540.905/0001-44	20/05/2009	20/05/2013	7	7	1	1	0	0	P
2009	L	O	019/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	84.540.905/0001-44	20/05/2009	20/05/2013	7	7	2	2	0	0	P
2009	L	O	020/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	84.540.905/0001-44	20/05/2009	20/05/2013	1	1	2	2	0	0	P
2009	L	O	021/CINDACTAIV/2009 (5º TA)	84.655.745/0001-89	20/05/2009	20/05/2013	4	4	1	1	0	0	P
2009	L	O	022/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	84.655.745/0001-89	20/05/2009	20/05/2013	5	5	1	1	0	0	P
2009	L	O	023/CINDACTAIV/2009 (4º TA)	84.655.745/0001-89	20/05/2009	20/05/2013	5	5	1	1	0	0	P

2009	L	O	024/CINDACTAIV/2009 (5° TA)	84.655.745/0001-89	20/05/2009	20/05/2013	5	5	1	1	0	0	P
2010	V	O	007/CINDACTAIV/2010 (2° TA)	12.066.015/0006-46	24/06/2010	24/06/2013	2	2	0	0	0	0	P
2010	V	O	008/CINDACTAIV/2010 (2° TA)	12.066.015/0006-46	24/06/2010	24/06/2013	2	2	0	0	0	0	P
2010	V	O	009/CINDACTAIV/2010 (2° TA)	12.066.015/0006-46	24/06/2010	24/06/2013	3	3	0	0	0	0	P
2010	V	O	010/CINDACTAIV/2010 (2° TA)	12.066.015/0006-46	24/06/2010	24/06/2013	3	3	0	0	0	0	P
2011	L	O	001/CINDACTAIV/2011 (2° TA)	49.707.290/0001-41	01/02/2012	01/02/2013	3	3	0	0	0	0	P
2011	L	O	003/CINDACTAIV/2011 (1° TA)	84.541.655/0001-67	21/02/2011	21/02/2012	2	2	0	0	0	0	P
2011	L	O	004/CINDACTAIV/2011 (1° TA)	84.655.745/0001-89	01/03/2011	01/03/2013	3	3	0	0	0	0	P
2011	L	O	005/CINDACTAIV/2011 (1° TA)	06.226.486/0001-67	01/03/2011	01/03/2013	2	2	0	0	0	0	P
2011	L	O	006/CINDACTAIV/2011 (1° TA)	84.540.905/0001-44	21/03/2011	21/03/2013	3	3	0	0	0	0	P
2011	L	O	008/CINDACTAIV/2011 (1° TA)	09.531.642/0001-91	07/02/2012	07/02/2013	3	3	0	0	0	0	P
2011	L	O	009/CINDACTAIV/2011 (1° TA)	84.655.745/0001-89	01/03/2011	01/03/2013	3	3	1	1	0	0	P
2011	L	O	010/CINDACTAIV/2011 (3° TA)	06.226.486/0001-67	01/03/2011	01/03/2013	17	17	1	1	0	0	P
2011	L	O	011/CINDACTAIV/2011 (2° TA)	84.655.745/0001-89	01/03/2011	01/03/2013	4	4	0	0	0	0	P
2011	L	O	057/CINDACTAIV/2011 (1° TA)	49.707.290/0001-41	01/11/2011	01/11/2013	2	2	0	0	0	0	P
2011	L	O	058/CINDACTAIV/2011 (2° TA)	06.226.486/0001-67	01/11/2011	01/11/2013	2	2	0	0	0	0	P
2011	L	O	059/CINDACTAIV/2011 (1° TA)	84.540.905/0001-44	04/10/2011	04/10/2013	4	4	1	1	0	0	P
2012	L	O	003/CINDACTAIV/2012	06.958.583/0001-44	06/02/2012	06/02/2013	1	1	0	0	0	0	A
2012	L	O	004/CINDACTAIV/2012	84.655.745/0001-89	06/02/2012	06/02/2013	2	2	1	1	0	0	A
2012	L	O	021/CINDACTAIV/2012	84.655.745/0001-89	05/09/2012	05/09/2013	8	8	1	1	0	0	A

**Observação:** Não há.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Seção de Contratos

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

**Nome:** Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo

**UG/Gestão:** 120069/00001

**CNPJ:** 00.394.429/0094-00

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	008/SRPV-SP/2012	05.164.958/0001-31	21/05/2012	21/05/2013	4	4	0	0	0	0	A
2012	V	O	009/SRPV-SP/2012	07.447.264/0001-37	01/06/2012	01/06/2013	8	8	0	0	0	0	A
2010	L	O	028/SRPV-SP/2010	60.989.654/0001-11	15/10/2010	15/10/2013	9	9	0	0	0	0	P
2010	L	O	029/SRPV-SP/2010	10.214.412/0001-88	15/10/2010	15/10/2013	25	25	0	0	0	0	P
2010	L	O	030/SRPV-SP/2010	09.405.866/0001-57	15/10/2010	15/10/2013	17	17	0	0	0	0	P

**Observação:** Não há.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Relatório dos Fiscais dos Contratos

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

**Nome:** Instituto de Controle do Espaço Aéreo

**UG/Gestão:** 120067/00001

**CNPJ:** 00.394.429/0108-40

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	009/ICEA/2011	13.553.093/0001-23	01/12/2011	30/11/2013	47	47	1	1	0	0	P

**Observação:** Não há.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Seção de Contratos do ICEA.

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

**Nome:** Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro

**UG/Gestão:** 120048/00001

**CNPJ:** 00.394.429/0069-07

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	025/PAME-RJ/2010	05.703.030/0001-88	05/11/2010	04/11/2013	58	58	0	0	0	0	P
2010	L	O	030/PAME-RJ/2010	10.479.861/0001-58	02/12/2010	01/12/2013	3	3	0	0	0	0	P

**Observação:** Não há.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Seção de Contratos do PAME-RJ.

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

**Unidade Contratante**

**Nome:** Departamento de Controle do Espaço Aéreo

**UG/Gestão:** 120036/00001

**CNPJ:** 00.394.429/0048-74

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	005/DECEA/2009	05.703.030/0001-88	05/05/2012	04/05/2013	42	42	8	8	0	0	P

**Observação:** Não há.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** Seção de Contratos do DECEA.

6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo													
UG/Gestão: 120021 / 00001							CNPJ: 00.394.429/0093-29						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	037/CINDACTAIII/2009	70.244.082/0001-03	21/12/2009	20/12/2012	0	0	4	4	0	0	P
Observações: Não há.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conservação e Limpeza;</li> <li>2. Segurança;</li> <li>3. Vigilância;</li> <li>4. Transportes;</li> <li>5. Informática;</li> <li>6. Copeiragem;</li> <li>7. Recepção;</li> <li>8. Reprografia;</li> <li>9. Telecomunicações;</li> <li>10. Manutenção de bens móveis;</li> <li>11. Manutenção de bens imóveis;</li> <li>12. Brigadistas;</li> <li>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; e</li> <li>14. Outras.</li> </ol>				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
Fonte: Seção de Contratos do CINDACTA III													

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo													
UG/Gestão: 120094 / 00001							CNPJ: 00.394.429/0163-76						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	14	O	037/CINDACTA IV/09	56.035.876/0001-28	24/08/2009	24/08/2013	0	0	0	0	5	5	P
2009	14	O	038/CINDACTA IV/09	56.035.876/0001-28	24/08/2009	24/08/2013	0	0	0	0	5	5	P
Observações: Não há.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; e 14. Outras.				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
Fonte: Seção de Contratos do CINDACTA IV													

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo													
UG/Gestão: 120069/00001							CNPJ: 00.394.429/0094-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	10	O	012/SRPV-SP/2010	31.876.709/0001-89	20/05/2010	20/05/2013	4	4	5	5	1	1	P
2010	10	O	013/SRPV-SP/2010	31.876.709/0001-89	01/06/2012	01/06/2013	4	4	5	5	1	1	P
Observações: Não há.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conservação e Limpeza;</li> <li>2. Segurança;</li> <li>3. Vigilância;</li> <li>4. Transportes;</li> <li>5. Informática;</li> <li>6. Copeiragem;</li> <li>7. Recepção;</li> <li>8. Reprografia;</li> <li>9. Telecomunicações;</li> <li>10. Manutenção de bens móveis;</li> <li>11. Manutenção de bens imóveis;</li> <li>12. Brigadistas;</li> <li>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; e</li> <li>14. Outras.</li> </ol>				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
Fonte: Relatório dos Fiscais dos Contratos.													

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto de Controle do Espaço Aéreo													
UG/Gestão: 120067/00001							CNPJ: 00.394.429/0108-40						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	002/ICEA/2011	64.917.818/0001-56	01/07/2011	01/01/2014	0	0	20	20	0	0	A
2011	5	O	003/ICEA/2011	64.917.818/0001-56	01/07/2011	01/01/2014	0	0	10	10	0	0	A
2011	7	O	005/ICEA/2011	03.618.008/0001-04	06/09/2011	16/11/2013	0	0	10	10	0	0	A
<b>Observações:</b> Não há.													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b>													
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conservação e Limpeza;</li> <li>2. Segurança;</li> <li>3. Vigilância;</li> <li>4. Transportes;</li> <li>5. Informática;</li> <li>6. Copeiragem;</li> <li>7. Recepção;</li> <li>8. Reprografia;</li> <li>9. Telecomunicações;</li> <li>10. Manutenção de bens móveis;</li> <li>11. Manutenção de bens imóveis;</li> <li>12. Brigadistas;</li> <li>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; e</li> <li>14. Outras.</li> </ol>				<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<b>Fonte:</b> Subdivisão de Contratos do ICEA.													

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro													
UG/Gestão: 120048/00001							CNPJ: 00.394.429/0069-07						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	14	O	018/PAME-RJ/2008	04.246.702/0001-00	26/11/2011	25/11/2012	0	0	2	2	0	0	E
2008	14	O	019/PAME-RJ/2008	04.246.702/0001-00	26/11/2011	25/11/2012	0	0	2	2	0	0	E
2008	14	O	020/PAME-RJ/2008	56.035.876/0001-28	15/12/2011	14/12/2012	0	0	3	3	0	0	E
2008	14	O	021/PAME-RJ/2008	56.035.876/0001-28	17/11/2011	16/11/2012	0	0	3	3	0	0	E
2008	14	O	024/PAME-RJ/2008	56.035.876/0001-28	17/11/2011	16/11/2012	0	0	3	3	0	0	E
2008	14	O	025/PAME-RJ/2008	56.035.876/0001-28	17/11/2011	16/11/2012	0	0	3	3	0	0	E
2010	5	O	024/PAME-RJ/2010	06.057.492/0001-38	03/11/2011	02/11/2013	0	0	0	0	7	7	P
2011	14	O	010/PAME-RJ/2011	04.246.702/0001-00	01/06/2011	31/05/2013	0	0	2	2	0	0	P
2011	5	O	011/PAME-RJ/2011	11.262.624/0001-01	01/06/2011	30/05/2013	0	0	0	0	6	6	A
2012	14	O	002/PAME-RJ/2012	01.773.463/0001-59	07/02/2012	07/08/2014	0	0	2	2	0	0	A
2012	5	O	024/PAME-RJ/2012	02.502.905/0001-95	25/09/2012	24/03/2015	0	0	0	0	1	1	A
2012	5	O	025/PAME-RJ/2012	00.628.447/0004-00	25/09/2012	24/09/2014	0	0	0	0	1	1	A
<b>Observações:</b> Não há.													
<b>LEGENDA</b>				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
<b>Área:</b> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes;													

5. <i>Informática;</i> 6. <i>Copeiragem;</i> 7. <i>Recepção;</i> 8. <i>Reprografia;</i> 9. <i>Telecomunicações;</i> 10. <i>Manutenção de bens móveis;</i> 11. <i>Manutenção de bens imóveis;</i> 12. <i>Brigadistas;</i> 13. <i>Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; e</i> 14. <i>Outras.</i>	
--	--

**Fonte:** SIAFI.

Quadro A.6.18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Departamento de Controle do Espaço Aéreo													
UG/Gestão: 120036/00001							CNPJ: 00.394.429/0048-74						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	10	O	001/DECEA/2007	72.035.983/0001-02	15/01/2007	14/01/2012	0	0	7	7	1	1	E
2007	7	O	168/DECEA/2007	04.075.374/0001-27	27/12/2007	26/12/2012	0	0	14	14	2	2	E
2009	5	O	019/DECEA/2009	32.203.135/0001-40	01/10/2009	30/03/2012	0	0	9	9	12	12	E
2010	5	O	015/DECEA/2010	06.057.492/0001-38	01/09/2010	31/08/2012	0	0	0	0	16	16	E
2011	10	O	075/DECEA/2011	32.070.674/0001-59	01/06/2011	31/05/2013	0	0	5	5	1	1	P
2011	10	O	107/DECEA/2011	05.018.002/0001-21	16/01/2012	15/11/2012	1	1	4	4	1	1	E
2012	5	O	081/DECEA/2012	00.710.799/0001-00	09/10/2012	08/10/2013	0	0	0	0	22	22	A
<b>Observações:</b> Não há.													

<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Conservação e Limpeza;</i></li> <li>2. <i>Segurança;</i></li> <li>3. <i>Vigilância;</i></li> <li>4. <i>Transportes;</i></li> <li>5. <i>Informática;</i></li> <li>6. <i>Copeiragem;</i></li> <li>7. <i>Recepção;</i></li> <li>8. <i>Reprografia;</i></li> <li>9. <i>Telecomunicações;</i></li> <li>10. <i>Manutenção de bens móveis;</i></li> <li>11. <i>Manutenção de bens imóveis;</i></li> <li>12. <i>Brigadistas;</i></li> <li>13. <i>Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; e</i></li> <li>14. <i>Outras.</i></li> </ol>	<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
<p><b>Fonte:</b> Seção de Contratos do DECEA</p>	

**Nota:** Não houve contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra no exercício para o CINDACTA I, CINDACTA II e CISCEA.

#### 6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Não há autorização para contratação de estagiário no âmbito do DECEA e suas organizações subordinadas, conforme preconizado nas instruções da ICA 30-7 “Estágio Curricular e Extracurricular no DECEA e OM Subordinadas”, de 2008, aprovada pela Portaria DECEA nº 209/DGCEA, de 21 de julho de 2008.

## 7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

#### **Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;  
ICA 75-1 – Combustíveis e Lubrificantes, ICA 75-2 – Instrução para Alienação de Veículos de Transporte de Superfície, ICA 75-6 – Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície, TCA 75-1 – Tabela de Dotação de Veículos do Comando da Aeronáutica.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A estrutura do DECEA é composta por 5 (cinco) Órgãos Regionais, 4 (quatro) CINDACTA e 1 (um) SRPV-SP, que dispõem de um total de 76 (setenta e seis) Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA), distribuídos por todo o território nacional, sendo vários situados em locais de difícil acesso. Dessa forma, por ser de suma importância para o atendimento das missões a serem cumpridas pelos DTCEA, o DECEA vem executando um planejamento de aquisição de veículos de forma a que a frota da cada Destacamento seja contemplada nas quantidades e tipos adequados para cumprimento das referidas missões.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, tais como: veículos de representação, veículos de transporte institucional etc., bem como sua totalização por grupo e geral;

Item	Pessoal	Carga	Especializado	Total Geral
Quantidade de veículos	444	62	106	612

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Item	Pessoal	Carga	Especializado	Total Geral
Média anual km rodados	18.025	13.237	1.035	14.597

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Item	Pessoal		Carga		Especializado
	5 anos	10 anos	5 anos	10 anos	10 anos
Idade média da frota	2,7	4,6	2,9	4,9	4,8

- f) Custos associados à manutenção da frota com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros;

<b>Custos Associados à Manutenção da Frota</b>			
<b>OM</b>	<b>Combustível e lubrificante</b>	<b>Revisões</b>	<b>Seguro obrigatório</b>
DECEA	402.701,34	1.068.484,80	11.737,02
CINDACTA I	709.986,77	856.306,20	14.261,34
CINDACTA II	402.992,16	386.120,98	18.100,00
CINTACTA III	183.336,21	610.556,32	7.616,92
CINDACTA IV	1.274.200,00	237.516,85	11.008,78
SRPV-SP	107.518,61	123.149,56	6.039,20
PAME	153.875,22	165.920,06	3.662,76
ICEA	26.376,90	17.894,62	2.045,75
<b>TOTAL</b>	<b>3.260.987,21</b>	<b>3.465.949,39</b>	<b>74.471,77</b>

- g) Plano de substituição da frota;

Tendo em vista que para o bom cumprimento das missões dos Órgãos Subordinados ao DECEA é necessário o apoio de uma frota de veículos em boas condições de operacionalidade, o DECEA tem estabelecido um Plano de Renovação de Veículos, respeitando o prazo de 5 (cinco) anos de uso para os veículos movidos a gasolina/álcool e 10 (dez) anos para os movidos a diesel, conforme previsto na ICA 75-6, citada no item "a".

- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Estudo realizado pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG) revelou que o custo de locação de veículos é maior do que o custo para sua aquisição. Além do mais, na locação a UJ teria que dispor anualmente de recurso para essa finalidade, correndo o risco de haver contingenciamento e, portanto, comprometer o Contrato de Locação assinado com terceiros.

- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte;

A Seção de Transporte de Superfície dos Órgãos Subordinados ao DECEA, normalmente, dispõe de uma estrutura adequada no sentido de assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, e vem atendendo, de um modo geral, às orientações contidas no item 9 – Controle e Manutenção de Veículos da ICA 75-6. Além do mais, essas Organizações elaboram o Relatório Anual de Veículos e o encaminham para a DIRENG e para o DECEA, bem como o Relatório Semestral de Veículos somente para o DECEA, o que permite ao Órgão Central de Transporte de Superfície (OCTS) e ao DECEA manter um controle de supervisão sobre a frota de veículos dessas Organizações.

#### **Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

Não ocorreu no exercício.

## 7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>ACRE</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	Rio Branco (Capital)	2	2
	Cruzeiro do Sul	1	1
	<b>ALAGOAS</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	Rio Largo	3	3
	<b>AMAZONAS</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
	Manaus (Capital)	3	3
	Carauari	1	1
	São Gabriel da Cachoeira	2	2
	Tabatinga	1	1
	<b>BAHIA</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
	Salvador (Capital)	1	1
	Bom Jesus da Lapa	2	2
	Porto Seguro	1	1
	<b>CEARÁ</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Fortaleza (Capital)	1	1
	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>4</b>	<b>6</b>
	Brasília (Capital)	2	4
	Gama	1	1
	Taguatinga	1	1
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
	Santa Tereza	3	2
	<b>GOIÁS</b>	<b>4</b>	<b>7</b>
	Goiânia (Capital)	1	2
	Anápolis	1	1
	Formosa	0	1
	Jataí	1	1
	Santa Bárbara	1	1
	Ouro Verde	0	1
	<b>MATO GROSSO</b>	<b>10</b>	<b>13</b>
	Cuiabá (Capital)	1	2
	Barra do Garças	3	5
	Chapada dos Guimarães	3	3
Porto Esperidião	1	1	

<b>BRASIL</b>	São Félix do Araguaia	1	1
	Sinop	1	1
	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
	Campo Grande (Capital)	1	1
	Jaraguari	1	1
	Ponta Porã	1	1
	Ribas do Rio Pardo	1	0
	Três Lagoas	1	1
	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>17</b>	<b>12</b>
	Belo Horizonte (Capital)	3	2
	Caeté	0	1
	Confins	1	0
	Lagoa Santa	1	0
	Matozinhos	2	0
	Montes Claros	0	1
	Paracatú	1	1
	Três Marias	2	2
	Uberaba	2	3
	Uberlândia	3	1
	Varginha	1	1
	Vespasiano	1	0
	<b>PARÁ</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
	Belém (Capital)	1	1
	Benevides	1	1
	Conceição do Araguaia	2	2
	São Félix do Xingu	1	1
	Viseu	1	1
	<b>PARANÁ</b>	<b>28</b>	<b>28</b>
	Curitiba (Capital)	14	14
	Cascavel	2	2
	Catanduvas	2	2
	Foz do Iguaçu	6	6
	Londrina	1	1
	Paranaguá	1	1
	São José dos Pinhais	2	2
	<b>PERNAMBUCO</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
	Recife (Capital)	3	3
	Fernando de Noronha	1	1
	Petrolina	2	2
	<b>PIAUI</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Parnaíba	1	1
<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	
Rio de Janeiro (Capital)	3	3	

BRASIL	Barra do Piraí	2	2
	Itaboraí	1	1
	Macaé	2	2
	Maricá	1	1
	Nova Iguaçu	1	1
	Petrópolis	12	12
	São João do Meriti	2	2
	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Parnamirim	2	2
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>15</b>	<b>16</b>
	Porto Alegre (Capital)	2	2
	Bagé	1	1
	Canguçu	2	3
	Eldorado do Sul	1	1
	Santa Maria	3	3
	Santiago	3	3
	Taquara	1	1
	Taquari	1	1
	Viamão	1	1
	<b>RONDÔNIA</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
	Guajará-Mirim	4	4
	Vilhena	1	1
	<b>SÃO PAULO</b>	<b>55</b>	<b>55</b>
	São Paulo (Capital)	11	11
	Bauru	10	10
	Itapecerica da Serra	1	1
	Mogi das Cruzes	1	1
	Pirassununga	0	1
	Presidente Prudente	8	8
	Santana de Parnaíba	2	2
	São Roque	13	12
	Sorocaba	3	3
	Tanabi	6	6
	<b>SANTA CATARINA</b>	<b>37</b>	<b>37</b>
	Florianópolis (Capital)	1	1
	Bom Jardim da Serra	1	1
	Chapecó	1	1
	Navegantes	1	1
	São José	11	11
	Urubici	22	22
	<b>SERGIPE</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Aracaju (Capital)	1	1	
<b>TOCANTINS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	

<b>BRASIL</b>	Gurupi	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>242</b>	<b>244</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	---	0	0
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>242</b>	<b>244</b>

**Fonte:** 1) SPIUNet; 2) SIAFI; 3) Arquivos e Relatórios das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas.

**Nota 1:** Nos Estados do Amapá, Maranhão e Paraíba, o DECEA e as suas Unidades Jurisdicionadas (UJ) subordinadas não possuem responsabilidade sobre bens imóveis de uso especial, de propriedade da União.

## 7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011	
BRASIL	<b>GOIÁS</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
	Alto Paraíso	1	1	
	Ipameri	1	1	
	São Luiz do Norte	1	1	
	<b>MATO GROSSO</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	
	Canarana	1	1	
	Porto Alegre do Norte	1	1	
	Sorriso	1	1	
	Tangará da Serra	1	1	
	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	
	Campo Grande (Capital)	1	1	
	Corumbá	1	1	
	Porto Murtinho	1	0	
	Sinop	1	1	
	Três Lagoas	1	0	
	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	
	Araxá	1	1	
	Buritiz	1	1	
	Caeté	1	1	
	Montes Claros	1	0	
	Ressaquinha	1	1	
	Teófilo Otoni	1	1	
	<b>PARANÁ</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
	Curitiba (Capital)	2	2	
	Londrina	1	1	
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
	Campos	1	1	
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
	Porto Alegre (Capital)	1	1	
	Passo Fundo	1	1	
	Eldorado do Sul	1	1	
	<b>SÃO PAULO</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	
	Assis	1	1	
	Bauru	15	16	
	Pirassununga	1	1	
	Presidente Prudente	1	1	
	<b>SANTA CATARINA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
	Forquilha	1	1	
	<b>Subtotal Brasil</b>		<b>44</b>	<b>42</b>
	EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
		---	0	0
	<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>44</b>	<b>42</b>	

Fonte: 1) SPIUNet; 2) SIAFI; 3) Arquivos e Relatórios das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas.

**Nota 2:** Nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal, o DECEA e as suas Unidades Jurisdicionadas (UJ) subordinadas não possuem bens imóveis de uso especial, locados de terceiros.

7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	Com RIP (Quantidade)	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
120008	3	21	2	---	---	37.280.071,15	0,00	0,00
	21	11	3	---	---	9.090.627,65	338.262,72	75.569,95
	4	13		---	---	3.961.608,67	0,00	0,00
	38	21		---	---	722.968.133,14	1.007.976,74	146.787,60
	2	21	7	---	---	442.905,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120008 =&gt;</b>							<b>1.346.239,46</b>	<b>222.357,55</b>
120021	6	15	3	0,00	30/11/2001	177.135.640,85	0,00	1.495.000,00
<b>SUBTOTAL UJ 120021 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>1.939.715,10</b>
120036	2	13	3	-	28/09/2012	75.860.864,29	0,00	6.670.629,57
<b>SUBTOTAL UJ 120036 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>6.670.629,57</b>
120048	1	13	2	15.617.030,57	15/09/2012	79.744.537,23	608.881,11	1.274.875,00
<b>SUBTOTAL UJ 120048 =&gt;</b>							<b>608.881,11</b>	<b>1.274.875,00</b>
120069	22	13	3	11.577.422,72	-	16.309.602,37	0,00	1.362.078,70
<b>SUBTOTAL UJ 120069 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>1.362.078,70</b>
120072	3	11	3	9.518.582,00	28/11/2011	35.414.820,56	0,00	0,00
	10		4	5.520.412,22	28/11/2011	3.329.492,10	0,00	0,00
	2	12	3	9.504.800,00	28/11/2011	13.194.626,50	0,00	0,00
	1		4	4.643.184,00	28/11/2011	1.513.776,00	0,00	0,00
	2		5	379.605,40	28/11/2011	4.057.138,45	0,00	0,00
	15	13	2	22.258.184,10	28/11/2011	1.446.451.576,91	0,00	2.134.428,01
	42		3	517.189.504,24	28/11/2011	127.074.603,70	0,00	654.246,04

	7		4	15.738.930,70	28/11/2011	12.766.179,66	0,00	63.042,70
	19		5	4.405.637,87	28/11/2011	34.777.344,25	0,00	0,00
	2	21	3	0,00	28/11/2011	339.390,06	0,00	0,00
	3		4	0,00	28/11/2011	7.327.221,28	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120072 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>2.851.716,75</b>
<b>120094</b>	19	13	3	438.837,21	-	177.194.078,10	578.652,50	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120094 =&gt;</b>							<b>578.652,50</b>	<b>0,00</b>
<b>120413</b>	1	15	3	0,00	30/11/2001	5.364.786,80	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120413 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>120414</b>	2	15	3	0,00	30/11/2001	10.509.861,97	0,00	207.313,98
<b>SUBTOTAL UJ 120414 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>207.313,98</b>
<b>120415</b>	1	15	3	0,00	30/11/2001	934.961.358,60	434.790,92	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120415 =&gt;</b>							<b>434.790,92</b>	<b>0,00</b>
<b>120423</b>	2	15	3	0,00	30/11/2001	52.470.661,36	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120423 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>120442</b>	1	15	3	0,00	30/11/2001	94.120.624,20	211.693,98	430.000,00
	2	23		0,00	30/11/2001	218.290,65	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 100442 =&gt;</b>							<b>211.693,98</b>	<b>430.000,00</b>
<b>120444</b>	1	15	3	0,00	30/11/2001	27.515.009,46	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120444 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>120451</b>	1	15	3	0,00	30/11/2001	98.155.442,84	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120451 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>120482</b>	1	15	3	0,00	28/08/2008	13.890.709,73	0,00	988.413,07
<b>SUBTOTAL UJ 120482 =&gt;</b>							<b>0,00</b>	<b>988.413,07</b>
<b>Total Consolidado</b>							<b>3.180.257,97</b>	<b>15.947.099,72</b>

Fonte: 1) SPIUNet; 2) SIAFI; 3) Arquivos e Relatórios das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas.

UG	Sem RIP (Quantidade)	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120094	5	11	3	-	-	2.069.500,00	350.000,00	2.872,98
<b>SUBTOTAL UJ 120094 =&gt;</b>							<b>350.000,00</b>	<b>2.872,98</b>
120008	8	11	3	-	07/10/99	1.110.628,57	176.028,97	0,00
	2		4	-	01/08/12	90.487,19	0,00	0,00
120008	1	11	7	-	03/01/12	354.324,00	0,00	0,00
	1		8	-	-	-	0,00	0,00
	2	17	2	-	-	-	0,00	0,00
	12		3	-	-	1.599.303,50	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL UJ 120094 =&gt;</b>							<b>176.028,97</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Consolidado</b>							<b>526.028,97</b>	<b>2.872,98</b>

Fonte: 1) SPIUNet; 2) SIAFI; 3) Arquivos e Relatórios das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas.

**Nota 3:** Tendo em vista o grande volume de terrenos ocupados pelo DECEA e por suas Unidades Jurisdicionadas (UJ) subordinadas (242 imóveis), as tabelas acima foram consolidadas por quantidades de números RIP, aglutinados por regime de utilização e por estado de conservação. O detalhamento por número de RIP, individualizado, encontra-se discriminado em cada um dos respectivos Relatórios de Gestão das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas.

### Análise Crítica

O DECEA é uma Organização Central, caracterizada de acordo com o art. 19 do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, com a missão de gerenciar o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e o Sistema de Proteção ao Voo (SPV). A complexa arquitetura operacional de ambos os sistemas, cobrindo toda a extensão territorial brasileira, se baseia na ocupação de edificações e instalação de equipamentos em imóveis da União, e, em não raros casos, em terrenos de terceiros, estes últimos por intermédio de contratos de cessão gratuita. Em decorrência da necessidade de ocupação desses imóveis, o DECEA, por intermédio de suas Unidades Jurisdicionadas (UJ) subordinadas, vem atuando, junto às Superintendências do Patrimônio da União, no sentido de acompanhar, em cada caso, os processos referentes aos imóveis que ainda pendem de regularização administrativa, ressaltando os prazos para finalização desses processos.

Quanto às despesas para manutenção dos referidos imóveis, o DECEA, como Órgão Central, atua no sentido de que as edificações, benfeitorias e instalações do SISCEAB e SPV mantenham a confiabilidade e a operacionalidade desses Sistemas, pelo que se podem considerar, em caráter geral, os terrenos e benfeitorias gerenciados pelo DECEA e suas Organizações Subordinadas em bom estado de conservação.

## 8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Por fim, no bloco de questões 8 e 9, o gestor deverá assinalar **apenas uma opção**.

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.

<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTI anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
<input type="checkbox"/> ( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/> ( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/> ( 4 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/> ( 4 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/> ( 4 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/> ( 2 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Nada a comentar.	

## 8.2 ANÁLISE CRÍTICA

A Tecnologia da Informação e a Segurança da Informação estão estruturadas no DECEA por meio do Subdepartamento Técnico (SDTE), que exerce as funções de Elo de Coordenação do DECEA junto ao Sistema de TI do COMAER. Para tanto, foi recém-criada a Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação (DTSI), responsável pela gestão dessas atividades no âmbito do DECEA e OM subordinadas.

O foco inicial dessa Divisão tem sido o de estruturar as atividades, com a elaboração e revisão do arcabouço legal, o investimento em capacitação de recursos humanos, a atualização do parque computacional e a definição de processos padronizados, a exemplo da implantação de 07 (sete) Organizações Provedoras de Serviços de TI – OPST nos CINDACTA I, CINDACTA II, CINDACTA III, CINDACTA IV, SRPV-SP, ICEA e DTCEATM-RJ, que prestarão serviços de TI e de SI para os usuários e Organizações que pertençam às respectivas áreas de atuação.

Este projeto foi motivado pela necessidade de se otimizar o uso dos recursos técnicos e humanos envolvidos na gestão das atividades de TI e tem por base o uso intensivo dos novos recursos e soluções tecnológicas disponíveis no mercado, como virtualização, serviços em nuvem etc. Os benefícios advindos deste projeto são:

- a padronização dos serviços de TI em todas as OM componentes do SISCEAB, com a definição de procedimentos e processos padrão, relacionados à gestão da TI;
- a concentração dos recursos humanos de TI em centros provedores de serviços, gerando o seu uso eficiente e possibilitando o investimento adequado em capacitação e atualização tecnológica;
- o uso eficaz dos novos recursos tecnológicos;
- a criação de ambientes próprios para o monitoramento dos ativos de segurança da informação, possibilitando a tomada de decisões e a prevenção contra ataques virtuais;
- a centralização dos acessos às redes externas ao DECEA, possibilitando melhor gerenciamento dos *links* de banda larga; e
- a possibilidade de se implementar processos de gestão da TI, alinhados com a estratégia e com os objetivos do DECEA, fornecendo os indicadores necessários à medição do desempenho definidos no planejamento estratégico.

## 9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> <p>Os editais de licitação, nos quais os objetos licitados se enquadram nos critérios para sustentabilidade ambiental, adotaram os critérios previstos. Foram seguidas as orientações publicadas por algumas CJU, como o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP e, também, a Cartilha de compras sustentáveis do MPOG.</p>				X	
<p>Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			X		
<p>A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora, bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex.: produtos de limpeza biodegradáveis).</p>			X		
<p>Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>	X				
<p>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul> <p>As UJ consolidadas fizeram algum tipo de aquisição que se enquadra nos critérios avaliados, tais como: implantação de sistema híbrido de energia solar, aquisição de torneiras automáticas, sistemas de iluminação com lâmpadas econômicas, sistemas de aquecimento solar etc. No entanto, ainda não foi possível medir o impacto dessas aquisições, tendo em vista que as mesmas ocorreram durante o ano de 2012, com a maioria de suas implantações próximas do final do ano.</p>				X	
<p>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex.: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	X				
<p>No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul> <p>A aquisição de veículos, no Comando da Aeronáutica, é centralizada no CELOG.</p>	X				
<p>Existente uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
<p>Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e</p>					X

Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
qualidade de tais bens e produtos.					
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais etc.)?</li> </ul> Foram realizadas palestras e levadas a efeito comunicação aos efetivos das UJ consolidadas pelo mais variados meios, tais como: <i>folders</i> , <i>e-mail</i> , orientações junto aos interruptores de energia etc.					
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> Foram realizadas palestras motivando os efetivos das UJ consolidadas para a preocupação com o meio ambiente e a preservação dos recursos naturais, inclusive com ações como o plantio de mudas nativas de certas regiões.					
Considerações Gerais: As respostas representam a consolidação das análises realizadas pelas UJ consolidadas, nas quais as informações foram buscadas nos vários setores responsáveis por cada assunto.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

**Observações:**

- Deverá ser assinalado apenas um “X” para cada afirmação. As afirmações que pedem informações complementares devem ser respondidas logo em seguida à pergunta, dentro do próprio quadro.
- No campo “Considerações Gerais” deve ser informada a metodologia usada pela UJ para analisar os quesitos (se respondido individualmente ou por grupo de pessoas; que áreas os respondentes representam etc.).
- No caso de relatório de gestão consolidado, o quadro deve ser preenchido considerando **o contexto da unidade consolidadora somente.**
- No caso de relatório agregado, o quadro deve ser preenchido pela UJ agregadora e pelas unidades agregadas, considerando os respectivos contextos.

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA							Valores em R\$ 1,00
Recurso Consumido	Quantidade			Valor			
	Exercícios						
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	
<b>Papel</b>	44.898	47.552	43.170	423.027,56	506.908,61	515.385,04	
<b>Água</b>	168.556	147.367	125.273	1.641.385,69	1.193.700,45	1.016.827,13	
<b>Energia Elétrica</b>	73.889.366	72.392.200	67.869.016	29.938.265,36	27.742.657,07	25.744.009,06	
			<b>Total</b>	32.002.678,61	29.443.266,13	27.276.221,23	

**Fonte:** Setor administrativo das UJ consolidadas.

## 10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

#### 10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - CISCEA					10498
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	004.286/2012-0	1620 – TCU Plenário	9.1.1	DE	Ofício 581/2012-TCU/SECOB-1
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica					9488
Descrição da Deliberação					
Determinar a realização de oitiva do Comando da Aeronáutica para que apresente esclarecimentos quanto ao indício de sobrepreço de R\$ 17.109.977,74, corrigido para R\$ 18.309.737,36, conforme apontado no item 4.3 do relatório apenso à Comunicação do Ofício nº 581/2012 – TCU/SECOC-1, de 14/09/2012.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo					10498
Síntese da Providência Adotada					
Revisão completa das Composições de Custos Unitários constantes do procedimento licitatório para apurar a eventual ocorrência de sobrepreço.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Após realizada a revisão das Composições de Custos Unitários, verificou-se que, em termos globais, os preços constantes da planilha base do processo licitatório encontravam-se compatíveis com os de mercado. Contudo, considerando os preços unitários, verificou-se a existência de subpreços e sobrepreços.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Contribuiu negativamente para a adoção das providências o prazo extremamente exíguo para serem realizadas as devidas apurações, haja vista a complexidade do processo, o qual foi recebido por esta Comissão somente em meados de agosto de 2012, tendo sido necessária uma completa avaliação desde a sua origem.					

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	004.286/2012-0	1620 – TCU Plenário	9.1.2 e 9.1.3	DE	Ofício 581/2012-TCU/SECOB-1
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica					9488
Descrição da Deliberação					

Determinar a realização de oitiva do Comando da Aeronáutica para que apresente esclarecimentos quanto à modificação da norma de medições após celebrado o contrato, com quebra na isonomia do certame para contratação da obra, e acerca da falta de razoabilidade na alteração dos percentuais relativos aos eventos de pagamento da norma de medições da obra, antecipando valores em favor da empresa contratada.

**Providências Adotadas**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo	10498

**Síntese da Providência Adotada**

Verificação do histórico processual para se estabelecer em que exato momento se deu a alteração da norma de medição; revisão de todas as medições executadas indevidamente com a norma alterada para que fossem adequadas àquela prevista originalmente no procedimento licitatório; e apuração da diferença paga indevidamente a maior, por conta da adoção da nova metodologia de medição.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Foi constatado que, por conta da alteração da norma de medição, houve adiantamento indevido à Contratada, o qual será abatido paulatinamente no decorrer do contrato.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Contribuiu negativamente para a adoção das providências o prazo extremamente exíguo para serem realizadas as devidas apurações, haja vista a complexidade do processo, o qual foi recebido por esta Comissão somente em meados de agosto de 2012, tendo sido necessária uma completa avaliação desde a sua origem.

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	004.286/2012-0	1620 – TCU Plenário	9.1.4	DE	Ofício 581/2012-TCU/SECOB-1
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica					9488
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar a realização de oitiva do Comando da Aeronáutica para que apresente esclarecimentos acerca dos adiantamentos realizados por conta do pagamento pelos Cadernos de Procedimento de Testes e Registro de Resultados (CPTRR), considerando que seu conteúdo deveria estar nas especificações técnicas do projeto e que os testes e resultados ainda não haviam sido apresentados.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo					10498
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Foi elaborado relatório esclarecendo a finalidade dos CPTRR, tanto para recebimento em fábrica como para recebimento em campo. O documento esclarece, ainda, quando os mencionados cadernos poderão ser completamente detalhados e o momento em que poderão ser preenchidos e analisados.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Foi constatado que a modificação processada na norma de medição alterou a forma de remuneração afeta aos CTPRR, fato corrigido com a retomada da norma de medição original após a sub-rogação contratual em favor da CISCEA.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Contribuiu negativamente para a adoção das providências o prazo extremamente exíguo para serem realizadas as devidas apurações, haja vista a complexidade do processo, o qual foi recebido por esta Comissão somente em meados de agosto de 2012, tendo sido necessária uma completa avaliação desde a sua origem.					

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	004.286/2012-0	1620 – TCU Plenário	9.1.5 e 9.1.6	DE	Ofício 581/2012-TCU/SECOB-1
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica					9488
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar a realização de oitiva do Comando da Aeronáutica para que apresente esclarecimentos acerca da falta de razoabilidade do pagamento pela aquisição de diversos materiais postos em obra, tendo em vista que os custos financeiros já estão previstos no BDI, pela consequente estocagem dos mesmos materiais por tempo além do necessário, podendo gerar custos adicionais, e pela taxa de BDI, aplicável a simples aquisição de materiais, superior à aplicada aos demais serviços.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo					10498
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Foram refeitas todas as medições contratuais com base na norma de medição original.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Com a retomada da norma de medição original, promovida pela CISCEA após a sub-rogação contratual, deixou de ter efeito prático na remuneração do contrato quaisquer pagamentos que eventualmente tenham ocorrido por conta da simples entrega de material no canteiro de obras.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Contribuiu negativamente para a adoção das providências o prazo extremamente exíguo para serem realizadas as devidas apurações, haja vista a complexidade do processo, o qual foi recebido por esta Comissão somente em meados de agosto de 2012, tendo sido necessária uma completa avaliação desde a sua origem.					

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	004.286/2012-0	1620 – TCU Plenário	9.2.1 e 9.2.2	DE	Ofício 581/2012-TCU/SECOB-1
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica					9488
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar ao COMAER que efetue um completo inventário das falhas de qualidade existentes na obra e exija da empresa contratada a reconstrução ou correção de todas as estruturas, vedações (alvenarias) e acabamentos executados em desconformidade com os projetos e com as especificações técnicas e normas da ABNT. Também determinar que para os serviços não corrigidos seja exigido da empresa contratada a apresentação de laudo técnico de perito habilitado, com emissão de anotação de responsabilidade técnica (ART), indicando se os defeitos construtivos resultantes do inventário do item anterior, em especial aqueles já identificados pela auditoria do TCU nos Alojamentos dos Alunos, no Castelo D'Água e no edifício do Comando, não afetarão a durabilidade das obras e a segurança dos futuros prédios.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo					10498
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Foi verificado na documentação constante do processo que, ainda quando a gestão da obra encontrava-se sob a					

responsabilidade do CIAAR, foram expedidos os Relatórios nºs 2/CI CIAAR, de 11/04/2012, 9/CI CIAAR, de 18/05/2012, e 38/CIAAR, de 26/07/2012, todos envolvendo aspectos da qualidade construtiva, a partir dos quais a Contratada efetuou diversas ações corretivas. Mais adiante, em 12/11/2012, quando o contrato em tela já se encontrava sob a responsabilidade da CISCEA, esta Comissão emitiu o Parecer técnico nº 1663/12, no qual atestou que as ações executadas pela contratada com intuito de corrigir as falhas construtivas anteriormente apontadas foram efetuadas atendendo às boas técnicas e estética.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Esta Comissão atestou que as mencionadas falhas foram decorrentes de erros cometidos durante a execução da obra, principalmente no que tange à confecção e ao travamento de formas para a concretagem. Dessa forma, a despeito do fato de que praticamente todas as correções já tivessem sido efetuadas (havia sido corrigidas 53 falhas de um total de 56), foi solicitado à Contratada, por meio da Carta 044/VP-DA, de 27/11/2012, que, sem prejuízo ao disposto nos artigos 69 e 76 da Lei 8.666/93, apresentasse Laudo Complementar Conclusivo, no qual deverá constar a devida análise de revisão dos projetos das edificações afetadas por falhas construtivas, em especial aquelas já identificadas pela auditoria do TCU, e indicasse se os defeitos construtivos não afetarão a durabilidade e a segurança dos futuros prédios, considerando os valores obtidos nos ensaios e análises, conforme preconizado no item 25.3 da NBR 6118.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Contribuíram positivamente para atendimento das determinações do TCU, o detalhamento dos relatórios elaborados pela CI CIAAR.

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	004.286/2012-0	1620 – TCU Plenário	9.2.4	DE	Ofício 581/2012-TCU/SECOB-1
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica					9488
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar ao COMAER que instaure procedimento administrativo para apurar as responsabilidades quanto às falhas na construção do empreendimento, franqueando previamente à contratada a oportunidade de contraditório e ampla defesa, e avalie a aplicação das penas cabíveis previstas na avença e na legislação.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo					10498
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Foram instauradas, ainda quando as obras estavam sob a gestão do CIAAR, as Sindicâncias nº 12-R/SIJ/2012 (CIAAR) e Sindicância nº 01/DEPENS/2012 (DEPENS).					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não há.					

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	004.286/2012-0	1620 – TCU Plenário	9.2.5	DE	Ofício 581/2012-TCU/SECOB-1
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica					9488
Descrição da Deliberação					
Determinar ao COMAER que apresente ao CREA-MG representação formal para que avalie a atuação dos responsáveis técnicos pela obra, em face das possíveis infrações às Leis nºs 4.150/62, 5.194/66, 6.496/77 e ao código de ética profissional.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo					10498
Síntese da Providência Adotada					
Foram instauradas, ainda quando as obras estavam sob a gestão do CIAAR, as Sindicâncias nº 12-R/SIJ/2012 (CIAAR) e Sindicância nº 01/DEPENS/2012 (DEPENS).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As Sindicâncias realizadas não identificaram a ocorrência de crime militar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há.					

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA					58527
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 019.251/2011-4	3164/2011-Plenário	9	DE / RE	Of. nº 13/2012-TCU/Sefti
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DECEA / CGNA / CISCEA					58527/83689/10498
Descrição da Deliberação					
Deliberações constantes dos itens 9.1.1 a 9.3 do Acórdão retro referido.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - CISCEA					10498
Síntese da Providência Adotada					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ref. as determinações contidas nos itens 9.1.1 e 9.2 do citado Acórdão, o DECEA já elaborou a Norma de Procedimento de Ação nº 001/DO/2012 e o Plano de Ação nº 265.06.I00.PN.002.00/2012.</li> <li>- Ref. a recomendação contida no item 9.1.2, já foi determinado no âmbito do SISCEAB a não utilização de fatores de ajuste na contagem do ponto de função.</li> <li>- Ref. a recomendação contida no item 9.3, o DECEA já orientou as OM subordinadas a envidarem esforços na melhoria das futuras arquiteturas de softwares Pde Sistemas Operacionais Críticos do SISCEAB, objetivando maior competição entre fornecedores dos subsistemas.</li> </ul>					

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Será obtido um maior domínio, autonomia e aperfeiçoamento nos futuros processos de aquisição de Sistema de TI aplicados no SISCEAB.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Idem ao item anterior.

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA					58527
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
9	TC 003.806/2008-7	2163/2012-Plenário	9.1	DE	Of. nº 584/2012-TCU/Sefti
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
DECEA / CGNA / CISCEA					58527/83689/10498
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Deliberações constantes dos itens 9.1.1 a 9.1.4 do Acórdão retro referido.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA					58527
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
- Ref. as determinações contidas nos itens 9.1.1 a 9.1.4 do citado Acórdão, o DECEA emitiu o ofício nº 1/AJUR/372, de 9 de janeiro de 2013, enviado ao TCU, via CENCIAR, com o posicionamento de que não houve superfaturamento ou sobrepreço nos Contratos nº 14/DECEA/2002 e nº 22/DECEA/2007, ambos celebrados com a Fundação ATECH. Em vista disso, este Departamento entende que ficam prejudicadas as demais determinações contidas no citado Acórdão.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Foi contraditado que não houve superfaturamento ou sobrepreço nos Contratos nº 14/DECEA/2002 e nº 22/DECEA/2007, ambos celebrados com a Fundação ATECH.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Idem ao item anterior.					

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA					58527
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 008.091/2009-5	2334/2012 - Plenário	9.2	DE	Of. nº 2088/2012-TCU/SECEX-RJ-DI
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA					58527
Descrição da Deliberação					
Deliberação constante dos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão retro referido.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DECEA / CISCEA					5827 / 10498
Síntese da Providência Adotada					
<p>- Ref. a primeira parte da determinação contida no item 9.2.1 do citado Acórdão, a CISCEA promoveu a avaliação da consecução dos objetivos almejados com as transações offset devidos pela Thales Air Systems, oriundas do Contrato nº 89/DECEA/2006 e do Acordo de Compensação nº 002/DECEA/2006, informando que resultou em 02 (dois) projetos: 1) desenvolvimento de software de controle e produção de novos emissores dos radares LP-23 no Brasil, com Parecer Técnico de Aprovação datado de 13/01/2009; e 2) transferência de tecnologia para fabricação no Brasil de módulos de potencia dos novos radares LP-23, com Parecer Técnico de Aprovação datado de 08/02/2011.</p> <p>- Ref. a segunda parte da recomendação contida no item 9.2.1 do citado Acórdão, tanto este Departamento como a CISCEA não detém as informações e conhecimentos necessários, nem competência para proceder a auditoria na forma de contratação e execução do Contrato de Subvenção Econômica nº 01.07.0012.00, celebrado entre a Omnisys Engenharia Ltda. e a FINEP, para verificar a existência de atividades que façam parte, simultaneamente, dos 02 instrumentos firmados pelo DECEA, uma vez que o COMAER não participou ou avalizou o mencionado financiamento.</p> <p>- Ref. a recomendação contida no item 9.2.2, já foi emitido o ofício nº 5/AJUR/4105, de 08 de março de 2013, enviado ao TCU, via CENCIAR, com o posicionamento deste Departamento, nos termos citado acima.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em decorrência das transações offset oriundas do Contrato nº 89/DECEA/2006 e do Acordo de Compensação nº 002/DECEA/2006, resultou na implementação dos 02 (dois) projetos de desenvolvimento ligados aos radares LP-23, conforme citado acima.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como fator positivo, possibilitará um maior desenvolvimento tecnológico para o Brasil.					

#### 10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não ocorreu no exercício.

### 10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Processo 67800/PC – 03/12	IV (subitem 1)	Ofício nº 219/SUAUD-2/24643, de 24/09/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Descrição da Recomendação			
I – A unidade, além de desenvolver indicadores que auxiliem a tomada de decisão visando ao cumprimento de sua missão, deve monitorar e criar um histórico das medições, a fim de obter melhor acompanhamento quanto ao desenvolvimento das atividades mensuradas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
De longa data, o DECEA vem monitorando e mantendo histórico de medições, estatísticas e indicadores de desempenho. Em 2009, foi dado início a um amplo trabalho visando à criação e manutenção de um repositório central de indicadores de desempenho de interesse da alta administração, a fim de aprimorar o acompanhamento das atividades de valor estratégico, trabalho este que abrange: a concepção e a implantação, já concluída, de um sofisticado sistema de inteligência empresarial; o estudo, descrição, proposição e produção de novos indicadores de desempenho alinhados, como aplicável, às orientações da Organização da Aviação Civil Internacional; o desenvolvimento de interfaces gráficas e relatórios para divulgação aos usuários dos dados em tela; e, nos casos recomendáveis, o estabelecimento de conexões com fontes externas de dados (ex.: SILOMS, banco de dados de pessoal do DECEA, Banco Integrado de Movimentos de Tráfego Aéreo/BIMTRA, dentre outros), objetivo este a ser perseguido a partir de 2013. Outras ações relevantes para o fim em tela incluem o desenvolvimento em curso de novos aplicativos de gerenciamento de tráfego aéreo, cuja implantação permitirá a obtenção de dados novos e mais detalhados, abrangentes e acurados, que serão usados no monitoramento da eficiência da prestação dos serviços de tráfego aéreo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os principais resultados obtidos incluem: a capacitação progressiva do pessoal engajado no trabalho; criação do repositório central de indicadores de desempenho e métricas de apoio; povoamento do repositório central e disponibilização para consulta de indicadores e métricas de apoio, relacionados ao desempenho do DECEA e suas organizações (no que se refere à Segurança Operacional, eficiência do serviço de Busca e Salvamento, exatidão das previsões meteorológicas, disponibilidade de recursos humanos e materiais, eficiência do gerenciamento do tráfego aéreo, dentre outros); e inclusão de novos indicadores no Relatório de Gestão consolidado do DECEA.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Positivos: apoio dos superiores; disponibilidade de recursos orçamentários e de informática; disponibilidade de literatura adequada; intercâmbio de conhecimentos com organizações congêneres. Fatores Negativos: restrição quantitativa de recursos humanos qualificados, perante a magnitude e complexidade da tarefa, resultando na necessidade de estender os requisitos de tempo para a execução das tarefas planejadas.			

QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Processo 67800/PC – 03/12	IV (subitem 2)	Ofício nº 219/SUAUD-2/24643, de 24/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Descrição da Recomendação			
O DECEA, com vistas a garantir a quantidade e a qualidade de seu efetivo, deverá acompanhar a proposta de realização de concurso público encaminhada ao COMGEP, a fim de atualizar suas projeções e, se for o caso, adotar outras ações que se fizerem necessárias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Síntese da Providência Adotada			
O DECEA obteve autorização para realização de concurso público com base na Portaria nº 254, de 18 de junho de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Com a autorização pela Portaria nº 254, de 18 de junho de 2012, do MPOG, o DECEA aprovou o Edital nº 1/2012, de 1º de outubro de 2012, tendo estabelecido três cursos de formação para controlador de tráfego aéreo no Programa de Atividades de Ensino e Atualização Técnica do DECEA com início em junho/2013, julho/2013 e janeiro/2014, respectivamente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fator positivo, a autorização do concurso pelo MPOG permitiu ao DECEA iniciar os procedimentos administrativos para a realização do concurso público, com base no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Como fator negativo, a inexistência de prazo na análise da proposta no MPOG gera demora na aprovação de concurso público, prejudicando o planejamento de pessoal, haja vista a impossibilidade de antecipação dos procedimentos administrativos pela UJ para agilização do processo executório do concurso.			

QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Processo 67800/PC – 03/12	IV (subitem 3)	Ofício nº 219/SUAUD-2/24643, de 24/09/2012

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA	58527
<b>Descrição da Recomendação</b>	
Considerando sua missão e as atividades desenvolvidas, o DECEA deve instituir estrutura de controles internos com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos. Esses controles devem estar focados nas áreas de maior relevância do SISCEAB, fornecendo indicadores que permitam avaliar as atividades do DECEA para o cumprimento de sua missão.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA	58527
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
O DECEA tem realizado Visitas Anuais de Inspeção, onde os Subdepartamentos e a Vice-Direção acompanham as atividades desenvolvidas pelas UJ subordinadas, na busca de que seus objetivos estratégicos sejam atingidos. Ainda dentro dessa estrutura de controle, a Vice-Direção, por intermédio de Fichas de Acompanhamento de Desenvolvimento Físico – FIA, acompanha bimestralmente o andamento de todas as etapas de desenvolvimento físico dos projetos programados no Plano Setorial do DECEA – PLANSET.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
As ações desenvolvidas possibilitaram um bom acompanhamento, por parte do DECEA, do andamento dos projetos e atividades programados, resultando na participação de todos os envolvidos para que a missão do DECEA seja plenamente atingida.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Os instrumentos de controle mencionados tiveram boa aceitação por parte das UJ subordinadas, que atuaram de forma proativa, permitindo que os resultados pretendidos fossem alcançados.	

QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Processo 67800/PC – 03/12	IV (subitem 4)	Ofício nº 219/SUAUD-2/24643, de 24/09/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
<b>Descrição da Recomendação</b>			
O DECEA deverá orientar e fiscalizar suas UJ Consolidadas sobre a necessidade da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, inclusive mediante a definição de critérios específicos nos instrumentos convocatórios das aquisições de bens e serviços e das contratações de obras e serviços, nos moldes estabelecidos na Instrução Normativa MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			

O DECEA, por intermédio da Vice-Direção, faz a análise prévia de todos os Instrumentos contratuais das UJ subordinadas e exige a inclusão nos mesmos dos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Todas as UJ subordinadas ao DECEA estão cumprindo o determinado na legislação quando das aquisições de bens e serviços e das contratações de obras e serviços.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A adoção das providências determinadas foi acatada por todos os Gestores envolvidos sem qualquer dificuldade.

**QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Processo 67800/PC – 03/12	IV (subitem 6)	Ofício nº 219/SUAUD-2/24643, de 24/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Descrição da Recomendação			
O DECEA deverá acompanhar e manter as informações atualizadas, a fim de que, nos próximos Relatórios de Gestão, a avaliação sobre a gestão de TI apresente informações mais consistentes e reflitam melhor as ações desenvolvidas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Síntese da Providência Adotada			
O DECEA incrementou, ao longo de 2012, a sua estrutura de Governança de TI obtendo assim o pleno atendimento ao Documento da SEFA no item IV – Recomendações Gerais -6 . O incremento gerou a criação, no Subdepartamento Técnico, da Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação. Desta forma as informações sobre TI vêm atingindo níveis crescentes de consistência propiciando, assim, uma melhor gestão sobre as ações desenvolvidas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Todas as UJ subordinadas ao DECEA estão cumprindo o determinado na legislação quando das aquisições de bens e serviços e das contratações de obras e serviços.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fator positivo há que ressaltar a capacidade da estrutura administrativa do DECEA em absorver mudanças e como fator não explicitamente negativo, mas de incremento de tempo, para adoção de providências, tem-se o cuidado em implementá-las para evitar retrabalhos decorrentes, justamente da capacidade citada.			

**QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	Processo 67800/PC – 03/12	IV (subitem 7)	Ofício nº 219/SUAUD-2/24643, de 24/09/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
<b>Descrição da Recomendação</b>			
O DECEA deverá providenciar a capacitação de todo o pessoal responsável pela gestão dos bens imóveis e respectivos registros contábeis, no âmbito das UJ consolidadas, a fim de garantir fidedignidade dos dados afetos ao sistema de patrimônio no âmbito do COMAER e, em especial, no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Ao longo do exercício de 2012, o DECEA, por meio da Divisão de Patrimônio de seu Subdepartamento de Administração, aplicou, como metodologia de ação administrativa, o processo de interação direta com os agentes (Gestores e técnicos auxiliares) das Seções de Patrimônio das Unidades Jurisdicionadas consolidadas. O método objetivou o repasse de orientações; o acompanhamento de ações; e o apoio deste ODS, quando necessário, com vistas à manutenção e confiabilidade da gestão do patrimônio imobiliário aplicado ao SISCEAB e seus respectivos registros contábeis.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As ações desenvolvidas resultaram em um melhor nivelamento de conhecimento e capacitação dos Recursos Humanos envolvidos na gestão do patrimônio imobiliário das Unidades Jurisdicionadas consolidadas, como também na agilização e adequada correção dos Processos Administrativos de Gestão relacionados à matéria e sob responsabilidade das respectivas Unidades Jurisdicionadas.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Apontam-se como fatores negativos, a curta permanência de Gestores e técnicos auxiliares designados para prestar serviços nas Seções de Patrimônio, bem como o reduzido efetivo de técnicos auxiliares comparativamente à demanda de atividades a serem desenvolvidas, comprometendo o esforço empreendido para a capacitação do pessoal responsável pela gestão dos bens imóveis, no âmbito das UJ Consolidadas.			

#### 10.1.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Processo 67800/PC – 03/12	IV (subitem 5)	Ofício nº219/SUAUD-2/24643
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Descrição da Recomendação			
O DECEA deverá adotar e orientar para que sejam adotadas, inclusive no âmbito de suas unidades consolidadas, ações visando à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância, respectivamente, à Instrução Normativa nº 1/2010 e à Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA			58527
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação ainda não foi implementada no DECEA e nem nas unidades consolidadas, no entanto, pode ser notado pela análise dos quadros A.9.1-GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS das UJ consolidadas que, na maioria delas, já existe essa preocupação. As orientações constarão das Visitas de Inspeção no exercício de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não aplicável.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não aplicável.			

#### 10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

### 10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93.

#### 10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	172	63	592
	Entregaram a DBR	172	63	592
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Setores de recursos humanos ou de controle interno do DECEA e das UJ subordinadas.

#### Análise Crítica

O recebimento das Declarações de Bens e Rendas é centralizado no setor de Recursos Humanos, que mantém o controle das entregas das declarações, em papel, ou dos Formulários de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física. Os documentos estão guardados em cofre de acesso restrito, a fim de se preservar o sigilo fiscal das informações.

Os Detentores de Cargos e Funções obrigados a apresentar a Declaração de Bens e Rendas (DBR) são convocados a fazê-lo, por meio da publicação em Boletim Interno e, no exercício de 2012, todos os responsáveis pelas apresentações cumpriram as suas obrigações dentro dos prazos estipulados.

Não é feita análise, pela UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

#### 10.4 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV Conforme declarações do DECEA e das UJ subordinadas, em anexo.

## **11    INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.1   INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

Não se aplica.

### **11.2   DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Não se aplica.

## **12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

### **12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ**

Não há outras informações.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2013.

Ten Brig Ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes  
Diretor-Geral do DECEA

## PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

### 1 - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, CONTEMPLANDO:

Não ocorreu no exercício.

### 2 - INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA.

#### 2.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	
<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53
<b>Nome</b>	ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CTCEA
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº 6 de 10/01/2011.
<b>Número</b>	001/DECEA/2012 – PAG 107/DECEA/2012 – SIAFI 671971
<b>Data Celebração</b>	03/04/2012
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO REGISTRADO
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta
<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto o desenvolvimento de ações contributivas ao planejamento estratégico do Sistema ATM Nacional, integrando-o aos demais processos internos do Parceiro Público, e ao atendimento das demandas da Comunidade ATM, de forma sustentável, em conformidade às atividades e aos projetos estabelecidos no Programa de Trabalho.
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b> DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - DECEA <b>UG SIAFI</b> 120036
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b> 03/04/2012 <b>Fim</b> 02/04/2015
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b> R\$ 7.400.000,00 <b>Da Entidade</b> Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO		
<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53	
<b>Nome</b>	ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CTCEA	
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.	
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº 6 de 10/01/2011.	
<b>Número</b>	002/DECEA/2012 – PAG 106/DECEA/2012 – SIAFI 671972	
<b>Data Celebração</b>	03/04/2012	
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO REGISTRADO	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta	
<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto o desenvolvimento de ações relacionadas à Gestão da Informação Aeronáutica (Projeto AIM-BR), incluindo o gerenciamento da cadeia de informação aeronáutica, os processos vinculados e novas tecnologias associadas, em conformidade às atividades e aos projetos estabelecidos no Programa de Trabalho.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - DECEA
	<b>UG SIAFI</b>	120036
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	03/04/2012
	<b>Fim</b>	02/04/2015
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 5.000.000,00
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	
<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53
<b>Nome</b>	ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CTCEA
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº 112 de 13/06/2007 e atualizado no DOU nº 6 de 10/01/2011.
<b>Número</b>	001/DECEA/2007 – PAG 033/DECEA/2007 – SIAFI 298637
<b>Data Celebração</b>	26/03/2007
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO REGISTRADO
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta
<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto a realização de estudos, pesquisas, execução de atividades técnicas e de planejamento necessárias ao desenvolvimento e implementação dos Sistemas CNS/ATM no Brasil, em conformidade às atividades e aos projetos estabelecidos no Programa de Trabalho.

<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - DECEA
	<b>UG SIAFI</b>	120036
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	26/03/2007
	<b>Fim</b>	25/03/2012
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 19.164.781,53
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO		
<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53	
<b>Nome</b>	ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CTCEA	
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.	
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº 112 de 13/06/2007 e atualizado no DOU nº 6 de 10/01/2011.	
<b>Número</b>	002/DECEA/2007 – PAG 778/DECEA/2007 – SIAFI 298651	
<b>Data Celebração</b>	10/12/2007	
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO REGISTRADO	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta	
<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto a elaboração de estudos, pesquisas de tecnologias emergentes e desenvolvimento de atividades técnicas de planejamento e de implantação, necessárias à apropriação de custos e à gestão do sistema de processamento da cobrança e arrecadação das tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota, integrantes do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), visando ao aperfeiçoamento dos processos existentes, tudo em conformidade com as atividades estabelecidas no Programa de Trabalho.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - DECEA
	<b>UG SIAFI</b>	120036
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	10/12/2007
	<b>Fim</b>	31/08/2013
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 49.800.057,97
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	
<b>CNPJ</b>	05.021.674/0001-96
<b>Nome</b>	FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEFESA E TECNOLOGIAS DE PROCESSOS – FUNDAÇÃO SDTP
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº 248 de 22/12/2008.	
<b>Número</b>	005/DECEA/2009 – PAG 488/DECEA/2009 – SIAFI 298650	
<b>Data Celebração</b>	09/11/2009	
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO REGISTRADO	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta	
<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto o desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum entre o PARCEIRO PÚBLICO e a FUNDAÇÃO SDTP, por intermédio da elaboração de estudos, pesquisas, desenvolvimento de ações de assessoramento especializado, nas áreas logísticas da administração do controle do espaço aéreo, visando ao aperfeiçoamento de processos, mediante a absorção de novas metodologias de gestão, em conformidade com o Programa de Trabalho.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - DECEA
	<b>UG SIAFI</b>	120036
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	06/11/2009
	<b>Fim</b>	30/06/2013
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 43.135.135,00
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO		
<b>CNPJ</b>	05.021.674/0001-96	
<b>Nome</b>	FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEFESA E TECNOLOGIAS DE PROCESSOS – FUNDAÇÃO SDTP	
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.	
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº 248 de 22/12/2008.	
<b>Número</b>	006/DECEA/2009 – PAG 489/DECEA/2009 – SIAFI 298652	
<b>Data Celebração</b>	30/11/2009	
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO REGISTRADO	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta	
<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto o desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum entre o PARCEIRO PÚBLICO e a FUNDAÇÃO SDTP, por intermédio da elaboração de estudos, pesquisas, realização de atividades técnicas e desenvolvimento de projetos, nas áreas de controle do espaço aéreo e de meio ambiente, de forma a manter o nível de segurança operacional em padrões internacionais e aumentar a eficiência, a eficácia e a regularidade dos Serviços de Tráfego Aéreo a cargo do DECEA, em conformidade com as metas e atividades constantes do Programa de Trabalho.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA
	<b>UG SIAFI</b>	120036
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	30/11/2009
	<b>Fim</b>	14/12/2012
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 69.996.023,00
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO		
<b>CNPJ</b>	05.021.674/0001-96	
<b>Nome</b>	FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEFESA E TECNOLOGIAS DE PROCESSOS – FUNDAÇÃO SDTP	
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.	
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº 248 de 22/12/2008.	
<b>Número</b>	003/DECEA/2012 – PAG 357/DECEA/2012 – SIAFI 298652	
<b>Data Celebração</b>	30/11/2009	
<b>Registrado no SICONV?</b>	779436/2012	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta	
<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto a realização de atividades técnicas e de apoio e assessoramento especializado, com elaboração de estudos e pesquisas voltadas para o desenvolvimento sustentável de projetos nas áreas de controle do espaço aéreo, visando manter o nível de segurança operacional em padrões internacionais e aumentar a eficiência, a eficácia e a regularidade dos serviços de tráfego aéreo a cargo do DECEA, em conformidade com o programa de trabalho.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - DECEA
	<b>UG SIAFI</b>	120036
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	14/12/2012
	<b>Fim</b>	13/06/2016
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 169.417.124,78
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	
<b>CNPJ</b>	05.021.674/0001-96
<b>Nome</b>	FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEFESA E TECNOLOGIAS DE PROCESSOS – FUNDAÇÃO SDTP
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº 248 de 22/12/2008.
<b>Número</b>	001/ICEA/2009 – 2056/ICEA/2009 – SIAFI 298648
<b>Data Celebração</b>	02/12/2009
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO REGISTRADO
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta

<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto o desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum entre o PARCEIRO PÚBLICO e a FUNDAÇÃO SDTP, caracterizada pela participação especializada e pontual da OSCIP em serviços de consultoria e assessoramento específicos, bem como de apoio intermediário ao ICEA, na execução de projetos e atividades constantes do Programa de Trabalho do ICEA, aprovado pela portaria DECEA nº 05/DECEA, de 5 de junho de 2009, que deverão ser realizados no período de 2009 a 2012, nas áreas de propriedade intelectual, simulação, conhecimento técnico-especializado, <i>backup</i> operacional e apoio logístico ao SISCEAB.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	INSTITUTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - ICEA
	<b>UG SIAFI</b>	120067
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	02/12/2009
	<b>Fim</b>	31/07/2013
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 37.440.402,00
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO		
<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53	
<b>Nome</b>	ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CTCEA	
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.	
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº124 de 30/06/2004 e atualizado no DOU nº 6 de 10/01/2011.	
<b>Número</b>	TP 001/PAME/2010 – SIAFI 298655	
<b>Data Celebração</b>	06/08/2010	
<b>Registrado no SICONV?</b>	Não registrado	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação direta	
<b>Objeto</b>	Desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum entre o PARCEIRO PÚBLICO e a CTCEA, por intermédio da elaboração de estudos, pesquisas, realização de atividades técnicas e administrativas e do desenvolvimento de projetos, nas áreas de controle do espaço aéreo e de preservação do meio ambiente, de forma a manter os níveis de disponibilidade e confiabilidade dos equipamentos de proteção ao voo e dos sistemas de tecnologia da informação operacional em padrões internacionais, bem como aumentar a eficiência e eficácia dos processos de manutenção e de publicações aeronáuticas, em conformidade com as metas e atividades descritas no Programa de Trabalho e Produtos (Anexo A), constante deste Termo de Parceria.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	PARQUE DE MATERIAL DE ELETRÔNICA DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO - PAME-RJ
	<b>UG SIAFI</b>	120048
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	06/08/2010
	<b>Fim</b>	05/08/2015
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$107.354.773,88
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO		
<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53	
<b>Nome</b>	Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo - CTCEA	
<b>Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.	
<b>Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	Publicado no DOU nº124 de 30/06/2004 e atualizado no DOU nº 6 de 10/01/2011.	
<b>Número</b>	001/CISCEA/2011 – SIAFI 298647	
<b>Data Celebração</b>	01/06/2011	
<b>Registrado no SICONV?</b>	NÃO REGISTRADO	
<b>Forma de Escolha da Entidade Parceira</b>	Contratação Direta	
<b>Objeto</b>	Realização de estudos, pesquisas e o desenvolvimento de projetos, nos campos do controle do espaço aéreo e meio ambiente, pela CTCEA, ao PARCEIRO PÚBLICO, com a finalidade de executar as atividades e projetos estabelecidos no Programa de Trabalho, incluindo as ações de natureza técnico-administrativa e de assessoramento especializado, necessárias à sua execução.	
<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CISCEA
	<b>UG SIAFI</b>	120127
<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	01/06/2011
	<b>Fim</b>	31/05/2013
<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	R\$ 108.156.006,00
	<b>Da Entidade</b>	Sem contrapartida

## 2.2 Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados

QUADRO B.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA			
Identificação da Entidade Parceira			
<b>Nome</b>	ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CTCEA		
<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53		
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
<b>Janeiro</b>	19.254.098,07	<b>Julho</b>	8.853.457,29
<b>Fevereiro</b>	1.747.553,54	<b>Agosto</b>	7.346.518,29
<b>Março</b>	4.780.971,17	<b>Setembro</b>	0,00
<b>Abril</b>	200.000,00	<b>Outubro</b>	11.867.334,29
<b>Maiο</b>	7.256.046,08	<b>Novembro</b>	5.095.107,08
<b>Junho</b>	8.853.457,29	<b>Dezembro</b>	18.368.146,18
<b>Total</b>	42.092.126,15	<b>Total</b>	51.530.563,13

Fonte: SIAFI

QUADRO B.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA

<b>Identificação da Entidade Parceira</b>			
<b>Nome</b>	FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEFESA E TECNOLOGIAS DE PROCESSOS – FUNDAÇÃO SDTP		
<b>CNPJ</b>	05.021.674/0001-96		
<b>Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)</b>			
<b>No Primeiro Semestre</b>		<b>No Segundo Semestre</b>	
<b>Janeiro</b>	9.748.000,00	<b>Julho</b>	2.254.570,80
<b>Fevereiro</b>	0,00	<b>Agosto</b>	5.966.250,00
<b>Março</b>	0,00	<b>Setembro</b>	4.722.000,00
<b>Abril</b>	686.341,18	<b>Outubro</b>	7.125.500,00
<b>Mai</b>	7.125.500,00	<b>Novembro</b>	5.959.088,02
<b>Junho</b>	4.662.750,00	<b>Dezembro</b>	8.546.000,00
<b>Total</b>	22.222.591,18	<b>Total</b>	34.573.408,82

Fonte: SIAFI

QUADRO B.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA

<b>Exercícios</b>	<b>Quantidade de Termos Vigentes</b>	<b>Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)</b>
<b>2011</b>	7	111.028.785,30
<b>2010</b>	7	101.620.890,91

Fonte: SIAFI

2.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
Maj QOECTA Jorge Wallacy Paiva de Azevedo	975.023.167-87	DECEA	TP 001/DECEA/2007 - Portaria nº 39-T/DGCEA, de 23/03/2012
Cap QOECTA Marcelo Marques Lobo	016.530.337-97	DECEA	TP 001/DECEA/2007 - Portaria nº 39-T/DGCEA, de 23/03/2012
Eng Luis Augusto Bordallo	606.766.207-87	CTCEA	TP 001/DECEA/2007 - Portaria nº 39-T/DGCEA, de 23/03/2012

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
1º Ten QOEA SVA R1 Paulo Sérgio da Silva	975.946.878-68	DECEA	TP 002/DECEA/2007 - Portaria nº 118-T/DGCEA, de 02/10/2012
2º Ten Milene Coelho Bastos Guanabens	012.284.516-13	DECEA	TP 002/DECEA/2007 - Portaria nº 118-T/DGCEA, de 02/10/2012
Hélio Roberto Bastos Setta	179.988.597-68	CTCEA	TP 002/DECEA/2007 - Portaria nº 118-T/DGCEA, de 02/10/2012

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
Maj Av Rodrigo Henriques Godinho	021.100.547-94	DECEA	TP 001/DECEA/2012 - Portaria nº 57-T/DGCEA, de 02/05/2012
Maj QOECTA Jorge Wallacy Paiva de Azevedo	975.023.167-87	DECEA	TP 001/DECEA/2012 - Portaria nº 57-T/DGCEA, de 02/05/2012
Andréia Brito Newlands Machado	004.520.467-50	CTCEA	TP 001/DECEA/2012 - Portaria nº 57-T/DGCEA, de 02/05/2012

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
Cap QOEA SIA Airton Silva de Salles	822.889.767-72	DECEA	TP 002/DECEA/2012 - Portaria nº 140-T/DGCEA, de 15/10/2012
2º Ten QOEA SIA Sérgio Henrique Novanta Carvalho	014.685.387-30	DECEA	TP 002/DECEA/2012 - Portaria nº 140-T/DGCEA, de 15/10/2012
Leonardo Coelho de Almeida	075.531.487-50	CTCEA	TP 002/DECEA/2012 - Portaria nº 140-T/DGCEA, de 15/10/2012

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
Ten Cel Av Jaime Fariñas Martínez Júnior	612.430.516-04	DECEA	TP 005/DECEA/2009 - Portaria nº 60-T/DGCEA, de 02/05/2012
Maj Av Marco Aurélio Lima Moraes	001.603.887-83	DECEA	TP 005/DECEA/2009 - Portaria nº 60-T/DGCEA, de 02/05/2012
Walacir Cheriegate	828.681.828-00	SDTP	TP 005/DECEA/2009 - Portaria nº 60-T/DGCEA, de 02/05/2012

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
Maj Av Marcelo de Lima Pinheiro	010.938.737-60	DECEA	TP 006/DECEA/2009 - Portaria nº 35-T/DGCEA, de 15/03/2012
Ten Cel Esp CTA Miguel Antunes da Costa Junior	365.984.531-00	DECEA	TP 006/DECEA/2009 - Portaria nº 35-T/DGCEA, de 15/03/2012
Walacir Cheriegate	828.681.828-00	SDTP	TP 006/DECEA/2009 - Portaria nº 35-T/DGCEA, de 15/03/2012

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
Ten Cel Av Jaime Fariñas Martinez Júnior	612.430.516-04	DECEA	TP 003/DECEA/2012 - Portaria nº 184-T/DGCEA, de 20/12/2012
Maj QOECTA Jorge Wallacy Paiva de Azevedo	975.023.167-87	DECEA	TP 003/DECEA/2012 - Portaria nº 184-T/DGCEA, de 20/12/2012
Walacir Cheriegate	828.681.828-00	SDTP	TP 003/DECEA/2012 - Portaria nº 184-T/DGCEA, de 20/12/2012

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
Marcelo George dos Santos Cap QOEMET	011.910.327-36	ICEA	TP 001/ICEA/2009 - Boletim Interno n.º 123, de 26/10/2012
Carlos Alberto Ferreira Gisler Ten Cel QOEMET	423.869.500-34	ICEA	TP 001/ICEA/2009 - Boletim Interno n.º 123, de 26/10/2012
Rosa Maria dos Santos Miranda Ten Cel ANS	065.673.938-07	ICEA	TP 001/ICEA/2009 - Boletim Interno n.º 123, de 26/10/2012

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

<b>Membros da Comissão</b>			<b>Ato de Designação</b>
<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Órgão que Representa</b>	
Israel Albuquerque De Melo	073.759.687-21	PAME-RJ	Portaria PAME-RJ 28-T/ASEC de 21/09/2012
Juliana Leal Pigatti Araújo	088.605.277-75	PAME-RJ	Portaria PAME-RJ 28-T/ASEC de 21/09/2012
Karina Raquel Valentim Linhares	055.807.607-60	PAME-RJ	Portaria PAME-RJ 28-T/ASEC de 21/09/2012
Alexandre Vieira Alves	048.507.218-18	CTCEA	Portaria PAME-RJ 8-T/ASEC de 03/05/2011

**QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA  
(ART. 11, § 1º, da LEI Nº 9.790/99)**

Membros da Comissão			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
Eric de Azevedo Bastos	033700198-76	CISCEA	Portaria nº.141-T/PR-DA, de 25/07/11
Marcos de Castro Pacitti	928544007-04	CISCEA	Portaria nº.141-T/PR-DA, de 25/07/11
Walter Manhaes	067713867-91	CTCEA	Portaria nº.141-T/PR-DA, de 25/07/11

**TP001/DECEA/2007**

**QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO**

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
05979994/0001-53	10/02/2012	01/01/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada
05979994/0001-53	12/09/2012	01/01/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada
<b>*Situação da Análise:</b>			<b>**Decisão:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>		

Fonte: DECEA

**TP002/DECEA/2007**

**QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO**

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
05979994/0001-53	10/02/2012	01/01/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada
<b>*Situação da Análise:</b>			<b>**Decisão:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>		

Fonte: DECEA

**TP005/DECEA/2009**

QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
05021674/0001-96	22/02/2012	01/01/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada
<b>*Situação da Análise:</b>			<b>**Decisão:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>		

Fonte: DECEA

**TP006/DECEA/2009**

QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
05021674/0001-96	22/02/2012	01/01/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada
<b>*Situação da Análise:</b>			<b>**Decisão:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>		

Fonte: DECEA

**TP001/ICEA/2009**

QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
05021674/0001-96	31/12/2012	01/01/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada
<b>*Situação da Análise:</b>			<b>**Decisão:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>		

Fonte: ICEA

**TP001/PAME/2010**

QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
05979994/0001-53	10/02/2012	01/01/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada
<b>*Situação da Análise:</b>			<b>**Decisão:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>		

Fonte: PAME

**TP001/CISCEA/2011**

QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
05979994/0001-53	14/02/2012	01/06/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada
*Situação da Análise:			**Decisão:		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>		

Fonte: CISCEA

Nota 1: Os TP001/DECEA/2012, TP002/DECEA/2012 e TP003/DECEA/2012 foram iniciados no exercício de 2012 e estão em andamento, devendo a 1ª Prestação de Contas ser apresentada até o dia 28/02/2013.

**2.4 Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria****TP001/DECEA/2007**

QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Organização Brasileira para o Desenvolvimento Técnico e Científico do Controle do Espaço Aéreo – CTCEA	CNPJ	05.979.994/0001-53
Caracterização do Indicador 1			
Nome	IP - Índice de Produção		
Fórmula de Cálculo	IP = (% IP realizado / % IP determinado) x100. Conforme Anexo C do TP 001/DECEA/2007.		
Unidade de Medida	Produtos		
Periodicidade de Medição	Quadrimestral		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	IP > 70% - Desempenho Satisfatório 50% < IP < 70% - Desempenho Parcialmente Satisfatório IP < 50% - Desempenho Não Satisfatório	
	Realizada	Produtos Realizados = 74	
	% Realização	100%	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	78,33%
		2010	70%
Análise do Indicador 1	Tem-se mostrado de perfeita confiabilidade. Os IDP quadrimestrais alcançados na Parceria foram sempre acima de 70% - Satisfatório, resultando a média 77% no período da análise deste Relatório (IP acumulado até 31/12/2011).		

Fonte: Relatório da Comissão de Avaliação do 15º Quadrimestre

**TP002/DECEA/2007**

QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA			
Identificação da Entidade Parceira			
<b>Nome</b>	Organização Brasileira para o Desenvolvimento Técnico e Científico do Controle do Espaço Aéreo – CTCEA	<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53
Caracterização do Indicador 1			
<b>Nome</b>	IP - Índice de Produção		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	IP = (% IP realizado / % IP determinado) x100. Conforme Anexo C do TP 002/DECEA/2007.		
<b>Unidade de Medida</b>	Produtos		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Quadrimestral		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
<b>Meta do Exercício</b>	<b>Pactuada</b>	IP > 70% - Desempenho Satisfatório 50% < IP < 70% - Desempenho Parcialmente Satisfatório IP < 50% - Desempenho Não Satisfatório	
	<b>Realizada</b>	Produtos Realizados = 240	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	99,65%
		<b>2010</b>	100%
<b>Análise do Indicador 1</b>	Tem-se mostrado de perfeita confiabilidade. Os IDP quadrimestrais alcançados na Parceria foram sempre acima de 70% - Satisfatório, resultando a média 100% no período da análise deste Relatório (IP acumulado até 31/12/2011).		

Fonte: Relatório da Comissão de Avaliação do 12º Quadrimestre

**TP005/DECEA/2009**

QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA			
Identificação da Entidade Parceira			
<b>Nome</b>	Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologias de Processos – Fundação SDTP	<b>CNPJ</b>	05.021.674/0001-96
Caracterização do Indicador 1			
<b>Nome</b>	IP - Índice de Produção		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	IP = (% IP realizado / % IP determinado) x100. Conforme Anexo C do TP 005/DECEA/2009.		
<b>Unidade de Medida</b>	Produtos		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Quadrimestral		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
<b>Meta do Exercício</b>	<b>Pactuada</b>	IP > 70% - Desempenho Satisfatório 50% < IP < 70% - Desempenho Parcialmente Satisfatório IP < 50% - Desempenho Não Satisfatório	
	<b>Realizada</b>	Produtos Realizados = 3.182	
	<b>% Realização</b>	99,94%	
<b>% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	99,67%
		<b>2010</b>	-
<b>Análise do Indicador 1</b>	Tem-se mostrado de perfeita confiabilidade. Os IDP quadrimestrais alcançados na Parceria foram sempre acima de 70% - Satisfatório, resultando a média 99,89% no período da análise deste Relatório (IP acumulado até 31/12/2011).		

Fonte: Relatório da Comissão de Avaliação do 6º Quadrimestre

**TP006/DECEA/2009**

QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA			
Identificação da Entidade Parceira			
<b>Nome</b>	Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologias de Processos – Fundação SDTP	<b>CNPJ</b>	05.021.674/0001-96
Caracterização do Indicador 1			
<b>Nome</b>	IP - Índice de Produção		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	IP = (% IP realizado / % IP determinado) x 100. Conforme Anexo C do TP 006/DECEA/2009.		
<b>Unidade de Medida</b>	Produtos		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Quadrimestral		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
<b>Meta do Exercício</b>	<b>Pactuada</b>	IP > 70% - Desempenho Satisfatório 50% < IP < 70% - Desempenho Parcialmente Satisfatório IP < 50% - Desempenho Não Satisfatório	
	<b>Realizada</b>	Produtos Realizados = 5.701	
	<b>% Realização</b>	99,91%	
<b>% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	98,56%
		<b>2010</b>	-
<b>Análise do Indicador 1</b>	Tem-se mostrado de perfeita confiabilidade. Os IDP quadrimestrais alcançados na Parceria foram sempre acima de 70% - Satisfatório, resultando a média 99,26% no período da análise deste Relatório (IP acumulado até 31/12/2011).		

Fonte: Relatório da Comissão de Avaliação do 6º Quadrimestre

**TP001/ICEA/2009**

QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA			
Identificação da Entidade Parceira			
<b>Nome</b>	Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologias de Processos – Fundação SDTP	<b>CNPJ</b>	05.021.674/0001-96
Caracterização do Indicador 1			
<b>Nome</b>	IP - Índice de Produção		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Execução (E) = Produto Pactuado (PP) / Produto Realizado (PR). Conforme Anexo C do TP 001/ICEA/2009.		
<b>Unidade de Medida</b>	Produtos		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Quadrimestral		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
<b>Meta do Exercício</b>	<b>Pactuada</b>	IP > 70% - Desempenho Satisfatório 50% < IP < 70% - Desempenho Parcialmente Satisfatório IP < 50% - Desempenho Não Satisfatório	
	<b>Realizada</b>	944	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	100%
		<b>2010</b>	100%
<b>Análise do Indicador 1</b>	Tem-se mostrado de perfeita confiabilidade. Os IDP quadrimestrais alcançados na Parceria foram sempre acima de 70% - Satisfatório, resultando a média 84% no período da análise deste Relatório.		

Fonte: Relatório de Progresso e Gerencial da SDTP

**TP001/PAME-RJ/2010**

QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA			
Identificação da Entidade Parceira			
<b>Nome</b>	Organização Brasileira para o Desenvolvimento Técnico e Científico do Controle do Espaço Aéreo – CTCEA	<b>CNPJ</b>	05.979.994/0001-53
Caracterização do Indicador 1			
<b>Nome</b>	IP - Índice de Produção		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	IP=(Produtos Realizados/Produtos Previstos). Conforme Anexo D do TP 001/PAME-RJ/2010.		
<b>Unidade de Medida</b>	Produtos		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Quadrimestral		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
<b>Meta do Exercício</b>	<b>Pactuada</b>	IP > 70% - Desempenho Satisfatório 50% < IP < 70% - Desempenho Parcialmente Satisfatório IP < 50% - Desempenho Não Satisfatório	
	<b>Realizada</b>	IP = 100%	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	97%
		<b>2010</b>	100%
<b>Análise do Indicador 1</b>	Tem-se mostrado de perfeita confiabilidade. Os IDP quadrimestrais alcançados na Parceria foram sempre acima de 70% - Satisfatório, resultando a média 84% no período da análise deste Relatório.		

Fonte: PAME

**TP001/CISCEA/2011**

QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA			
Identificação da Entidade Parceira			
<b>Nome</b>	Organização Brasileira para o Desenvolvimento Técnico e Científico do Controle do Espaço Aéreo	<b>CNPJ</b>	05979994/0001-53
Caracterização do Indicador 1			
<b>Nome</b>	IP - Índice de Produção de cada Projeto		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	IP = (% IP realizado / % IP determinado) x100. Conforme Anexo D do TP 001/CISCEA/2011.		
<b>Unidade de Medida</b>	Percentual por Projeto sendo realizado		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Quadrimestral		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
<b>Meta do Exercício</b>	<b>Pactuada</b>	100% / ano	
	<b>Realizada</b>	84% / ano	
	<b>% Realização</b>	84%	
<b>% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	71%
		<b>2010</b>	70%
<b>Análise do Indicador 1</b>	Tem-se mostrado de perfeita confiabilidade, expressando o real estado da medição física. Beneficia-se de um sistema informatizado próprio que faz o recebimento dos dados declarados pelos recursos humanos alocados e cálculo dos avanços obtidos – IP.		

<b>Caracterização do Indicador 2</b>			
<b>Nome</b>	IDP - Índice de Desenvolvimento Físico dos Projetos (Média aritmética dos Índices de Produção do indicador 1)		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	IDP = $[(\sum \% \text{ IP realizados} / \sum \% \text{ IP determinados}) / \sum \text{ n}^\circ \text{ projetos}] \times 100$		
<b>Unidade de Medida</b>	Conceitual: 70 a 100 – Satisfatório; 51 a 69 – Parcialmente Satisfatório; >50 – Não Satisfatório		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Quadrimestral		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador 2</b>			
<b>Meta do Exercício</b>	<b>Pactuada</b>	IDP Conceitual: Descrito na análise abaixo	
	<b>Realizada</b>	85%	
	<b>% Realização</b>	IDP Conceitual Final = Satisfatório	
<b>% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2011</b>	Satisfatório
		<b>2010</b>	Satisfatório
<b>Análise do Indicador 2</b>	Tem-se mostrado de perfeita confiabilidade. Os IDP quadrimestrais alcançados na Parceria foram sempre acima de 70% - Satisfatório, resultando a média 84% no período da análise deste Relatório.		

**Fonte:** CISCEA

**Nota 2:** Os TP001/DECEA/2012, TP002/DECEA/2012 e TP003/DECEA/2012 foram iniciados no exercício de 2012 e estão em andamento, devendo a 1ª Prestação de Contas ser apresentada até o dia 28/fev/2013, quando será elaborada a Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria.



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**PRIMEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE**  
**TRÁFEGO AÉREO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos administrativos firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Brasília, 31 de janeiro de 2013.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carlos Minelli de Sá'.

Brig Ar CARLOS MINELLI DE SÁ  
Comandante do CINDACTA I

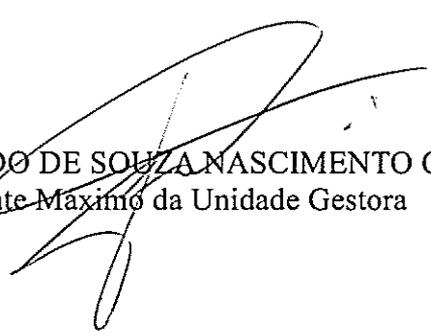


**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRAFEGO AÉREO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos, firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 9 de agosto de 2010.

Curitiba, 10 de janeiro de 2013.

  
LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO Cel Av  
Dirigente Máximo da Unidade Gestora

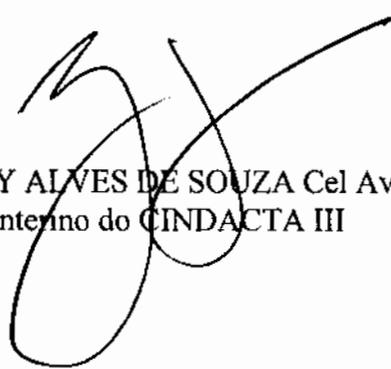


**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**TERCEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO**  
**AÉREO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Recife, 30 de janeiro de 2013.

  
GUILHERME RUY ALVES DE SOUZA Cel Av  
Comandante Interino do CINDACTA III



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**QUARTO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Manaus, 28 de janeiro de 2013.



Brig Ar LUIZ CLAUDIO RIBEIRO DA SILVA  
Cmt do CINDACTA IV



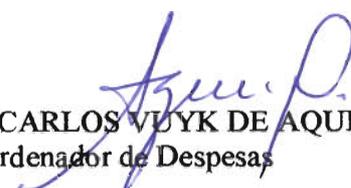
**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Com relação ao Termo de Parceria firmado entre esta Comissão e a CTCEA (TP 1/CISCEA/2011), declaro que os registros vêm sendo realizados somente no SIAFI, em virtude de que o mencionado TP já estava em andamento quando foi viabilizada, pelo MPOG, a possibilidade de sua inserção no Portal dos Convênios, em cumprimento ao Decreto nº 7.641/2011.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2013.

  
Maj Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO  
Ordenador de Despesas



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Em relação aos Termos de Parceria nº 001/DECEA/2007, nº 002/DECEA/2007, nº 005/DECEA/2009, nº 006/DECEA/2009, nº 001/DECEA/2012 e nº 002/DECEA/2012, declaro que os respectivos registros, no SICONV, não puderam ser realizados, já que, à época, aquele Sistema não permitiu a inclusão dos dados, apesar da obrigatoriedade legal prevista no art. 13 do Decreto nº 6.619, de 29 de outubro de 2008. Este DECEA, à época, efetuou consultas ao SERPRO na tentativa de inclusão dos Termos de Parceria no SICONV, entretanto não houve solução, por parte daquele Órgão, para viabilizar os registros. Todavia, o Termo de Parceria nº 003/DECEA/2012 foi devidamente registrado no SICONV, sendo que todos encontram-se registrados nas contas contábeis 19.972.16.00 e 19.972.25.00, respectivamente, do SIAFI, cujos desdobramentos permitem acompanhar o comportamento da execução orçamentária e financeira, bem como da prestação de contas dos recursos descentralizado pela União, atendendo assim aos princípios contábeis e de transparência.

A questão do registro dos Termos de Parceria no SICONV foi comunicada a SEFA por meio das mensagens SIAFI nº 2010/1357142, de 03 de novembro de 2010, nº 2011/0918529, de 29 de junho de 2011 e nº 2012/0052249, de 09 de janeiro de 2012.

Ressalta-se a publicação do Decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011, onde foram estabelecidos prazos para implementação, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de funcionalidades no SICONV que venham a permitir o registro dos Termos de Parceria no Sistema.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2012.

Ten Brig Ar MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES  
Diretor-Geral do DECEA



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**INSTITUTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Em relação ao Termo de Parceria e Convênio firmados em 2009, declaro que os respectivos registros, no SICONV, não puderam ser realizados, já que, à época, aquele Sistema não permitiu a inclusão dos dados, apesar da obrigatoriedade legal prevista no art. 13 do Decreto nº 6.619, de 29 de outubro de 2008. Naquela ocasião, foram realizadas consultas à SEFA e ao SERPRO na tentativa de inclusão desses compromissos no SICONV, entretanto não houve solução, por parte daqueles Órgãos, para viabilizar os registros. Todavia, o Termo de Parceria firmado encontra-se registrado na conta contábil 19972.16.00 do SIAFI.

Ressalta-se a publicação do Decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011, onde foram estabelecidos prazos para implementação, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de funcionalidades no SICONV que venham a permitir o registro dos Termos de Parceria no Sistema. Entretanto, cabe ressaltar que o relatório apresentado por esta UG, em atendimento à demanda contida no Despacho Decisório nº 2/MD, de 4 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 4, em 05 de janeiro de 2012, apresentou-se suficiente para atender aos princípios contábeis e de transparência, conforme constante da Informação nº 119/2012/Geori/Ciset-MD, de 17 de outubro de 2012 encaminhada por meio do Ofício nº 11/CENCIAR 2/2012, de 27 de outubro de 2012.

  
LEANDRO COSTA DE ANDRADE Cel Av  
Ordenador de Despesas



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**PARQUE DE MATERIAL DE ELETRÔNICA DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Em relação ao Termo de Parceria nº 001/PAME-RJ/2010, declaro que o respectivo registro, no SICONV, não pôde ser realizado, já que, à época, aquele Sistema não permitiu a inclusão dos dados. Tal situação também ocorreu em outros Órgãos do SISCEAB, sendo que o DECEA, à época, efetuou consultas ao SERPRO na tentativa de inclusão dos Termos de Parceria no SICONV, entretanto não houve solução, por parte daquele Órgão, para viabilizar os registros. Todavia, o Termo de Parceria nº 001/PAME-RJ/2010 encontra-se registrado na conta contábil 19.972.16.00 do SIAFI, cujos desdobramentos permitem acompanhar o comportamento da execução orçamentária e financeira, bem como da prestação de contas dos recursos descentralizados pela União, atendendo assim aos princípios contábeis e de transparência.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2013.

Adilson da Silva Lemos Junior – Cel Av  
Diretor do PAME-RJ

Assinatura manuscrita em azul, consistindo de uma série de traços fluidos e entrelaçados que formam o nome do signatário.



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO AO VOO DE SÃO PAULO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações relativas aos contratos firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

São Paulo, 31 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, apresentando um traço inicial grande e decorativo.

**CESAR AUGUSTO BORGES TUNA Cel Av**  
**Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - UJ 1206**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO**, no tocante à/ao:

a) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 22.700.057,17, existente no Balanço Patrimonial, referente, sobretudo, à conta contábil 1.9.9.9.1.00.00 (Bens e Valores em Trânsito), no valor de R\$ 22.652.099,67, motivada por lançamentos das UG/Gestões 120036/00001, 120048/00001, 120067/00001, 120072/00001, 120094/00001 e 120127/00001.

A diferença restante, no valor de R\$ 47.957,50, existente no Balanço Patrimonial do Subórgão/Gestão 1206/00001, refere-se à conta contábil 1.9.9.9.5.00.00 (Credores – Compras Centralizadas), proveniente de lançamentos da UG/Gestão 120069/00001.

Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI, não tendo sido objeto de análise.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.

**ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA**  
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis  
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:

**ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int**  
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis  
Subsecretaria de Contabilidade  
Contador CRC-DF nº 013386/O-8



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - UJ 1206**

**INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**

Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.

Especificamente em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e concernente à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;

b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, bem como os critérios de avaliação, mensuração e de depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNET;

d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:

- Disponibilidades – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Créditos e Obrigações – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;

- Imobilizado e Intangível – valor de aquisição/produção/construção, com previsão do

reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso;

- Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no SIAFI, sendo aplicável aos saldos de recursos financeiros remanescentes na UJ, sem contrapartida de obrigações do passivo no encerramento do exercício.

e) a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente, nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação apresentou seus reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.

  
**ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA**  
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis  
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:

  
**ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int**  
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis  
Subsecretaria de Contabilidade  
Contador CRC-DF nº 013386/O-8